

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FORMAÇÃO TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO
POR UM USO MAIS SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP

Victor Begeres Bisneto

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FORMAÇÃO TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO
POR UM USO MAIS SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre na área de Geografia Humana.

Victor Begeres Bisneto

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza

São Paulo
2009

LOMBADA

Victor Begeres Bisneto	Formação Territorial e Planejamento Urbano: por um uso mais solidário do território de Campinas/SP		MESTRADO FFLCH/USP 2009
------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------

Autor: Victor Begeres Bisneto

Título: Formação Territorial e Planejamento Urbano: por um uso mais solidário do território de Campinas/SP.

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre na área de Geografia Humana.

EXAMINADORES

Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza (Presidente) Ass: _____

Instituição: Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva Ass: _____

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel Ass: _____

Instituição: Universidade de São Paulo

Aprovado em 15/09/2009

“Desculpe!

Não é esse o meu ofício.

Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja.

Gostaria de ajudar - se possível -

judeus, o gentio... negros...brancos.

Todos nós desejamos ajudar uns aos outros.

Os seres humanos são assim.

Desejamos viver para a felicidade do próximo -

não para o seu infortúnio.

Por que havemos de odiar ou desprezar uns aos outros?

Neste mundo há espaço para todos.

A terra, que é boa e rica,

pode prover todas as nossas necessidades.

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos.

A cobiça envenenou a alma do homem...

levantou no mundo as muralhas do ódio ...

e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios.

Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela.

A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis.

Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas duas virtudes,

a vida será de violência e tudo será perdido.

A aviação e o rádio aproximaram-se muito mais. A próxima natureza dessas coisas é um apelo eloqüente à bondade do homem... um apelo à fraternidade universal... à união de todos nós. Neste mesmo instante a minha voz chega a milhões de pessoas pelo mundo afora... milhões de desesperados, homens, mulheres, criancinha... vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes.

Aos que me podem ouvir eu digo: "Não desespereis!" A desgraça que tem caído sobre nós não é mais do que o produto da cobiça em agonia... da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano.

Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbem e o poder que do povo arrebataram há de retornar ao povo.

E assim, enquanto morrem os homens,

a liberdade nunca perecerá.

Soldados! Não vos entregueis a esses brutais... que vos desprezam... que vos escravizam... que arregimentam as vossas vidas... que ditam os vossos atos, as vossas idéias e os vossos sentimentos! Que vos fazem marchar no mesmo passo, que vos submetem a uma alimentação regrada, que vos tratam como um gado humano e que vos utilizam como carne para canhão! Não sois máquina! Homens é que sois! E com o amor da humanidade em vossas almas! Não odieis! Só odeiam os que não se fazem amar... os que não se fazem amar e os inumanos.

Soldados! Não batalheis pela escravidão! lutai pela liberdade!

No décimo sétimo capítulo de São Lucas é escrito que o Reino de Deus está dentro do homem - não de um só homem ou um grupo de homens, mas dos homens todos! Estás em vós!

Vós, o povo, tendes o poder - o poder de criar máquinas.

O poder de criar felicidade!

Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela...

de fazê-la uma aventura maravilhosa.

Portanto - em nome da democracia - usemos desse poder, unamo-nos todos nós. Lutemos por um mundo novo...

um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho,

que dê futuro à mocidade e segurança à velhice.

É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder. Mas, só mistificam! Não cumprem o que prometem. Jamais o cumprirão! Os ditadores liberam-se, porém escravizam o povo. Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência. Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzam à ventura de todos nós.

Soldados, em nome da democracia, unamo-nos.

Hannah, estás me ouvindo? Onde te encontrares, levanta os olhos! Vês, Hannah? O sol vai rompendo as nuvens que se dispersam! Estamos saindo da treva para a luz! Vamos entrando num mundo novo - um mundo melhor, em que os homens estarão acima da cobiça, do ódio e da brutalidade. Ergues os olhos, Hannah! A alma do homem ganhou asas e afinal começa a voar. Voa para o arco-íris, para a luz da esperança.

Ergue os olhos, Hannah!

Ergue os olhos!”

(Charlie Chaplin, O Grande Ditador. 1940)

A toda minha família

Apresentação: Por Amor à Geografia.....	p.01
Introdução.....	p.04
PARTE 1 - RUMO AO CONHECIMENTO DA REALIDADE.....	p.14
CAPÍTULO 1.....	p.15
A Busca pela Elaboração de um Concreto Pensado.....	p.16
Abrindo a Caixa-Preta da Cidade.....	p.19
O Real Pensado: Formando Bases para o Estudo da Formação Territorial de Campinas/SP.....	p.25
<i>PARTE 2 - O TEMPO SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA NOVA.....</i>	p.40
CAPÍTULO 2.....	p.41
Os Eventos como Resposta à Cisão do Tempo.....	p.42
Períodos e Periodizações: Operacionalizando os Eventos.....	p.48
CAPÍTULO 3.....	p.54
Por uma periodização de Campinas/SP.....	p.55
Definindo os Períodos Históricos de Campinas/SP.....	p.67
<i>PARTE 3 - PLANEJAMENTO URBANO, OS PLANOS E USO DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP.....</i>	p.69
CAPÍTULO 4.....	p.70
Abrindo uma Nova Caixa-Preta: Concepções do Planejamento.....	p.71
CAPÍTULO 5.....	p.87
O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas e o Planejamento “City Beautiful Campineiro”.....	p.88
O Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) e o Planejamento Tradicional.....	p.98
O Plano Diretor de Campinas e o Divórcio com o Território.....	p.107
O Sistema Organizacional do Planejamento Urbano Campineiro.....	p.125

CAPÍTULO 6	p. 129
Usos corporativos do território: a especulação imobiliária.....	p.130
A COHAB-Campinas e o BNH: A Metrópole do Empreendedorismo.....	p.134
CAPÍTULO 7	p. 147
O Território Mutilado.....	p.148
O Sobrenome da Metrópole: O Lugar como Resistência e Esperança.....	p.157
A 3ª Conferência da Cidade de Campinas e a Experiência da Participação: Concórdia sem Acordo.....	p.170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 177
Rumos do Planejamento de Campineiro.....	p.177
BIBLIOGRAFIA	p. 183
SÍTIOS DA INTERNET	p.190
APÊNDICES	p. 191

LISTA DE SIGLAS

AP	Área de Planejamento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEASA	Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.
CEPAM	Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal
CIATEC	Centro de Indústrias de Alta Tecnologia
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CONDEPACC	Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural da Cidade de Campinas.
CTA	Comissão Técnica Ambiental
CTRPD	Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor
DIC	Distrito Industrial de Campinas
EMDEC	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
EPTV Campinas	Emissoras Pioneiras de Televisão
FIPLAN	Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado
GDR	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar
GEOS	Grupo Executivo de Obras Setorizadas
GEPLAN	Grupo Executivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campinas
GPA	Grupo de Planejamento Administrativo
GP-DUR	Grupo Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Rural de Campinas

GT/NPD	Grupo de Trabalho para a elaboração do ante-projeto do Novo Plano Diretor do Município de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLG	Plano Local de Gestão Urbana
PPDI	Plano Plurianual de Desenvolvimento Integrado
PPP	Parceria Público-Privada
PROESP	Sociedade Protetora da Diversidade de Espécies
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC CAMPINAS (PUCCAMP)	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SECOVI	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais.
SEPLAMA	Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UTB	Unidade Territorial Básica

SUMÁRIO DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS, TABELAS, GRÁFICOS

E MAPAS

GRÁFICOS

Gráfico 1	Variação da Ênfase dada à Criação de Loteamentos e de Fluidez no Território ao Longo das Fases Históricas.....	p.65
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

MAPAS USOS DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP

Mapa 1	Referência dos Bairros, 2001.....	p.04
Mapa 2	Expansão Histórica.....	p.102
Mapa 3	Expansão Noroeste-Sudoeste.	p.102
Mapa 4	Expansão Viracopos.....	p.103
Mapa 5	Expansão Norte.....	p.103
Mapa 6	Loteamentos Aprovados Anteriores a 1950 até 2005 Banheiros, 2000.....	p.134
Mapa 7	Domicílios com 1 Banheiro, 2000.....	p.136
Mapa 8	Domicílios com 4 ou mais Banheiros, 2000.....	p.137
Mapa 9	População com 5 anos ou mais não Alfabetizada, (2000) e Unidades Educacionais de Ensino Fundamental (2008).....	p.137
Mapa 10	Responsáveis pelo Domicílio não Alfabetizados, 2000.....	p.138
Mapa 11	População Sem Renda, 2000.....	p.138
Mapa 12	População com Renda entre 3 e 5 Salários Mínimos, 2000.....	p.139
Mapa 13	População com Renda entre 10 e 20 Salários Mínimos, 2000.....	p.139
Mapa 14	População em Renda Superior a 20 Salários Mínimos, 2000.....	p.140
Mapa 15	Localização das Principais Empresas Públicas, Privadas e Universidades, 2007.....	p.144
Mapa 16	População sem Renda e Shoppings Centers, 2000.....	p.145

Mapa 17	População, 1990.....	p.150
Mapa 18	População, 1996.....	p.151
Mapa 19	População, 2000.....	p.151
Mapa 20	População (2000) e Hospitais (2008).....	p.152
Mapa 21	Teatros, 2008.....	p.153

MAPAS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO CAMPINEIRO.....p.154

Mapa 22	Setores Censitários.	p.154
Mapa 23	Unidades Territoriais Básicas – UTBs.....	p.154
Mapa 24	Unidades Básicas de Saúde – UBS.....	p.155
Mapa 25	Bacias Hidrográficas.....	p.155
Mapa 26	Divisão Político Administrativa.....	p.155
Mapa 27	Macrozonas.....	p.155

TABELAS

Tabela 1	Unidades Habitacionais Construídas no Município de Campinas/SP.....	p.99
Tabela 2	Relação de Entidades Partipantes da 3ª Conferência da Cidade de Campinas/SP.....	p.171
Tabela 3	Distribuição das Sedes de Grandes Empresas.....	p.181
Tabela 4	Organização do Sistema de Planejamento de Campinas.....	p.192

ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Estrutura do PLG.....	p.119
Organograma 2	Sistema de Planejamento de Campinas.....	p.195
Organograma 3	Tripé do Plano Diretor.....	p.198

FOTOGRAFIAS

Foto 1A	Imagem de satélite do Pq. Oziel, Gleba B, Jd. Monte Cristo e Jd. São José.....	p.06
Foto 1B	Imagem do Pq. Oziel e ao fundo Gleba B, Jd. Monte Cristo e Jd. São José.....	p.07
Foto 02	Mirante do Castelo em direção ao centro da cidade verticalizado.....	p.89
Foto 03	Mirante do Castelo em direção à região sul da cidade onde há a presença de bairros carentes.....	p.90
Foto 4A	Mirante do Castelo e entorno à época de sua construção”.....	p.91
Foto 4B	Vista aérea atual da região do Mirante do Castelo.....	p.92
Foto 4C	Mirante do Castelo.....	p.92
Foto 5A	Vista aérea da época de construção do Parque Taquaral.....	p.93
Foto 5B	Vista aérea atual da Lagoa do Taquaral.....	p.93
Foto 06	Imagem de satélite do bairro Nova Campinas.....	p.96
Foto 07	Vista aérea do Aeroporto Internacional de Viracopos e seu entorno.....	p.112
Foto 08	Vista da nova rodoviária de Campinas.....	p.113
Foto 09	Vista interna da nova rodoviária.....	p.113
Foto 10	Favela na Vl. Brandina, nas proximidades do Shopping Iguatemi, Pq. Ecológico e Gramado.....	p.149
Foto 11	Rua 13 de Maio.....	p.163
Foto 12	Vista de parte do bairro Pq. Oziel e a presença do pequeno comércio.....	p.163
Foto 13	Mirante do Castelo em direção à região norte da cidade, em especial ao Distrito de Barão Geraldo.....	p.164
Foto 14	3ª Conferência da Cidade – Discussão dos Planos Locais de Gestão Urbana.....	p.172
Foto 15	3ª Conferência da Cidade – Propostas e Discussões sobre a Primeira Temática, Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades.....	p.173
Foto 16	3ª Conferência da Cidade – Encerramento e Votação das propostas.....	p.173

Foto 17	Av. Princesa d'Oeste e ao fundo o Viaduto Laurão (Av. Moraes Sales).....p.199
Foto 18	Viaduto Laurão e as pedras “anti-mendigo.....p.199

FIGURAS

Figura 1	Plano de Melhoramentos Urbanos da década de 1940 (região da atual Estação Cultura).....p.90
Figura 2	Novo eixo urbanístico entre a Matriz e a estação ferroviária na década de 1930.....p.91
Figura 3	Vista aérea de Campinas, em meados da década de 1930. Área do Bosque dos Jequitibás.....p.94
Figura 4	A bandeira e o brasão do Município de Campinas/SP.....p.199

Mais um ciclo que se encerra em minha vida. É um momento de reflexão sobre tudo o que passou neste período que durou três anos e que envolveu muitas leituras, fichamentos, aulas, discussões, reuniões de orientação e noites mal dormidas!

Esta dissertação é a materialização de um sonho meu, mas compartilhado entre muitas pessoas as quais assistiram minhas alegrias e angústias e apostaram em mim neste percurso, o que muito me encorajou. Daí a prazerosa obrigação em realizar esses merecidos agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado saúde, oportunidades e colocado em meu caminho pessoas que possibilitaram a realização de meus projetos.

Agradeço aos meus pais, minha irmã Letícia e ao meu pequeno irmão Cláudio, que chegou há três anos para acrescentar uma dose extra de amor e incentivo nesta caminhada cheia de obstáculos e de virtudes da Geografia. Parte da minha família também são meus cães, Afifi (que não está mais entre nós) e Pierre que tanto me fizeram companhia e ouviram minhas lamentações sem reclamar!

Ao Alexandre, Alcides, Daniel, Fábio (e sua cara-metade Graciela!) e Rafael, amigos/irmãos de longa data, companheiros de viagens inesquecíveis e de momentos indescritíveis, sem os quais minha vida teria menos graça (em todos os sentidos).

As amigas, Evelyn, Patrícia e Vanessa, companheiras de trabalho e de disciplinas que compartilharam caronas e experiências nas idas e vindas de Campinas até a USP em São Paulo assim como nas manhãs e tardes de muito trabalho no Escritório de Planejamento da Prefeitura de Campinas.

À minha namorada Marianne, pessoa maravilhosa, corajosa, divertida e amorosa que sempre me ofereceu o conforto de seu colo nos meus momentos de lamúria e dificuldade. Sou-lhe grato por

tudo de bom que tem me proporcionado nestes pouco mais de três anos de namoro e companheirismo.

Ao Colégio Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, a quem devo minha formação básica e que me acolheu em 2006 como professor de geografia, e aos professores e amigos Ângela M. e Ângela S., Jô, Ivail, Rosmary, Célia, Claudmir, Teresa, Marcos Rogério, Elaine, Juliana, Margarete, Odair, Heldis, Cassius (da academia do Liceu...altos papos e malhação!), Rose, Aninha, Patrícia, Lucy, Paula, Minervina e em especial ao Carlos, Paulo Henrique (P.H), Bel, Gustavo, Cláudia, Rosa, José Luis (Boquinha, que foi o “culpado” por me inspirar pela geografia) e aos orientadores e coordenadores, Maria Ana, Vera, Gaiotti, Ismael, Gerlei (saudades...) por terem me ensinado a arte de educar e por compartilharem momentos de boas risadas em meio às dificuldades do dia-a-dia escolar. Também quero agradecer ao Padre Reinaldo, atual diretor do colégio e ao seu antecessor, Padre Ailton Trindade, pelas palavras amigas de conforto e incentivo e por darem continuidade ao belo e secular trabalho salesiano iniciado por Dom Bosco.

À Prefeitura Municipal de Campinas, em especial aos responsáveis pela Biblioteca Jurídica que facilitaram o acesso às inúmeras informações para a elaboração da matriz de periodização.

Sou grato à professora Maria Laura Silveira, pelas memoráveis aulas no Departamento de Geografia da USP, que muito contribuíram para a elaboração desta dissertação e pelo incentivo em fazer prevalecer uma geografia preocupada com a crítica propositiva sobre a geografia vazia presente nos trabalhos e discursos de muitos colegas.

Ao Dr. Claudio Cidade Gomes, médico e amigo, sempre interessado por este trabalho e que sempre cuidou de minha saúde com extrema competência.

À Universidade de São Paulo (USP) e ao Departamento de Geografia por ter oferecido as condições físicas (bibliotecas, salas de aula e professores) para o bom caminhar desta pesquisa.

Sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida durante o primeiro ano deste mestrado.

Finalmente, gostaria de oferecer um agradecimento especial à professora Maria Adélia Aparecida de Souza por ter me admitido como seu orientando desde os tempos do Territorial em 2004. Além de ter me proporcionado grandes experiências profissionais (caso do Escritório de Planejamento da Prefeitura de Campinas) e acadêmicas (elaboração do Atlas – Território, Lugar e Poder e do treinamento técnico sobre a cidade de Espírito Santo do Pinhal), me acolheu em reuniões, seminários e cursos que foram muito importantes no meu crescimento acadêmico e pessoal. Ela poliu minha formação sempre mostrando rigor com o método, paciência nas orientações e me encorajando durante o trabalho. Dela levo o exemplo de como fazer uma geografia combativa, ética, séria e preocupada em propor usos mais solidários do território.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FORMAÇÃO TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO
POR UM USO MAIS SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP

RESUMO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Victor Begeres Bisneto

Esta dissertação oferece um estudo sobre a formação territorial do município de Campinas/SP e seu planejamento urbano partindo de instrumentais teórico-metodológicos que incluem a cartografia temática, a periodização e a história como um recurso de método. Estes, aliados a um conjunto de conceitos e categorias como o lugar, o território usado, os eventos e a solidariedade, têm por finalidade identificar qual a contribuição do planejamento urbano para os atuais usos do território. O que se nota é que ele tem seguido o velho manual do planejamento estratégico empresarial que importa modelos de outras correntes de planejamento, alheias ao lugar estudado, visando sua inserção no mundo competitivo da globalização. Tal fato é traduzido pela intensa criação de loteamentos e de fluidez no território, de modo que ele deflagra usos cada vez mais corporativos e setoriais que mutilam o território e sua sociedade, social e espacialmente. Também nos dedicamos em refletir sobre o papel que Campinas exerce dentro da rede urbana paulista e nacional devido às suas inúmeras funções e por abrigar um grande contingente de empresas e instituições hegemônicas paralelamente à proliferação das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: Uso do território; planejamento urbano; periodização; formação territorial; Campinas/SP.

E-mail para contato: victor.bisneto@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TERRITORY'S FORMATION AND URBAN PLANNING
FOR AN USE MORE SOLIDARY OF CAMPINAS/SP' TERRITORY

ABSTRACT

MASTER'S DEGREE DISSERTATION

Victor Begeres Bisneto

Reviewed by Mariana Pizzolatto

This master's dissertation studies the territorial formation of Campinas/SP and its urban planning by the use of a theory-methodological instrumentals which includes the thematic cartography, the periodization and the history as a method resource allied with a group of concepts and categories as well as the place, the used territory, the events and the solidarity that leads to figure out what is the contribution of the planning for the nowadays uses of territory. We have seen that it has followed the old company strategic planning manual and it imports models from others planning currents from different world places to provide its insertion on the competitive world of globalization. This fact is translated by the several creation of urban lots and fluidity in the territory which shows uses every time more corporative and setorial that mutilate the territory and its society, social and spacially as well. We also dedicate in reflecting about the role that Campinas fulfills in a regional and national urban chain due to its several functions and for including a very big uncertainty of common knowledge companies and institutions parallely to the expansion of social – spacially inequalities.

Key-words: Uses of territory; urban planning; periodization; territorial formation; Campinas/SP.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FORMATION TERRITORIALE ET AMÉNAGEMENT URBAIN
POUR L'EMPLOI PLUS SOLIDAIRE DU TERRITOIRE DE CAMPINAS/SP

RÉSUMÉ
DISSERTATION DE MASTÈRE

Victor Begeres Bisneto

Cette dissertation offre un étude sur la formation territoriale de la municipalité de Campinas/SP et son aménagement urbain à partir des outils théorique-méthodologiques qui inclue la cartographie thématique, la periodization et l'histoire comme un ressource de méthode. Ces, alliés à un ensemble de concepts et de cathégories comme le lieu, l'emploi du territoire, les événements et la solidarité ont pour but, identifier quel est la contribution de l'aménagement pour les actuelles emplois du territoire. Il est noté qu'il a suivi le vieille manuel de l'aménagement stratégique des entreprises qui importent les modèles d'autres courrents de l'aménagement en voyant son insertion dans le monde compétitif de la mondialization. Ce fait est traduit par l'intense création de lots et de fluidité dans le territoire de façon qu'il nous montre les emplois chaque fois plus corporatives et setoriales qui multilent le territoire et sa société, social et spacialement. Aussi, on a dédié une réflexion sur le rôle que Campinas fait dans le réseaux pauliste et nationale dû à ses nombreuses fonctions et pour logé un grand contingent d'entreprises et institutions hégemoniques parallèlement à la prolifération des inégalités socioespaciales.

Mots-Clefs: Emploi du territoire; aménagement urbain; periodization; formation territoriale; Campinas/SP.

APRESENTAÇÃO: Por Amor à Geografia

Lembro-me até hoje do discurso de colação de grau do terceiro ano do ensino médio de um professor de geografia apaixonado em 1999. Ele dizia que deveríamos, não importava a profissão na qual ingressaríamos, praticá-la com amor e paixão, pois sem isso jamais seríamos felizes e não obteríamos sucesso. Essas palavras ficaram gravadas em meu espírito e desde então me preocupei em fazer aquilo que mais despertava meu interesse. Ao me decidir pela geografia, tive como exemplo este professor, que muito marcou minha vida escolar pelas suas memoráveis aulas e pelos debates que trazia e que nenhuma outra disciplina se atrevia em fazer. Comecei a tomar gosto pela crítica e principalmente em pensar o espaço do homem.

Agarrei-me nessas emoções e entrei para o curso de geografia da UNICAMP no ano de 2000. Com o passar do tempo, pude notar o quão complexa é esta disciplina, quantos desafios ela enseja, mas também senti o preconceito que existe para com ela: geógrafo? O que é isso? Vai dar aulas? Mas é uma disciplina “decorativa” (no sentido de memorizar...)!

Tendo em vista tudo o que ela poderia me oferecer em termos de conhecimento, ao me graduar em ano de 2003, procurei praticá-la com ainda mais vontade de fazer com que ela fosse ouvida e prestigiada. Isso só seria possível se eu o fizesse com muito amor, dedicação e paciência. O problema é que não sabia por onde começar. Durante minha graduação, em que fui apresentado a inúmeras discussões sobre assuntos diversos, nenhum deles conseguia me tocar profundamente a ponto de me decidir a trilhar por este ou aquele caminho. Ninguém poderia me ajudar a me decidir senão por mim mesmo. Assim, como quase todo jovem recém formado, a ansiedade e a indecisão sobre quais rumos tomar era patente, até que fui convidado a trabalhar junto à minha atual orientadora em seu instituto de pesquisa, o TERRITORIAL – Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento.

Lá minha formação começou a ser polida: participei de importantes projetos como o Território, Lugar e Poder (TLP), que foi a construção de um Atlas político-eleitoral do Brasil; pude participar de um treinamento técnico em que aperfeiçoei minha técnica cartográfica baseado em um estudo sobre Espírito Santo do Pinhal e a criação de um centro de informação do café; e por fim contribui para o desenvolvimento de um projeto intitulado Uso do Território e Sistema de Justiça do Brasil, vencedor de um edital de pesquisa do Ministério da Justiça.

Assim os caminhos da geografia me foram apresentados de forma mais clara. Mas foi no segundo semestre de 2004, em que eu, meus colegas de TERRITORIAL e minha orientadora, trabalhamos no Escritório de Planejamento da Cidade da Prefeitura Municipal de Campinas, que comecei a adquirir um interesse maior sobre os assuntos relativos à cidade.

As muitas reuniões com políticos, professores e técnicos, leituras sobre a cidade e o trabalho que lá desempenhamos para construção da *matriz de periodização* de Campinas bem como o evento que organizamos para mostrá-la, foram cruciais para abrir o horizonte desta dissertação. Sabia que desejava estudar a cidade, porém não sabia como e nem o quê.

Antes, vagava pela cidade com o olhar míope de um simples cidadão, que só via ruas, carros, edifícios, empresas e pessoas de forma ordinária, sem me atentar aos seus significados e suas relações. Escutava por todos os lados alguém reclamar de alguma coisa sobre a cidade: ora o trânsito, ora a violência, ora a ocupação ilegal de terras e ora o trabalho informal. A partir de então, com as lentes oferecidas pela geografia, a cidade se apresentou para mim como algo repleto de contradições, de diversidade, de conflitos, de emoções, de vida! Comecei a organizar minhas ideias e graças ao método da geografia, pude definir o meu recorte de estudo e buscar esclarecer se todos os problemas que existem são culpa da cidade.

Sempre sonhei em viajar pelo mundo e conhecer países. Agora sonho em conhecer e entender cidades. Campinas foi a primeira delas, não somente porque aqui vivo desde minha infância, ou porque foi nela que conheci meus melhores amigos, ou porque foi aqui que estudei,

mas sim porque, como poucos, senti interesse em ouvir sua história, como um filho escuta uma mãe contar uma passagem de sua vida e decidi dissertar sobre ela.

A geografia é o meio pelo qual conto a história passada, presente e futura desta cidade. Foi essa disciplina que me deu o prazer em poder elaborar um trabalho sobre um tema pelo qual me apaixonei. O grande esforço é fazer a geografia se revelar e mostrar sua força e importância não importa o tema estudado. O meu foi a cidade de Campinas, os usos de seu território e seu planejamento urbano.

Se a contribuição ainda é pequena em sua forma, ela é grande em sua essência, não só para a cidade de Campinas que me inspirou, mas como para minha vida pessoal e profissional. Em um mundo onde impera a *razão*, a lógica e os imediatismos, é com grande *emoção* que exponho neste trabalho meu amor pela geografia, revelado pela cidade.

A expansão da rede de shoppings centers cada vez mais moderna e sofisticada, a proliferação de condomínios fechados de alto padrão e a constituição de uma sólida rede bancária, tudo isso revela a riqueza do município campineiro.

Malgrado a infraestrutura moderna, as instituições de grande proeminência e a especialização em alguns serviços, problemas inerentes a cidades com essa magnitude são constatados com cada vez mais frequência.

Dentre esses problemas podemos citar o crescimento de uma periferia pobre e a questão do aumento expressivo da criminalidade cujas estatísticas apontam a cidade como uma das mais violentas do país e cujo assassinato do prefeito municipal, em 10 de setembro de 2001, chamou ainda mais a atenção de toda a sociedade para a gravidade desse problema.

Além disso, os campineiros convivem com o fato de verem a cada semáforo, verdadeiros “shoppings centers” itinerantes onde inúmeras pessoas vendem de tudo um pouco para garantir a sua sobrevivência, engrossando a estatística de trabalhadores informais numa cidade em que a exigência por qualificação se tornou um corolário e o emprego com carteira assinada é cada vez mais difícil de se obter.

Com essa situação em que a competitividade é imperativa, a falta de qualificação dos trabalhadores que tanto exige o mercado os levam ao desemprego e à informalidade. Em decorrência das dificuldades em se obter um salário digno que possa dar um mínimo de condições de sobrevivência, a questão da habitação, por exemplo, passa a ser um dilema. O aumento do número de ocupações irregulares e favelas passa a ser um dado alarmante, segundo aponta o JORNAL CORREIO POPULAR, publicado em 14 de julho de 2005, em que “*mais de 127 mil pessoas¹, ou 13,17% da população da cidade vivem nesses locais*” (p.02). Ainda de acordo com o JORNAL CORREIO POPULAR (idem),

¹ É importante relevar a não uniformidade dos dados apresentados, que embora sejam sobre um mesmo tema, mostram duas realidades distintas. Enquanto o Jornal Correio Popular mostra um valor, a Secretaria de Habitação trabalha com outro.

“segundo a Secretaria Municipal de Habitação, existem cerca de 121 áreas ocupadas em Campinas. Incluindo-se favelas, ocupações e ocupações em fase de regularização, o número chega a 234 núcleos, com um total de 157 mil pessoas vivendo nessas áreas”

Os casos mais emblemáticos são o do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B - áreas contíguas (Foto 1A e 1B) - cuja ocupação teve início em 1997 e em menos de 10 anos o número de pessoas que lá vivem chega a 30 mil, constituindo-se na maior ocupação do município.

Foto 1A – Imagem de satélite do Pq. Oziel, Gleba B, Jd. Monte Cristo e Jd. São José, todos à margem da Rod. Santos Dumont (Fonte: Google Earth. Foto de 30/08/2006).

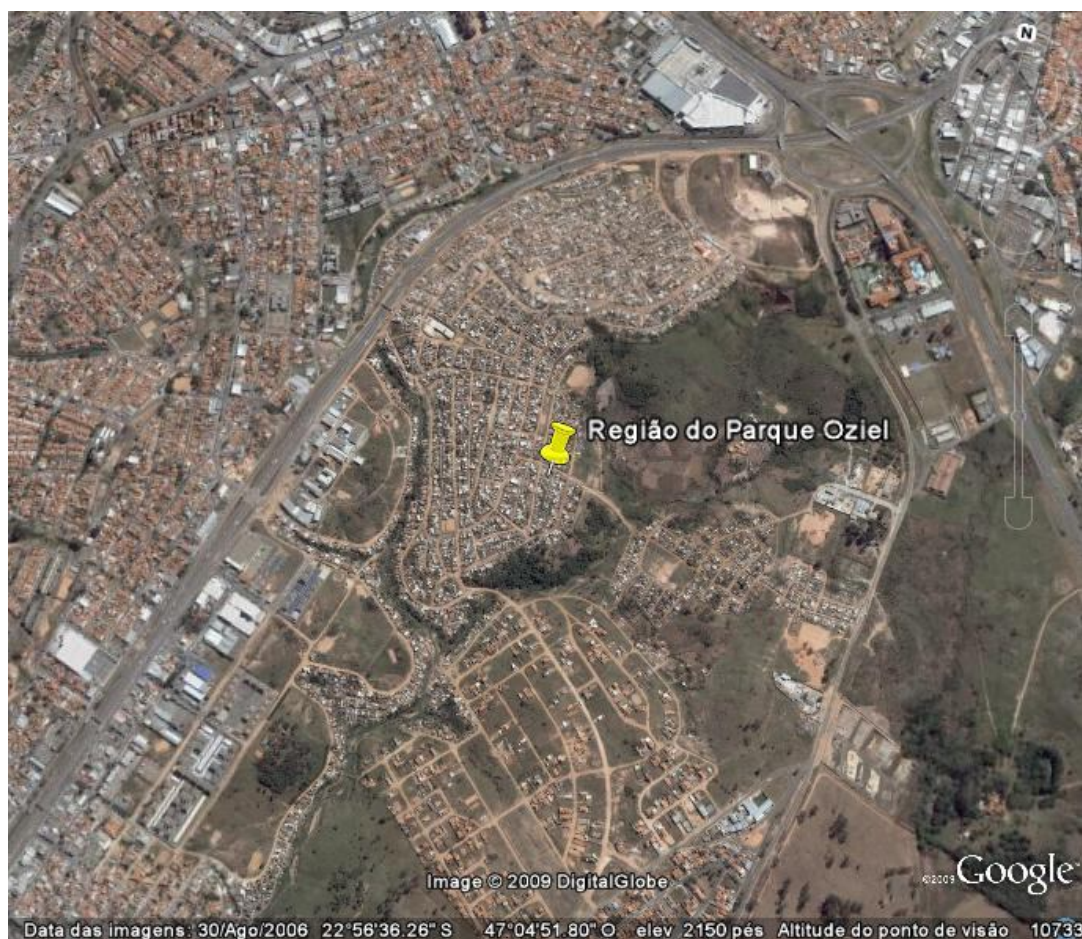


Foto 1B – Outra imagem do Pq. Oziel e ao fundo Gleba B, Jd. Monte Cristo e Jd. São José. (Foto tirada pelo autor em 09/01/2008).



Não poderíamos iniciar esta dissertação sem apontarmos as grandes desigualdades presentes em Campinas, fruto do atual período da globalização. Composta pela técnica, pela ciência e pela informação (SANTOS, 2000; 2002a) e suas mútuas interrelações, ela tem reforçado a importância das cidades e mais especificamente, dos lugares, no tocante à difusão e ampliação do grande capital concomitantemente à geração de múltiplas desigualdades sócio-espaciais. As cidades, ou melhor, seu território, revela as marcas do processo de globalização tanto no campo econômico como no social.

Segundo SANTOS (1993, p.10)

“a grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades ‘marginais’ do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal (...) a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial”.

Antes mesmo de estudarmos se Campinas se enquadra na descrição acima é necessário recorrermos à sua formação territorial para observarmos quais os processos que nela ocorreram para ser o que ela é hoje. É importante destacar que não podemos dissociar o processo de formação territorial de Campinas da formação sócio-espacial brasileira, que como teoria maior, nos serve como um dos fios condutores para a criação de nossa teoria menor². Neste sentido, Campinas fez parte da lógica que imperou no Brasil colônia quando do ciclo do ouro, posteriormente com o período açucareiro e em seguida o cafeeiro (FURTADO, 1987), e no Brasil hoje, da intensa industrialização e informatização do território. Não é por acaso que Campinas se origina no fim do século 18 como um caminho de passagem e pouso dos antigos Bandeirantes que seguiam em direção às minas de Goiás (SANTOS, 2002; BADARÓ, 1996; SEMEGUINI, 1991) e atualmente a cidade aparece como uma das mais importantes do país, especialmente em termos econômicos, porém onde não mais prevalece a agricultura e sim os serviços e empresas de alta tecnologia.

Campinas reflete em uma escala menor o intenso processo de modernização e de inserção do território brasileiro na globalização em que novos usos do território são criados juntamente com novas divisões de trabalho que se superpõem às antigas, de modo a atender as demandas dos agentes hegemônicos pela competitividade. Um fato novo que vem sendo notado é a competitividade dos lugares, incorrendo em uma guerra global entre eles que tem por resultado as diferentes especializações do território e as consequentes desvalorizações e revalorizações, que nas palavras de SANTOS e SILVEIRA (2001, p.301) “(...) obedecem a uma mesma lógica. Dir-se-ia

² Teoria para GRANGER (1994, p.48) é definida como “um conjunto de enunciados, atualmente formulados ou potencialmente formuláveis” que pode ser dividida em teoria maior, teoria das mediações e teoria menor. Uma teoria, sempre pretende ser universal já que busca explicar todas as possibilidades do mundo do presente e parte do objeto disciplinar de cada campo do saber. Contudo, o espaço apresenta muitas especificidades que não são atingidos por essa teoria já que ela possui atributos mais gerais (SILVEIRA, 2004). Daí que é preciso formular uma teoria menor, específica de um lugar, mas que contenha os princípios gerais da teoria maior. Segundo SANTOS e SILVEIRA (2001, p.12) “a teoria maior com frequência se revela insuficiente ao ser mecanicamente adaptada aos níveis menores do real, isto é, às situações nacionais ou infranacionais. Surge então o problema das teorias menores. No caso vertente, torna-se necessário elaborar uma teoria menor do país e uma teoria menor do lugar, a serem situadas no plano empírico-teórico”. Para chegar à teoria menor, passamos pela teoria das mediações e pelos esquemas que nos oferecem um fio condutor que permite ver com mais clareza quais os conceitos e categorias que deverão ser usados para que atinjamos as particularidades daquilo que estudamos. Na presente dissertação, a título de exemplo, nossa teoria maior é representada pelo espaço geográfico (território usado), a teoria mediadora seria composta pela periodização e pela formação territorial e nossa teoria menor busca compreender o planejamento urbano e os usos do território de Campinas/SP.

que certas frações do território aumentam de valor em dado momento, enquanto outras, ao mesmo tempo e por via de consequência, se desvalorizam”.

A busca incessante pela fluidez, preparada pelo estado buscando atrair cada vez mais os interesses hegemônicos para o país, juntamente com a construção de redes de informação e comunicação cada vez mais sofisticadas, torna o território refém da economia, mudando seu caráter na medida em que novos contextos mundiais e econômicos se transformam.

Para darmos conta da complexidade que envolve a cidade sem nos esquecermos de sua participação de um sistema indissociável de objetos e ações (SANTOS 2002a), a construção do edifício teórico-metodológico não se faz sem que se tenha em mente os conceitos que o subsidiará, assim como a interpretação de determinada realidade é falha se não tivermos um sistema organizado de ideias, categorias e conceitos coerentes, pertinentes e operacionais³.

Desse modo, nossa intenção é atingir nosso concreto pensado, isto é, elaborar uma interpretação da realidade a partir daquilo que já existe com relação ao tema a ser estudado. Somente assim é que será possível elaborarmos uma teoria menor baseada nos três pressupostos mencionados. Falar sobre uma dada realidade exige que façamos referência à sua história para nela encontrarmos a ordem dos eventos que a fizeram se constituir tal como é hoje⁴, ainda que eles se mostrem desorganizados no tempo e no espaço.

Este trabalho foi dividido em sete capítulos diluídos em três partes. A **Parte 1 – Rumo ao Conhecimento da Realidade**, consagra uma breve reflexão sobre o real, a realidade, o concreto pensado e uma importante discussão sobre conceitos que definem a cidade e o urbano. Em

³ “(...) a pertinência refere-se ao que cabe, àquilo que pertence à realidade que estamos interrogando, ao nosso concreto pensado. Em segundo lugar, como o que existe é coerente, haveria uma lógica a descobrir no real e essa coerência sai do concreto pensado, e assim, participa na construção dos conceitos que, em sistema, formam uma teoria. Todavia, a prova de coerência é dada pela operacionalidade, isto é, pela escolha dos elementos de análise que revelem a capacidade de enfrentar o real com o conceito”. (SILVEIRA, M. L. *Por um conteúdo da reflexão epistemológica em geografia*. Pp.19-27 In: SOUZA, A. J de; SOUZA, E. B. C. e JUNIOR, L. M. (orgs). Paisagem, território e região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. 283p.)

⁴ Evento é um importante conceito para a geografia e cuja definição será abordada com mais profundidade e rigor no Capítulo 2 desta dissertação.

decorrência disso, procuramos conhecer um pouco da formação territorial de Campinas principalmente a partir das obras que lhe fazem referência para sabermos o que tem sido pensado a respeito dela a fim de que possamos criar, posteriormente, uma interpretação geográfica dos processos que influíram e influem na sua dinâmica. Um ponto que merece ser destacado é a pouca quantidade de estudos sobre uma cidade do porte de Campinas, em especial aqueles que a abordam sob o método geográfico. Daí porque pretendemos que a presente dissertação contribua para incrementar o conhecimento sobre ela.

A **Parte 2 – O Tempo sob o Olhar da Geografia Nova**, se dedicou em refletir sobre um importante tema que permeará a pesquisa, que é a periodização. Ela, juntamente com a cartografia, são os dois instrumentais por nós adotados a fim de estudar a formação territorial de Campinas e os usos de seu território. Mas para que pudéssemos estruturar e organizar os períodos históricos da cidade, discorreremos sobre a importância dos eventos e de que forma eles foram selecionados de modo que pudéssemos criar fases e em seguida os períodos históricos. Neste contexto, não deixamos de comparar a forma como o tempo era cindido pelas diferentes linhas de pensamento, dentre elas a teoria da difusão de inovações da geografia clássica e a teoria dos eventos, expressa pela geografia crítica que considera a totalidade em seu dinamismo e não de forma parcial e estática.

Em resumo, abordaremos a questão dos eventos, passando pelas experiências de periodização segundo diversos autores, até chegarmos a um ensaio de uma matriz de periodização⁵ para Campinas onde proporemos algumas fases históricas da cidade segundo as características similares entre os eventos que as compõem. Em seguida, tendo em vista estas fases, proporemos uma periodização da história de Campinas/SP levando-se em conta diversos aspectos, dentre eles o planejamento executado no município.

⁵ A definição de matriz de periodização, assim como os procedimentos criados para sua elaboração e análise serão feitos no Capítulo 3 desta dissertação.

Todas essas reflexões estão alicerçadas no prévio conhecimento da formação territorial de Campinas/SP, nos debates sobre a cidade e o urbano, já realizadas na primeira parte, visando sempre a construção do nosso concreto pensado como uma tentativa de aproximar ao máximo nossa interpretação à realidade.

Finalmente, a **Parte 3** intitulada de **O Planejamento Urbano, os Planos e os Usos do Território de Campinas/SP** aborda inicialmente as teorias de diferentes escolas a propósito do planejamento. A intenção é observar como era pensado o planejamento em diferentes períodos históricos no mundo para em seguida identificarmos se Campinas importou algum modelo de planejamento. Também nos dedicamos em nos aprofundar na discussão dos planos urbanísticos propostos ao longo da história de Campinas, dentre eles o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) e os Planos Diretores, a fim de identificarmos quais foram os preceitos em que eles se basearam e o que trouxeram e trazem para a cidade. Eles tiveram alguma influência na formação territorial? De que maneira eles contribuíram, ou não, para a criação das inúmeras contradições presentes na cidade? Em busca dessas respostas, cremos que a intensa especulação imobiliária na cidade, sintonizadas com as ações promovidas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação (COHAB) seria um bom começo para entender a forma como o território campineiro tem sido usado.

Debateu-se também a influência do planejamento estratégico concebido nas empresas sobre o planejamento de cidades, particularmente em Campinas, visto que os Planos Diretores e a gestão municipal adotaram o discurso da competitividade e da cidade-mercadoria. O planejamento hoje se torna mais um discurso ideológico a serviço do mercado, da economia e dos agentes hegemônicos do que da população como um todo (SANTOS, 2003). Mais um indício que comprova o papel central das cidades que permitem ou resistem aos eventos globais que aqui chegam. Aliado à questão da inserção no mundo global, outro dado trabalhado foi o caráter incorporado pelos Planos Diretores que é o da sustentabilidade, discurso muito difundido quando se trata do futuro das

metrópoles. Com isso, destacamos o uso imperativo da criação de cenários nos princípios do planejamento estratégico ainda que ele não seja o melhor caminho para ser seguido para a construção de um projeto que leve em conta o território como um todo e que busque soluções para um uso mais solidário e menos corporativo. O planejamento tem sido reduzido à criação de cenários, de prognósticos e diagnósticos e não como se eles fizessem uma pequena parte de todo o processo.

A dissertação é concluída com uma reflexão acerca do papel de Campinas no contexto regional e até mesmo nacional, sendo assim, buscamos identificar algumas características que pudessem sintetizar a posição que esta cidade ocupa em meio às grandes metrópoles e os desafios que deverão surgir em tempos onde o imperativo da fluidez está cada vez mais vinculado à participação da cidade na difusão da globalização e da urbanização corporativa, que de acordo com SILVEIRA (1999, p.363), ela

“desponta, então, como uma dimensão do processo de globalização. No período contemporâneo, a força de um tempo único do mercado busca homogeneizar os lugares através da produção, da regulação, do consumo e da cultura. O resultado desse ato de império é a fragmentação do território, graças às suas resistências e oportunidades. A cidade não escapa a essa segmentação e, por isso, ela torna-se mais um cenário de formas e tempos da globalização”.

Isto pode ser representado pela intenção em se criarem “corredores de exportação” via transportes partindo do Aeroporto Internacional de Viracopos em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro

Através desta dissertação de mestrado buscamos formular uma teoria menor sobre os usos do território campineiro de modo que eles deixem de ser corporativos e setoriais, preocupados com a criação e ampliação da fluidez visando o aprofundamento das verticalidades no território e passem a ser mais solidários e democráticos.

Tendo em vista a pouca quantidade de obras relativas à Campinas, no que diz respeito aos usos de seu território e seu planejamento urbano, o presente trabalho, a partir de rigorosas discussões teóricas sobre a periodização, a formação territorial e sobre os planos urbanísticos, amparadas por dados empíricos representados especialmente pelas cartografias e fotografias, pretende oferecer subsídios que propiciem a reflexão de um planejamento que veja o território em sua totalidade e que não leve em conta apenas os interesses dos agentes hegemônicos, mas sim considere o espaço banal e todas as pessoas, instituições, empresas e agentes que dele fazem parte.

Além disso, dada a importância da cidade em contextos regionais e nacionais, propomos um debate que busca situar Campinas entre as grandes metrópoles brasileiras de modo a encontrar sua identidade seguindo os critérios de modernização do território, seus usos e também de cidadania contextualizados dentro do atual período de globalização.

RUMO AO CONHECIMENTO DA REALIDADE

PARTE 1

*“Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – Pergunta Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco -,
mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
- Por que falar de pedras? Só o arco me interessa.
Pólo responde:
- Sem pedras o arco não existe”.*

(Ítalo Calvino. Cidades Invisíveis)

O primeiro capítulo desta dissertação contempla três assuntos que são de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa porque faz inicialmente uma breve reflexão sobre o concreto pensado, isto é, qual será a interpretação da realidade que vamos produzir? Para tanto, o caminho pelo qual buscaremos ao menos nos aproximar da realidade, visto que devido à sua volatilidade é impossível apreende-la em sua plenitude, será discutido. As indagações, os esquemas e os conceitos que nos permitirão fazer essas aproximações da realidade que pretendemos estudar, devem ser baseadas primeiramente nas teorias produzidas sobre o município de Campinas. A este processo, denominamos de “*O Real Pensado: Formando Bases para o Estudo da Formação Territorial de Campinas/SP*” que em outras palavras seria o estudo da arte, algumas das teorias elaboradas para a cidade.

Antes disso, contudo, ao definir como nosso recorte metodológico o município de Campinas, sua formação territorial e planejamento urbano, não poderíamos deixar de fazer uma reflexão sobre os conceitos e definições de cidade e do urbano que permeiam esses temas, daí o título “*Abrindo a caixa-preta da cidade*”.

A Busca pela Elaboração de um Concreto Pensado

Neste capítulo focamos nossos esforços no estudo de algumas teorias sobre o planejamento e a cidade com um enfoque especial na formação territorial de Campinas. Para tanto, foi necessário fazer um inventário do *real pensado*, isto é, dados e teorias que tratem sobre o nosso real: Campinas.

A intenção não é discursar acerca do que é a realidade, ou o real, mas simplesmente apontar que ao falarmos dela, temos consciência de que ela é inapreensível em sua totalidade, ou conforme aponta GRANGER (1994, p.45) “*a noção de realidade é um conceito filosófico que seria vão, e errôneo, querer definir antecipadamente, por exemplo, em termos científicos*”. Ao se questionar sobre o que seria a realidade, KOSIK (2002, p.43) diz que

“a realidade, na sua concreticidade, é essencialmente incognoscível, pois é possível acrescentar, a cada fenômeno, ulteriores facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos, e mediante este infinito acrescentamento é possível demonstrar a abstratividade e a não-concreticidade do conhecimento”.

Na verdade, o que nós produzimos é uma interpretação da realidade, “*um concreto pensado* [grifo nosso] *captado e construído por aproximações sucessivas, a partir de um conjunto sistêmico de ideias, isto é, de uma teoria*” (SILVEIRA, 2000, p.21). Seguindo esse raciocínio cada agente teria uma interpretação possível da realidade, ou seja, haveria tantas realidades quanto fossem as interpretações. É baseado nisso que achamos mais apropriado o uso do termo concreto pensado, pois este reflete o esforço em atingirmos a realidade.

A busca pela elaboração de um esquema, ou seja, um conjunto de perguntas específicas ao que pretendemos estudar, bem como suas respostas singulares, a partir da subdivisão da totalidade, é essencial para chegarmos ao concreto pensado. De acordo com KOSIK (2002, p.18),

“a característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo (...) e que o conhecimento se realiza como separação do fenômeno e da essência, do

que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa”.

O levantamento de teorias concernentes à Campinas e dos conceitos que implicam no seu conhecimento, faz parte desta tentativa de estabelecermos um concreto pensado da cidade hoje, mas para isso é de suma importância que conheçamos sua história. Sabemos que as teorias envelhecem, pois são interpretações da realidade de um determinado período, mas mesmo aquelas que já não se aplicam mais à realidade atual, nos mostram como era pensado o mundo ou o lugar na sua época. SANTOS (1994a, p.69) afirma que no passado,

“nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente”.

Sabemos que o levantamento bibliográfico e o conhecimento das obras que retratam o tema estudado constituem-se em uma das partes mais importantes da pesquisa e que se estende por toda ela. Sendo assim, começaremos a analisar algumas das mais relevantes até agora lidas, fruto de diversas pesquisas em bibliotecas de importantes universidades como as da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Dentre as referências levantadas até agora, procuramos enfatizar aquelas que lidam mais especificamente à cidade de Campinas no que diz respeito ao planejamento e à sua formação territorial para que pudéssemos ter uma ideia do que se tem produzido para esta cidade e que possivelmente nos ajudará a entender melhor os processos que culminaram na sua atual formação territorial. Também foram contempladas bibliografias que tratam do espaço geográfico, do planejamento urbano e da cidade, teorias mais gerais que nos oferecem uma maior sustentação conceitual para elaborarmos nossa teoria menor.

A seguir, exporemos com maiores detalhes os apontamentos mais importantes de cada uma das referências pesquisadas de modo a produzir um estado da arte do tema estudado. É importante ressaltar que o levantamento bibliográfico permanecerá por todo o trabalho uma vez que a incorporação de novos elementos é sempre importante para que possamos chegar cada vez mais próximo ao nosso concreto pensado.

Abrindo a Caixa-Preta da Cidade

O título acima pode causar certa estranheza pelos termos utilizados, em especial “caixa preta”. Por isso é importante esclarecermos quaisquer entraves na compreensão do mesmo. A explicação para isso vem de LATOUR (2000, p.14) que explica que

“a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar é desenhada uma caixinha-preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai”.

O autor ainda complementa ao afirmar que *“é por isso que chamamos essas caixas-pretas de ‘fatos inegáveis’, ou ‘máquinas altamente sofisticadas’, ou ‘teorias eficazes’, ou ‘provas irrefutáveis’”* (Idem, p.230). Assim, interpretamos esse conceito como sendo algo a ser estudado a fundo com o intuito de conhecermos suas origens e funcionamento para que seja passível de crítica. Retomando os ensinamentos de KOSIK (2002), a caixa-preta seria um exemplo de pseudoconcreticidade⁶ a qual teríamos que desmembrá-la para vermos o que há por detrás dela.

Por isso, antes de começarmos a discorrer a respeito das teorias da formação territorial de Campinas, é interessante revelar alguns ensinamentos trazidos por alguns autores consagrados da geografia, da sociologia, da filosofia e da arquitetura. A partir de suas obras foi possível obter uma visão mais ampla e crítica da cidade, do planejamento e da urbanização, necessária na construção dos pilares que sustentarão esta dissertação.

⁶ “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 2002 p.15). “A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, sua concreticidade (idem, p.24).

Quando nos dispusemos a estudar Campinas, já prevíamos que seria crucial entender o que é a cidade e o que ela representa. Além disso, atrelado a ela é suscitado certas questões que permeiam o planejamento urbano. Sendo assim, há que se estudar também o que é o planejamento, sua história e importância como ferramenta do poder público ao intervir na organização do território, em especial no território campineiro.

LEFEVBRE (2006) em seu célebre livro “O Direito à Cidade” fala dos processos de industrialização, motor das transformações da sociedade, e de urbanização, os quais, para ele, são inseparáveis, porém conflitantes. CASTELLS (1983, p.45) corrobora essa ideia ao afirmar que “*o elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana*”. Nesses casos, a industrialização induz a urbanização embora saibamos que não necessariamente uma coisa decorra da outra, especialmente no processo de urbanização brasileira que está estreitamente relacionado com a agricultura. Um exemplo disso é visto na obra de TANNURI (1981) que ao estudar o crédito, as economias fluminense e paulista em um dado período da história do café entre 1889 e 1900 constata que “*na medida em que se ampliava, a atividade cafeeira induzia o surgimento de uma série de oportunidades de investimento em atividades tipicamente urbanas*” (p.118). A origem da indústria paulista em grande parte se deve aos excedentes e à crise da cultura cafeeira, contrariando o pensamento Lefebvriano.

Em meio aos processos de industrialização e urbanização, segundo LEFEVBRE (2006), as cidades surgem no “tecido urbano” e por ele se espalham de modo desigual, sugerindo um modo de vida que para ele tinha o atributo do “*habitar*”, o participar da vida social, de uma comunidade. No entanto, com o passar do tempo e com as intensas diferenciações intra e entre as cidades, este senso de participação da vida urbana, esse habitar, foi sendo perdido e reduzido ao *habitat*, ou de outro modo, reduzido às formas⁷. A cidade, antes um valor de uso, adquire um valor de troca representado pelos espaços que começam a ser comprados e vendidos e o consumo de produtos, de bens, dos

⁷ Para LEFEVBRE (2006, p.87) “*não há forma sem conteúdo e não há conteúdo sem forma*”.

lugares e dos signos, que se intensifica. Para LEFEVBRE (2006, p.04) “*as cidades são o centro da vida social e política onde se acumulam não apenas riquezas, mas técnicas, conhecimentos e obras*”.

Já SANTOS (2002a, p.322), afirma que “*a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem ir se instalar, conviver, prosperar*”. Nesta reflexão há um ponto de convergência quanto ao que LEFEVBRE (2006, p.57) aponta, que na cidade impera “*a pluralidade, coexistência, simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana*”. Não está explícito nestas definições, mas é sugerido que a categoria *cotidiano*, a quinta dimensão do espaço⁸, é fundamental para a compreensão dos processos de urbanização e planejamento.

Ainda de acordo com o autor, a cidade é um resultado local da história geral, fato reforçado por SANTOS e SILVEIRA (2001, p.281) que asseveram que “*as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações*”. LEFEVBRE (2006), complementando sua definição de cidade, afirma que ela é uma “obra da história”, sugerindo que ela é vista como um objeto, um produto humano histórico porque não é espontâneo, natural. No entanto, ao enunciar que a cidade é “*palco das relações, onde formas e estruturas se projetam*” (idem, p.48), ideia compartilhada de certa forma por BAILLY e BEGUIN (1982, p.15), reconhecemos que essa definição é um tanto limitada. Estes afirmam que “*ela [a cidade] é antes de tudo, definida por seu aspecto exterior, a paisagem urbana; assim ela é marcada pelo aspecto de suas casas, de suas ruas, de seus monumentos, de suas muralhas, agrupadas em um sítio dado (estuário, meandro, colina...)*”.⁹

É importante destacar que a cidade não comporta mais esses tipos de significados. Com o aprimoramento das técnicas, do conhecimento e da informação, a cidade não pode mais ser vista

⁸ Ver SANTOS (1994a).

⁹ Tradução realizada pelo autor desta dissertação.

como um palco, mas sim como algo que revela o modo de vida urbano nos lugares e que interage, pulsa e autoriza, ou não, certas práticas sociais. Com relação a isso, SANTOS (1994, p.72) explica que “*a história de cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fato não pode escapar em nossa análise*”. Ele ainda acrescenta que “*a cidade é ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria*” (idem, p.71).

Esse movimento sugerido por SANTOS (idem), nos remete à ideia de espaço-tempo e, portanto, às periodizações¹⁰. As periodizações, tema a ser tratado no Capítulo 2, pressupõem um recurso à história, mas para indagar a respeito da formação de uma cidade há que se observar também o urbano, ao qual ela está atrelada. Conforme aponta SANTOS (1994a, p.71) “*a história de uma cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar*”. Muitas vezes observamos no cotidiano a confusão que existe ao se diferenciar a cidade do urbano. É a mesma coisa? LEFEBVRE (2006) e SANTOS (1994a) concordam que há essa separação. O primeiro assegura que “*a cidade é o prático-sensível, realidade presente, imediata (...) e o urbano é a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento*” (p.49). Em outras palavras, a cidade seria o prático-sensível do urbano. Se o urbano não tem essa base (a cidade), a sociedade urbana é concebida como *possibilidade*.

Ele ainda reforça essa ideia ao enunciar que “*a cidade está morta, no entanto o urbano persiste, no estado de atualidade dispersa e alunada, de embrião, de virtualidade*” (p.105). Quando se fala em cidade morta, pode-se fazer a leitura de que se trata da materialidade, da ideia de trabalho morto proposta por Karl Marx. Já o segundo autor, nesse ponto, não difere muito do anterior, pois afirma que “*o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o*

¹⁰ “Em outras palavras, necessitamos dominar o que entendemos como espaço, e também dominar a divisão do tempo em períodos. Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo, e nos permite definir nosso objeto de análise. Assim, as periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação”. (SANTOS 1994a, p.70)

concreto, o interno” (p.69). Entendendo dessa maneira, a cidade seria uma paisagem¹¹, uma rugosidade¹² definida pelo modo de produção e o urbano seria o modo de vida – o modo de vida urbano, conforme diz LEFEBVRE (2006) - que expressa essa contemporaneidade. Numa concepção mais filosófica, poderíamos dizer que o mundo todo é urbano, não como algo patente porque se não o é de fato, é passível de ser. Estamos no plano do mundo entendido como um conjunto de possibilidades, de potências e latências¹³. Assim, podemos sintetizar a distinção entre cidade e urbano de modo que a primeira está estritamente relacionada às formas e, portanto às técnicas, enquanto que o segundo termo remete a uma obra da história, de *possibilidades* que surgiram e que se concretizaram ou não. O urbano vai além da cidade.

Não são todos que entendem a diferença desses conceitos. SIMMEL (1973, apud VELHO p.21) mostra isto ao dizer que “*a cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa*”.

Como a cidade é algo dinâmico em função da complexidade de lugares que abriga, passa por muitas transformações tanto em tamanho como em conteúdo econômico, social e político. Ela então começa a receber outras terminologias que na tentativa de acompanhar essa dinâmicas, se atualizam. Assim, as cidades se tornam metrópoles (completas e incompletas), cidade global, megacidade entre outros termos. Para o momento apenas introduziremos este debate, de modo que veremos com maior cuidado no Capítulo 7.

¹¹ “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc” (SANTOS 2008, p.67-68).

¹² “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS 2002a, p.140).

¹³ “(...) a maçã que Eva apresenta a Adão é a mesma que Adão vê, acha e recebe? Porque ao oferecê-la Eva está presente, visível, patente só meia maçã, e a que Adão acha, vê e recebe é também somente meia maçã. O que se vê, o que está, rigorosamente falando, presente, do ponto de vista de Eva, é algo diferente daquilo que se vê e está presente do ponto de vista de Adão. Com efeito, toda coisa corpórea tem duas faces e, como no caso da lua, só temos presente uma dessas duas faces. Percebemos agora, surpreendidos algo que é, uma vez advertido, uma grande calinada, ou seja: que ver, o que se chama estritamente ver, ninguém viu, nunca, isso que se chama de maçã, porque esta tem, ao que se crê duas faces, mas nunca está presente mais do que uma” (ORTEGA y GASSET 1973, p.101).

Essa complexidade que envolve o conceito de cidade foi um dos fatores que nos motivou a escolher o município de Campinas, sua formação territorial e seu planejamento, como tema de estudo. Nota-se que antes mesmo de entrarmos no mérito das referências sobre Campinas mais especificamente, preferimos refletir e aprender um pouco mais sobre os conceitos que fundamentarão nossa investigação. Há que se ter a preocupação com o rigor metodológico para que categorias e conceitos não passem despercebidos, pois se corre o risco de se criar uma teoria vazia e tornar seu objeto de estudo desprovido da merecida centralidade.

Agora, desejamos expor a contribuição de alguns autores para a compreensão da formação territorial de Campinas, o que se tem produzido e pensado sobre o município: eis o “*real pensado*”.

O Real Pensado: formando bases para o estudo da formação territorial de Campinas

A primeira impressão que tivemos ao iniciar nossas pesquisas bibliográficas foi a pouca quantidade de obras relativas ao município de Campinas, apesar de se tratar de uma grande cidade e de ser privilegiada por abrigar importantes universidades, indústrias e empresas de grande porte, ser um centro de referência na saúde e também por possuir grandes problemas, como a violência, ocupações ilegais de terra e o crescimento do chamado trabalho informal. As que encontramos e lemos são de autoria, em sua grande maioria, de arquitetos urbanistas e historiadores.

No tocante à Campinas, há muito tempo a geografia tem se ausentado, deixando para outros campos do saber a tarefa de emitir interpretações. Não é fácil encontrar geógrafos trabalhando em secretarias importantes de governo como são as de planejamento. Basta entrarmos na internet e procurar pelos nomes e cargos, que encontraremos em sua maioria, arquitetos, engenheiros e economistas. Não estamos fazendo uma crítica a esses profissionais, ou aos que os colocam em tais cargos, mas sim um “mea culpa” por nós, geógrafos, não produzirem, com qualidade, teorias sobre o urbano e sobre a cidade de Campinas atuais. Daí vem o fato dessa pesquisa ter a responsabilidade que tem e de possuir um dado caráter erudito.

A exposição das diferentes abordagens de diversos autores sobre Campinas tem como intenção mostrar um pouco da história da cidade. No entanto, toda a descrição feita pelos autores que listamos servirão de base não só para obtermos um maior conhecimento de sua história mas também para que possamos construir uma concepção de *formação do território* quando criarmos as fases e os períodos históricos da cidade sobre as quais se alicerçará o método desta dissertação.

Sendo assim, GUIMARÃES (1954) faz um apanhado geral da história de Campinas, como sua fundação e outros marcos históricos como a passagem de freguesia à vila e de vila à cidade. Ele cita brevemente os limites municipais, o clima, a fauna e a flora da cidade e também aponta outros

momentos importantes como inauguração de igrejas, rádios, jornais, companhias telefônicas e escolas. Tudo é descrito *en passant*, visto que o enfoque principal é observar o que se passava em Campinas no ano de 1954. Para tanto, ele discorre, sempre de modo sucinto, sobre como eram os transportes, o comércio, as comunicações, cultura, sindicatos, saúde pública e educação, inclusive com a apresentação de fotografias da época.

BRITO (1969) retrata em diversos volumes, a história da cidade desde a sua fundação até o ano de 1958. É falado, principalmente, dos personagens históricos da cidade e suas relações, e para isso, o autor se remete aos nomes de importantes famílias que tinham influência na vida da cidade.

LAPA (1995), em um extenso livro, vai contar um pouco da história de Campinas no período de 1850 a 1900. Trata-se de uma obra historiográfica, em que o autor trata de diversos aspectos relativos à cidade como saúde pública, lazer e cultura, a arquitetura (representada pelos sobrados dos barões), as prisões, os colégios, as epidemias e o comércio. É interessante como o autor chama a atenção para a concepção de modernidade¹⁴ da época, expressão concebida na segunda metade do século 19 usada em correspondência com a racionalidade burguesa. De acordo com LAPA (idem, p.19) “*ser moderno no caso é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados*”. Vê-se aqui que desde aquela época um projeto nacional (e municipal) estava fora de cogitação. O que imperava era importar modelos de outros países, traduzindo ideologias estranhas ao lugar.

Já por volta da década de 1870, o autor chama a atenção para a coexistência de “duas cidades”, já denotando as desigualdades sócio-espaciais. Segundo LAPA (idem, p.124), “*de um lado há a cidade racional, objetiva, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade (...) a cidade clandestina, despudorada, transgressora das posturas*

¹⁴ “(...) é essa modernidade que Campinas aspira, importa, usa, assimila e chega a produzir, num movimento marcado por contrastes e contradições. São produtos europeus, são formas de comportamentos, linguagem, hábitos, visões do universo, símbolos, padrões, educação e disciplina dos sentidos, que os moradores da cidade, vale dizer, a aristocracia e a alta e a média burguesia reproduzem e conferem à própria cidade” (LAPA 1995, p.19).

em que convivem cortiços, pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas". A cidade convivia com o caos nas ruas refletindo a disputa entre pessoas, bondes e até mesmo animais pela circulação. Tais problemas, entre outros, exigiam que fossem criados os códigos de posturas, que regulamentavam e disciplinavam as edificações, as vias, os logradouros públicos, calçamento, demolições, entre outras medidas.

Já se começa a notar a preocupação com a ordem pública, visto que a cidade crescia de modo desorganizado. Isso tanto é verdade, que com relação à localização dos prédios, a ausência de regras fazia com que se instalassem espontaneamente, desde que observados certos aspectos como a topografia, presença de água, vizinhança ou a falta dela. Aliás, a ênfase dada a certos aspectos naturais e que propiciavam a instalação de edifícios é o princípio das políticas sanitárias da época. De acordo com LAPA (idem, p.205) "*parques e passeios públicos, praças cheias de verde, bosques, e jardins faltavam a Campinas para que a cidade pudesse compor-se com os princípios de saúde pública, de lazer e descontração, preconizados pela nova ordem social*". Era tamanha a preocupação com a saúde pública, que LAPA (idem, p.189) assevera que "*era, portanto, a saúde considerada um problema de segurança pública (social) e devia ser tratada como tal*".

Este cuidado - notaremos em muitas outras referências - tem forte ligação com as epidemias que flagelaram a cidade, dentre elas a peste da bexiga (em 1858), varíola (em 1855 e 1875), cólera, tifo amarelo e a principal delas, a febre amarela (em 1889 e por toda década de 1890)¹⁵. Esta última foi fundamental para frear o processo de modernização da cidade como veremos mais adiante. Tal sequência de epidemias fez com que muitas medidas fossem implementadas como o saneamento da cidade através da drenagem de charcos e córregos, desinfecção dos logradouros, campanhas de vacinação e mesmo a construção de inúmeros centros de saúde e hospitais. LAPA (idem, p.234) afirma que "*eram proibidos doentes infectos de estarem na cidade, devendo ser retirados à noite*".

¹⁵ Ver LAPA (1995).

Outros aspectos sobre a vida na cidade são reportados, como a construção de alguns colégios bem como as disciplinas ensinadas que por sinal eram diferentes: mulheres tinham uma grade curricular enquanto os homens tinham outra. Além disso, o autor nos traz marcos do surgimento da imprensa em Campinas, datando de 1858 o primeiro jornal, chamado *Aurora Campineira*. Outro ponto a ser relevado é a inauguração de obras públicas e privadas e o uso de novas técnicas, dentre as quais o uso do tijolo para construção, que substituiu o pau-a-pique e a taipa¹⁶.

Enfim, o autor retrata de tudo um pouco sobre os acontecimentos na cidade de Campinas no período compreendido entre 1850 e 1900, mas não se aprofunda muito em algum tema mais específico.

SILVA (1996), num primeiro momento de sua obra, contextualiza o estado de São Paulo falando de sua história através da economia, urbanização e saúde. Trata das transformações provocadas pela economia cafeeira no século 19 e o início do processo de industrialização, juntamente com o advento das políticas públicas de saúde no Brasil. Assim sendo, é falado da cana-de-açúcar como principal produto quando Campinas era recém fundada e em seguida sua gradual substituição pela cultura do café que viria a ocupar o lugar de principal produto agrícola cultivado na cidade e que a consagraria como uma das maiores produtoras do estado.

Em decorrência do crescimento da cidade em função de sua importância econômica, surge o primeiro código sanitário do Estado em 1894, resultado de medidas adotadas antes, a partir de 1850¹⁷. Conforme relata SILVA (idem, p.53), “*os serviços de higiene e saúde pública implantar-se-*

¹⁶ “A cidade de barro vai sendo substituída pela cidade de tijolos” (LAPA 1995, p.105).

¹⁷ É importante lembrar que esta data nos remete à Lei 601 de 1850, a chamada Lei de Terras. A adoção dessa lei implicou na cessão da ocupação através da posse e na concessão de sesmarias. A única condição para que a concessão fosse dada era que a pessoa que a possuísse torna-se a produtiva. Em 1728 a primeira sesmaria é concedida a Antonio da Cunha e Abreu nas imediações da igreja do Carmo. No entanto ele a perde por não cultivar a terra (PUPO, 1969 e SESSO JÚNIOR, 1970). Em seguida, em 1732, a segunda sesmaria é concedida à mesma pessoa, que a perde novamente por não povoa-la (idem). De 1741 a 1745, houve o início do povoamento de Campinas na sesmaria de Barreto Leme (idem), até que em 1774, acontece a demarcação do rossio com a abertura de três ruas (a de baixo – hoje Lusitana; a do meio – hoje Dr. Quirino; e a de cima – hoje a Barão de Jaguará) (BADARÓ, 1996). No mesmo ano, o Morgado de Mateus determina o primeiro ordenamento territorial da nova freguesia iniciando a ocupação urbana que obedeceria àquele traçado determinado (PUPO, 1969).

Como se vê, antigamente, “a posse foi por um curto período de tempo, da suspensão da concessão de sesmarias, em 1822, até a promulgação da Lei de Terras, a única via de acesso à apropriação legítima das terras públicas, pois, o

ão, de modo mais organizado, a partir das reformas centralizadoras após 1850, com base na iniciativa da administração central do país”. No Estado de São Paulo, a tarefa de gerir o Serviço Sanitário Estadual recai sobre o Dr. Emilio Ribas¹⁸, que promove a reestruturação do serviço sanitário redividindo o território em muitas circunscrições as quais detinham, cada uma, um inspetor sanitário. Um fato que nos chama a atenção é quanto aos modelos de saúde adotados, que são importados do exterior. Quanto a isso, SILVA (idem, p.54) afirma que “em 1922, Geraldo de Paula Souza, novo diretor sanitário, implanta um modelo de saúde aos **modelos americanos** [grifo nosso], isto é, enfatizando as ações preventivas e profiláticas, pela formação de pessoal voltado para práticas de higiene”.

Importam-se os costumes, as ideias, a educação e a saúde. Isso reforça nossa tese de que ao se fazer isso, desconsidera-se o lugar, o território e sua dinâmica, tornando-os conceitos vazios. Não se leva em conta a formação territorial da cidade que é diferente daquela de onde vieram tais modelos.

Num segundo momento, SILVA (idem) entra no tema que trata da consolidação de um pólo regional, da sua rede de equipamentos de saúde e Campinas como sede regional. Desse modo o autor pontua a construção de hospitais, como a Beneficência Portuguesa (em 1879) e o Circolo Italiani Uniti, atual Casa de Saúde (em 1886), e a inauguração da iluminação pública a gás (em 1875) e elétrica (em 1876) entre outras inovações. Além disso, muitas obras viárias são realizadas na cidade no período de 1917 e 1923. Ruas e avenidas são criadas e alargadas, há o saneamento de alguns córregos e bairros são criados. Essas mudanças implicam no padrão de urbanização da cidade, que segundo SILVA (idem, p.60), a partir de 1925

direito dos posseiros era reconhecido, caso as terras estivessem efetivamente cultivadas. Desta forma, a riqueza monetária tornava-se o único passaporte válido para a propriedade da terra” (SERRA, SCARASSATTI, PEDRO et al, 2005). “Neste cenário, irá se configurar na cidade uma tensão entre ricos e pobres na busca de onde morar. A estes, serão destinados os cortiços ou as áreas designadas a abrigar instalações insalubres, não desejadas, junto ao núcleo urbano central; cemitérios, Lazaretos dos Morphéticos e dos Variolosos, Matadouro Municipal e também as habitações operárias” (SERRA, 2002 apud SERRA, PEDRO, F. et al, 2005).

¹⁸ Promovido a chefe da Comissão Sanitária de Campinas em 1896, permaneceu até 15 de abril de 1898, data em que foi nomeado Diretor Geral do Serviço Sanitário. (www.emilioribas.sp.gov.br/biografia).

“entram em cena a incorporação de novas áreas urbanas realizada pela iniciativa privada, cresce o valor do solo urbano, inicia-se a especulação imobiliária, pois a prefeitura já não mais dispõe de lotes e a cidade tende a ultrapassar os limites do rossió”.

Neste período iniciam-se os problemas com a falta de infraestrutura visto que ela não acompanhou na mesma velocidade a expansão da cidade. No tocante a esse tema, SILVA (idem, p.63) diz que

“ao lado das transformações urbanas, a municipalidade campineira, por seu turno, continua preocupada com o crescimento da cidade e com a falta de infraestrutura, causada pelos loteamentos sem redes de água, esgoto, pela saturação das redes existentes, pavimentação etc. Em 1934 é aprovado o código de obras que inicia os longos trabalhos de melhoria das condições urbanas”.

Um marco importante nessa situação foi a aprovação, em 1938, do Plano de Melhoramentos Urbanos da Cidade, que consistia dentre outras formas, em remodelar o centro, propondo a criação de áreas cívicas, o paço municipal, alargamento de ruas etc. É interessante notar que esse plano, dado seu extenso leque de medidas, se deu em duas etapas: a primeira ocorreu entre 1933 e 1955 e a segunda entre 1956 e 1961¹⁹.

O terceiro momento narrado por SILVA (idem) descreve a história recente de Campinas como sendo capital regional e a ampliação dos serviços de saúde, a urbanização acelerada e a pauperização iniciada nos anos 70.

Com relação a isso, o autor enfatiza o estabelecimento de eixos rodoviários, composto pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Santos Dumont, Campinas-Capivari, Campinas-Paulínia e Campinas-Mogi-Mirim. Como se observa, Campinas era o grande nó desse eixo. SILVA (idem, p.91-92) descreve que

¹⁹ Faremos uma discussão mais detalhada sobre este plano no Capítulo 5.

“a configuração dos eixos rodoviários, bem como das diversas linhas de transporte de cargas e passageiros, estabelecidas também em função do sistema viário existente, exercem papel fundamental na manutenção da polarização regional por Campinas, já que todo sistema é centrado na cidade (...) esta centralidade exercida por Campinas não se limita ao sistema de transportes, mas estende-se a todo o sistema de comunicações (telefones, rádio, TV, correios), bem como outros serviços (energia elétrica, centrais de abastecimento, escolas, saúde) e ao comércio (supermercados, shoppings, etc)”.

Como se percebe, a questão das rodovias e a integração através dos transportes desponta como um dos corolários do planejamento recente da cidade, envolvendo-a numa trama de ideologias que substitui o espaço banal²⁰ pelo espaço reticulado, o espaço das redes, o espaço corporativo.

Finalmente, o autor fala do sistema de saúde contemporâneo, em que são enunciadas algumas estatísticas com relação ao número de médicos, hospitais e leitos. Além disso, fala-se da nova estruturação do sistema de saúde em Campinas retratando o surgimento e consolidação de empresas de medicina (os convênios) e a nova organização administrativa em Unidades Básicas de Saúde (UBS), regionalizando o município.

Em uma outra referência, BAENINGER (1996) retrata as mudanças ocorridas na economia da cidade desde a sua fundação e as migrações populacionais as acompanharam. Ela aponta a instalação da indústria açucareira entre os anos de 1790 e 1795 que faz com que a população da cidade cresça. O período do açúcar deu o título de maior centro escravocrata da Província de São Paulo à cidade. Inclusive é curioso notar, segundo dados da autora, que a população de escravos é superior à população livre. Tal situação perdurou até o momento em que o tráfico negreiro cessou ocasionando uma relativa diminuição do crescimento da cidade. No entanto, Campinas era um dos municípios mais populosos da província, ultrapassando inclusive a cidade de São Paulo.

²⁰ “Trata-se do espaço de todos os homens, não importa sua suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder” (SANTOS, 1996, p.09).

O café aos poucos foi substituindo a cana-de-açúcar, contudo, de acordo com BAENINGER (1996, p.26), “*não houve um marco divisório entre o ciclo do açúcar e o período cafeeiro. Ambos coexistiam. Mas em 1835 iniciou-se a substituição de plantações de cana pelo café*”.

Com o café sendo o principal produto econômico, Campinas acentuou seu dinamismo com um intenso desenvolvimento urbano e rural. Fato potencializado pela implantação das ferrovias a partir de 1867 com a ferrovia São Paulo Railway Santos-Jundiaí e posteriormente com a Mogiana e a Paulista em 1872.

Apesar do crescimento proporcionado pelo café, a cidade é acometida pela epidemia de febre amarela em 1889. Este acontecimento segundo BAENINGER (idem, p.32) “*reduziu em 75% a população de Campinas (de 20.000 para 5.000 habitantes) e fez com que empresas, comércio e indústria se transferissem para São Paulo*” tirando a primazia de Campinas sobre São Paulo.

Após recuperar-se desse acontecimento, a década de 1920 e 1930 são marcadas pela instalação de indústrias na região e no município de Campinas, aproveitando a estrutura e a acumulação de capital deixadas pelo complexo cafeeiro. Com a sua erradicação, o algodão passou a ser o principal produto cultivado, o que propiciou a integração entre indústria e agricultura, reforçando, assim, o setor têxtil.

No período compreendido entre as décadas de 40 e 50, para a autora, é o período em que muitas indústrias mecânicas se instalam em Campinas, especialmente em virtude da inauguração de rodovias, como a Anhanguera.

Um fato que nos chama a atenção é o início dos processos de especulação imobiliária, concomitante ao de favelização. BAENINGER (idem, p.49) assinala que “*foram criados 28 loteamentos entre 1945 e 1954 fora da malha urbana*”. Mas entre 1962 e 1968²¹ “*o capital loteador acrescentou 93% de terrenos para moradias ao mercado local*” (p.59).

²¹ A COHAB foi criada e implantada um ano antes, em 1967. Ela contribuiu para dotar a cidade de contornos da ocupação urbana (BAENINGER, 1996).

Já a partir de 1970, tem início o processo de favelização, incrementado pela intensa urbanização e pelas migrações. De acordo com BAENINGER (idem, p.60-61) “a população favelada cresceu vertiginosamente: entre 1971 e 1980 registrou-se uma média de crescimento de 34% a.a (enquanto a população urbana crescerá 5,83% a.a) passando de 600 barracos no início do período para 8.700 em 1980”.

Uma importante referência encontrada, e que conta a história de Campinas sob o aspecto econômico de uma forma mais detalhada é SEMEGHINI (1991), que inclusive foi secretário de planejamento de Campinas durante a gestão do então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

O autor não só fala daquilo que sucedeu em Campinas, mas na região e no Estado de São Paulo. SEMEGHINI (idem) concorda com BAENINGER (1996) no que se refere à cana-de-açúcar ser o primeiro produto a ser cultivado no município. Todavia ao se referir ao café, ocupando o lugar da cana, ele anuncia quatro períodos para a dinâmica cafeeira no estado de São Paulo: o primeiro consiste ainda na mão-de-obra escrava, no latifúndio trabalhando com lucros reduzidos, técnicas atrasadas e meios de transporte precários, com a produção ocorrendo majoritariamente no Vale do Paraíba; o segundo, entre 1850 e 1870, já começa introduzir a mão-de-obra livre embora a maioria seja escrava. As técnicas já são mais modernas e a produção migra para o oeste paulista; o terceiro período caracteriza-se pelo uso de mão-de-obra livre (colonato), as ferrovias já se fazem presente e as máquinas de beneficiamento do café são disseminadas; por fim, o quarto período, que se inicia por volta de 1886, o complexo cafeeiro já está completamente montado e operando a pleno vapor.

Há que se ressaltar que a Estação Agronômica de Campinas (hoje Instituto Agronômico de Campinas) foi inaugurada em 1887²², aumentando ainda mais a força do interior do estado e de Campinas, já considerada capital agrícola da província, na produção e na pesquisa do café.

Toda a pujança proporcionada pelo café, e também pelo algodão, que passava a se destacar e a impulsionar a indústria têxtil, fez com a cidade passasse a contar com muitos colégios, teatros,

²² Ver BADARÓ (1996).

bibliotecas, orquestra, e sociedades coloniais (alemães, italianos e portugueses) que mantinham clubes, colégios e hospitais. Segundo SEMEGHINI (idem, p.53), a partir de 1890 “*a cidade passaria a ser importante pólo educacional, de saúde e cultural, centralizando também uma série de atividades administrativas e burocráticas*”. Apesar disso, muitas empresas importantes na época como a Cia. Lidgerwood (que montava máquinas de beneficiamento de café), Cia. ARENS e Mogiana, transferiram-se para São Paulo em função da grave epidemia de febre amarela, já discutida por outros autores a exemplo de SILVA (1996) e BAENINGER (1996).

Com relação às indústrias, a partir de 1908, a legislação municipal incentivava a implantação industrial concedendo-lhe favores²³. Entretanto, a partir de 1920, o favorecimento se intensifica, ou conforme aventa SEMEGHINI (idem, p. 79), “*esse favorecimento torna-se mais efetivo com as isenções do Imposto sobre Indústrias e Profissões, e a cessão de terrenos*”.

Assim como foi feito para o café, o surto industrial foi dividido por SEMEGHINI (idem) em cinco “momentos”²⁴ que vão desde o grande rush cafeeiro, iniciado em 1875, passando pelo setor metal/mecânico e têxtil, criação e extensão de infraestruturas em especial as ferrovias, consolidação e expansão da matriz industrial no Estado de São Paulo e na região de Campinas, superando o café, que tanto forneceu bases para o Estado se tornar o mais industrializado do país²⁵ e chegando a 1950 quando ocorre um novo impulso neste setor.

Quanto a esse último ponto, SEMEGHINI (idem, p. 111) assevera que

“na segunda metade dos anos 40 e primeira dos 50, começaria um novo surto de investimentos no município. Desta vez, com grandes empresas mecânicas, químicas, materiais elétricos, borrachas, materiais de transporte, papel e papelão.

²³ Lei n.129 (CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Leis e Mais Actos* decretados pela câmara e promulgados pelo executivo de 1890-1919. Campinas: Companhia Estella Ltda, s.d.).

²⁴ O autor utiliza o termo *momento* ao invés de *período*, que na concepção da geografia nova, entende que este denota a dinâmica do tempo enquanto que momento seria um “congelar” da realidade a fim de analisá-la e estudá-la, indo de encontro com o método dialético.

²⁵ Veremos com mais detalhes esta periodização no Capítulo 2.

Implantaram-se entes de 1955 a Singer, Bosch, General Electric, Pirelli, Papelões Andrade e Rações Andrade em Campinas; Chicago Bridge (Paulínia), Rigesa e Clark (em Valinhos); Wabco, 3M e IBM (em Sumaré). Entre 1955 e 1960 foram a Bendix, Merck Sharp, Eletrometal e Equipisco”²⁶.

Toda essa transformação e mudança do padrão econômico cafeeiro para o industrial fez com que a sociedade também adquirisse novos contornos. Foi assim que os antigos cafeicultores se transformaram em homens de negócio “urbano” passando a se mudar para São Paulo, já que a ferrovia já possibilitava um deslocamento mais ágil e eficiente entre a capital e o interior.

Refletindo sobre a urbanização, o autor também faz uma série de colocações. É falado sobre o surgimento de bairros famosos, como o Cambuí, Ponte Preta, Bonfim e Guanabara, por volta de 1900. Já em 1938, um importante marco é retratado: o primeiro plano urbanístico da cidade fica pronto. O Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, de 1934, segundo SEMEGHINI (idem, p.123),

“representa um marco importante no desenvolvimento urbano da cidade. Estabeleceu traçado de novas avenidas e sistema de ligação entre vias de várias partes da cidade, previa o alargamento de muitas ruas antigas, preconizava a modernização de diversas áreas, no centro e adjacências, com a abertura e a urbanização de novos logradouros”.

Um fato importante foi a atuação do componente especulativo nos negócios imobiliários, que se deram principalmente na região sudoeste da cidade, onde se localiza o Aeroporto Internacional de Viracopos e rodovias importantes como a Santos Dumont, a Anhanguera e a Bandeirantes. Essa configuração serviu de fio indutor para a instalação de grandes empresas industriais e em virtude do afastamento do centro urbanizado, do solo pobre e terra barata, inúmeros bairros se formaram. De acordo com SEMEGHINI (idem, p.162)

²⁶ Valinhos e Sumaré se emancipam de Campinas em 1954. (SEMEGHINI 1991, p.106).

“é importante ressaltar que os terrenos mais baratos, cada vez mais distantes da malha urbana, encarecem sobre maneira a infraestrutura, o sistema de transporte etc. São, portanto, fator inflacionário e de diferenciação da qualidade de vida, implicando na crescente periferização da população de baixa renda. Por outro lado houve reciclagem de algumas áreas antigas e definição de zonas nobres com a abertura de vias capazes de dar suporte à verticalização residencial e comercial”.

A COHAB, veremos mais detalhadamente no Capítulo 6, teve papel fundamental naquilo que o autor chama de *“horizontalização do espaço urbano”*, já que desde o ano de 1970 *“ela foi responsável por 51% do total de novas residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizados em áreas vazias e distantes da malha urbana”* (SEMEGHINI idem, p.161).

Por outro lado, no período de 1960 e 1970, inúmeras obras de grande vulto acontecem como a do Paço Municipal, Lagoa do Taquaral, abertura do CEASA, Centro de Convivência, Hospital Municipal e as Avenidas Aquidaban e Norte-Sul. Sem falar na crescente implantação da rede bancária que faz de Campinas *“a terceira praça em movimento bancário do país, centralizando sedes regionais de todos os grandes e médios bancos”* (SEMEGHINI idem, p.154).

Já entre 1970 e 1980, grandes redes de lojas, supermercados e shoppings centers se sobrepõem ao antigo comércio tradicional. Além disso, o setor quaternário²⁷ também se dinamiza com a chegada de muitas empresas de consultoria, de engenharia, de publicidade e de informática.

Conforme já apontava LAPA (1995), o que se observa também através desses relatos, é que coexistem duas cidades. De um lado, uma periferia afastada do centro, com uma população pobre cada vez mais numerosa e vivendo em precárias condições de vida, fato confirmado por SEMEGHINI (1991, p.167) ao dizer que

“em pesquisa feita em 1981, apontava a existência de 80 loteamentos carentes, com 43 deles situados nas vizinhanças de córregos e áreas alagadiças. Apenas

²⁷ Entendemos este setor da economia como aquele dedicado às novas tecnologias como a robótica, cibernética, informática, nanotecnologia e a informação.

nestes 43 loteamentos viviam então cerca de 160 mil pessoas. A população favelada era de cerca de 47 mil, ou 8% da população urbana em 1980”.

De outro lado uma cidade racional, que se moderniza a cada instante e que ostenta a riqueza proveniente dos tempos áureos do café e da sua indústria que aos poucos passou a dar lugar a atividades cada vez mais ligadas à ciência, à tecnologia e à informação.

Em um trabalho recente, MELGAÇO (2005) explora a questão da violência em Campinas com a ajuda do geoprocessamento em suas reflexões. Também observamos algumas referências com relação ao planejamento territorial da cidade. Assim, ele aponta que Campinas tem sido exemplo de um lugar onde o planejamento se dá de forma setorial e, portanto, atendendo aos interesses hegemônicos. MELGAÇO (idem, p.91) assevera que *“o planejamento setorial é aderente aos interesses dos agentes hegemônicos, é favorável às verticalidades e não às horizontalidades”*. Outro aspecto que é ressaltado são as inúmeras regionalizações feitas para a cidade em que cada uma delas é adotada por determinadas secretarias de governo. Isso demonstra o caráter setorial de ver o território. O autor acrescenta (idem, p.90) que

“segundo os preceitos da escola analítica, as administrações municipais de praticamente todos os municípios do Brasil, recortam os territórios setorialmente. É um planejamento desconexo, em que cada setor enxerga e regionaliza o território à sua maneira. A Educação não conversa com a Saúde, que por sua vez não conversa com as Finanças, e estas não se entendem com a Segurança Pública”.

Há que se fazer uma menção a SCHNEIDER (2002), que ao analisar o processo de aprovação/implantação dos instrumentos urbanísticos propostos nos planos diretores de 1991 e o de 1996, observando os entraves à sua aplicação e à gestão participativa, faz uma série de análises que corroboram as reflexões de SEMEGHINI (1991) no que diz respeito às ocupações de terra e à população de baixa renda situada, em grande parte, na região sudoeste do município.

Ao comparar os dois planos diretores, o de 1991 e o de 1996 realizados pelas gestões dos prefeitos Jacó Bittar e Magalhães Teixeira respectivamente, SCHNEIDER (2002) conclui que o plano de 1991 tratava com mais ênfase das áreas ocupadas por assentamentos enquanto o plano de 1996 destacava a criação de infraestruturas, saneamento e preocupação com o meio ambiente.

Antes disso, o plano diretor vigente até 1991, elaborado no período em que o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas (PPDI)²⁸ era obrigatório e financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), foi aprovado em 1971 pela administração do prefeito Orestes Quércia (1969/1972). No entanto, segundo SCHNEIDER (idem, p.23) “*o plano não se ocupou das áreas periféricas, omitindo-se em relação à região sudoeste, que já na época concentrava o maior contingente de população de baixa renda*”.

Baseado em assertivas como as que acabamos de observar, utilizaremos uma matriz de periodização como um importante instrumento que nos auxiliará na busca de respostas para as políticas adotadas na cidade, bem como seus executores, na tentativa de contribuir para a elucidação de alguns problemas enfrentados pela cidade em função delas.

Não se pode concordar com decisões que leve em conta o setor e não o território como um todo, do mesmo modo que não podemos aceitar que planos locais de gestão urbana, como foram feitos para o Campo Grande e Barão Geraldo (distritos de Campinas) em 1996, sejam instrumentos de recuperação de áreas faveladas. Se não se tem em mente o *todo* e sua *dinâmica*, como se pode pegar a parte por si só, entendê-la e estudá-la? WHITEHEAD (1993, p.20) assegura que “*é inexequível imobilizar a natureza e contemplá-la*”. O particular e o universal estão em constantes relação e movimento, e por conta disso, SANTOS (2002a, p.121) acrescenta que “*o particular se origina do universal e dele depende*”. Os planos locais congelam uma dada realidade, descrevem-na e aplicam soluções prontas e acabadas.

²⁸ Discorreremos com mais detalhes sobre o PPDI no Capítulo 5.

Estas discussões serão feitas com a devida ênfase em um momento posterior desta dissertação. Neste momento gostaríamos apenas de suscitar algumas delas em vista do concreto pensado com o qual nos deparamos: uma cidade com uma história que legitima o pressuposto de que desde sua fundação, caminhou em direção à grandeza e sempre aspirou grandes projetos, inclusive de ser a capital do estado. Em contrapartida, o que se vê é que determinados eventos em sua história, fato que futuramente será reforçado pela matriz de periodização, a conduziu por um caminho marcado pela carência de democracia e pelos usos de modelos que sempre lhe foram alheios, servindo à parte da população.

Em guisa de conclusão desta primeira parte do trabalho, procuramos iniciar um estudo sobre o planejamento, sobre a cidade e sobre a formação territorial de Campinas para que pudéssemos adquirir bases sólidas para nossas futuras elucubrações. Como vimos, diversos autores abordaram Campinas, mas a maioria tendo a história como escopo. Muitas das referências já têm mais de 10 anos de sua publicação, e agora há que se oferecer um estudo em que a geografia imponha seu olhar sobre o presente e aponte diretrizes para o futuro.

Ainda há muito trabalho a ser feito, tanto teórico como empírico para que as bases do nosso método sejam cada vez mais fortes e que assim possamos proporcionar à sociedade algo que lhe seja útil. Temos a tarefa de desmistificar alguns conceitos e clarificar outros como o território usado e o lugar (não como sinônimo de cidade), muitas vezes usados de forma equivocada e sem o merecido valor. Somente assim, será possível propor um outro planejamento que faça frente a tudo aquilo que até hoje foi feito e que sempre tenha como desígnio a realidade do lugar.

O TEMPO SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA NOVA

PARTE 2

“A história é tão leve quanto a vida do indivíduo, insustentavelmente leve, leve como uma pluma, como uma poeira que voa, como uma coisa que vai desaparecer amanhã”. (Milan Kundera, A Insustentável Leveza do Ser).

Neste capítulo será discutida a importância do conceito de evento para a geografia nova²⁹ no estudo do espaço geográfico e seu sistema de objetos e ações. A fim de observarmos de que forma os eventos³⁰ eram abordados no passado e no presente, foi realizada uma comparação entre a teoria da difusão das inovações com a teoria dos eventos, observando suas limitações e contribuições.

Apesar de nos concentrarmos em definir os eventos segundo as diferentes versões de diversos autores, é importante que este conceito não pode ser explicado por si mesmo já que depende de outros como o conceito de lugar para ter operacionalidade e coerência.

Para o conhecimento da formação territorial de Campinas nos propomos em construir uma periodização para Campinas, mas para atingirmos este objetivo é fundamental compreendermos o papel dos eventos na organização do território. Como uma forma de exercitar e ao mesmo conhecer outras periodizações e notar como os eventos foram operacionalizados recorreremos ao trabalho de alguns autores que promoveram periodizações segundo seus objetos de estudo, descritos neste capítulo.

²⁹ Entendemos por geografia nova, a busca pela resignificação, pela renovação e coerência qualitativa de seus conceitos e categorias. De acordo com SANTOS (2002a, p.18) “vivemos, agora, uma dessas fases onde a significação das coisas experimenta uma mudança praticamente revolucionária. Se algumas disciplinas se aperceberam dessas mudanças qualitativas e as incorporaram ao seu acervo, algumas outras o fizeram apenas parcialmente ou fragmentariamente. (...) Se a geografia não foi capaz de ultrapassar essa deficiência, é porque esteve mais preocupada com uma discussão narcísea em torno da geografia como disciplina ao invés de preocupar-se com a geografia como objeto. Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica”. A geografia nova eleva o espaço à categoria de instância social e ao invés de usar a descrição, os cenários e os cálculos matemáticos como exclusivos recursos de método ela se apóia diretamente na interligação do tripé teoria (conceitos e categorias), empiria (dados, variáveis) e técnica (cartografia, periodização etc.) permeado pelo tempo (processo), objetivando sempre a compreensão do movimento da totalidade.

³⁰ O conceito de evento será discutido ainda neste Capítulo.

Os Eventos como Resposta à Cisão do Tempo

A reflexão acerca dos eventos, períodos e periodizações se faz necessária, pois permeia a geografia de maneira intensa, visto que são conceitos e instrumentos essenciais para que se entenda a complexa dinâmica da totalidade que ganha concretude no *lugar*, no nosso caso, o município de Campinas/SP.

O conhecimento dessa totalidade dinâmica, através dos eventos, implica em compreendermos aquilo que se passa nos lugares, que de acordo com SANTOS (2002a, p.322) seriam

“o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas das ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade.”

Para MATTELART (2002, p.165) *“o lugar é triplamente simbólico: identitário, relacional e histórico. Ele simboliza a relação de cada um de seus ocupantes consigo mesmo, com os demais ocupantes e com sua história em comum”*.

É nos lugares que os eventos vão incidir imputando-lhe uma nova lógica ao mesmo tempo em que é assimilado e modificado por eles no momento de sua chegada, ou como nos ensina SANTOS (2002c, p.163),

“o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é deformante e deformado”.

A partir do movimento contínuo dos eventos, que partem do universal (mundo) onde paira o imenso conjunto de possibilidades e vai ao particular (lugar), onde se materializam, conforme explica SARTRE (1960), é possível observarmos as mudanças que ocorrem no lugar, como por

exemplo, o surgimento de racionalidades e de contra-racionalidades³¹ e tudo aquilo que decorre desse embate dialético, mudanças na matriz econômica e o surgimento de novas técnicas. Deste modo, a observância dos eventos nos permite estudar as formações territoriais de cidades tomando por base os eventos ao longo de suas histórias de modo a observarmos períodos que poderão conter elementos que possam, porventura, explicar o porquê de tal cidade ser o que é hoje. É isso que pretendemos para Campinas através da observação dos eventos que nela incidiram e que a transformaram com o passar do tempo.

Neste caso, lembramo-nos de SOUZA (1994), que utilizou a periodização como um recurso na tentativa de melhor compreender os processos que levaram a cidade de São Paulo a se constituir como uma metrópole informacional e que conheceu uma intensa de verticalização³².

Dedicamos uma parte deste trabalho para mostrar a importância da periodização para o conhecimento da cidade e, por conseguinte, para a elaboração de um planejamento que leve em consideração o lugar e o território usado. Para tanto, devemos estudar os eventos, aqueles que vão nos indicar as variáveis-chaves de cada período.

O estudo da formação territorial de um município como Campinas/SP é de suma relevância para que possamos compreender os processos que a levaram a se constituir tal como a vemos atualmente.

Para não incorrerem no erro de apenas criticarmos a cidade do presente desprezando o seu passado, foi necessário um grande esforço para coletarmos e organizarmos grande parte dos eventos pertinentes à formação territorial de Campinas, sejam marcos históricos como construção de igrejas e escolas, mudanças da matriz econômica, criação de novas tecnologias e a elaboração de normas que se referiam ao planejamento e à urbanização da cidade. No entanto, para se trabalhar com todos

³¹ Entendemos as racionalidades como sendo as ações que se dão no território, denso em técnica e em informação, por meio dos agentes hegemônicos. Já as contra-racionalidades, ocupariam os interstícios deixados pela racionalidade, que abrangem a população que não tem recursos e nem acesso às modernizações. Aprofundaremos-nos um pouco mais neste tema no Capítulo 7.

³² Ver SOUZA (1994).

eles é preciso adotar uma metodologia que nos faça perceber os eventos não como dados isolados ou de forma quantitativa, mas sim como elementos interdependentes, isto é, que deixem os processos em evidência.

Sendo assim, o instrumental analítico que a geografia oferece e que se mostra muito rico no sentido de nos permitir observar esses processos é a periodização. Ela permite a verificação empírica da dimensão espaço-tempo e da noção de totalidade em geografia, além de nos deixar observar de uma só vez a indissolubilidade de tempo e espaço e de objetos e ações. SANTOS (idem, p.70) afirma que “*a história do urbano exige que seja muito bem posta a noção de periodização*” e desse modo, é preciso que saibamos dominar a divisão do tempo em períodos. Mas antes de tudo, cabe a questão: como cindir o tempo? Ou, como cindir o tempo sem dissociá-lo do espaço?

A geografia apresentou ao menos duas diferentes e importantes respostas a esses questionamentos.

A primeira corrente teórica que tentou achar um meio de periodizar, denominada *Teoria da Difusão das Inovações*, liderada por HÄGERSTRAND³³ (1967 apud SANTOS, 2002a), pregava a possibilidade de datar a chegada de um objeto num dado lugar, modernizando-o. Assim, seria possível criar isolinhas que indicavam a chegada de determinados objetos técnicos nos diferentes lugares do mundo. Entendia-se que a difusão se dava em ondas, quando na verdade sabemos que se dá pontualmente considerando o papel seletivo da globalização hoje. Além disso, o território era visto como algo inerte, uma vez que não oferecia resistências à expansão de determinada inovação.

Em outra linha de pensamento, temos a *Teoria dos Eventos*, que como o próprio nome indica, os eventos surgem como peças-chave na construção do entendimento das periodizações e, portanto, devemos reservar uma atenção especial a eles. Para SARTRE (1960) o evento seria a flecha do tempo, que sai do universal, ou seja, do infinito conjunto de possibilidades que caminha

³³ “(...) é, entretanto, ao geógrafo sueco Hägerstrand que se deve a sistematização dessa noção e a construção de uma verdadeira teoria da difusão de inovações” (SANTOS, 2002a, p.250).

para o particular, ou pensando geograficamente, para o lugar. Quando atinge este lugar, este evento carregado de possibilidades modifica-o, acrescentando novas características a ele. SANTOS (2002a, p.144) afirma que “*se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo*”. No entanto, ele também é assimilado pelo lugar, que vai impregná-lo com suas peculiaridades antes de voltar para o universal e assim repetir seu movimento. Isso porque embora o lugar contenha o *todo*, ele também contém aquilo que lhe é próprio, de modo que tudo que o atinge levará consigo alguma marca dessa incidência.

O evento, em outras palavras, seria o trabalho vivo, entendido como a divisão do trabalho vigente, sendo depositado sobre um trabalho morto, ou a rugosidade, a paisagem construída. É por isso que não podemos pensar um evento sem pensarmos no objeto a que se destina e muito menos sem considerarmos as ações que permeiam esses objetos. O evento, dessa forma, pressupõe a existência de objetos e de agentes, que incitam as ações. Tal como aponta SANTOS (idem, p.146) “*os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características*”. É crucial não perdermos de vista o caráter indissolúvel de tempo e espaço e de objetos e ações.

Os eventos atingem de maneira diferente diversas porções do território, fazendo com que esses subespaços assimilem de modos díspares aquilo que lhes foi colocado. Isso nos faz crer que as variadas assimilações desses eventos, resistentes a eles ou não, conduzem a dinâmicas distintas em cada subespaço do território. No entanto, não devemos acreditar que se dão de modo independente e desarticuladamente. A *Teoria dos Eventos*, diferentemente da teoria de Hägerstrand, considera que uma variável sozinha não possui significado fora do sistema a qual pertence. Dentro desta perspectiva, SANTOS (2002a, p.154) ensina que

“(...) os eventos não se dão isoladamente. Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas,

verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elementos”.

Concordando com essa afirmação WHITEHEAD (1994, p168) alerta que *“um evento isolado não é um evento, pois cada evento é fator de um todo mais amplo e é significativo desse todo”*. Em Campinas, não é difícil encontrar exemplos de interdependência entre os eventos e sua assimilação em cada subespaço. Basta verificarmos a reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos (Foto 7), que envolve todo um processo de desapropriações de residências e propriedades agrícolas vizinhas, mas que impõem certas resistências a esse evento.

Através disso queremos deixar claro que os eventos não são pétreos e nem são isolados, ele pode mudar sua extensão, já que conforme ensina WHITEHEAD (idem, p.72) *“cada evento estende-se por sobre outros eventos e por sobre cada evento estendem-se outros eventos”*. SILVEIRA (2006, p.87) adere a esse pressuposto ao dizer que os eventos *“transformam as essências em qualidades, produzem a extensão”*.

O que ocorre, na verdade, é que apesar da aparente desordem e incoerência, tudo acontece de forma articulada e plenamente coerente entre si. Se por um lado o evento é funcional para uns, para outros não o é, o que faz com que resistências sejam criadas. Para WHITEHEAD (1994, p.65),

“um evento discernido é conhecido enquanto relacionado, nessa estrutura, a outros eventos cujos caracteres específicos não são revelados sob outros aspectos naquela apreensão imediata, exceto na medida em são termos relacionais compreendidos na estrutura”.

Outro fato a ser relevado, é que os eventos são todos *presente*. De acordo com SANTOS (2002a, p.145),

“(...) quando falamos dum evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um presente passado que estamos falando. Quando falamos num evento futuro, é de uma suposição que estamos falando, a suposição que se realizará num presente futuro”.

Através desta passagem queremos inferir que os eventos são dotados de atualidade, que quando se dão, esgotam suas possibilidades. Esta afirmação nos remete à questão da duração do evento, que se por um lado depende de sua natureza original, por outro lado, é possível prolongá-la ou reduzi-la. Isso se exemplifica através das normas criadas, sejam leis ou decisões governamentais.

Este é um dado importante para a pesquisa, pois para a construção da matriz de periodização, de que falaremos adiante, diversas leis, atos, decretos e regulamentações foram contemplados. Isso significou a extinção, o surgimento, a prorrogação ou a redução dos eventos incididos no município de Campinas, referentes ao planejamento urbano. Assim, leis que estabeleciam a isenção de impostos às empresas, abertura ou alargamento de ruas e avenidas, construção de hospitais e escolas apontam o caminho seguido pelo planejamento.

É nesse sentido que podemos dizer que os eventos nos ajudam a periodizar, isto é, observar ao longo do tempo histórico alguns marcos de rupturas ou superposições. Isto seria uma maneira nítida de perceber a união espaço-tempo, ou seja, notar através do passar do tempo, as mudanças, as rupturas, os marcos característicos de cada período que se revelam no espaço, ou melhor dizendo, no lugar. SANTOS (idem, p.145) corrobora esta afirmação ao dizer que “*os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço*”. Já ARENDT (2007, p.264) afirma que “*(...) a história é uma série de eventos, e não de forças ou ideias de curso previsível*”.

A partir dessas características começamos a perceber melhor o movimento da totalidade que se dá diante aos nossos olhos, nos lugares, mas que passa, muitas vezes, sem nos darmos conta. Isso se justifica pelo fato de que é impossível observarmos todos os eventos acontecendo ao mesmo tempo e em diversos lugares. Daí vem a necessidade de operacionalizar os conceitos de modo que a nossa interpretação da realidade seja a mais precisa possível.

Períodos e Periodizações: operacionalizando os eventos

O conjunto de eventos forma períodos que juntamente com suas possibilidades compõem a ideia de totalidade. É por essa razão que a periodização nos permite chegar um pouco mais perto da realidade, que conforme já dissemos em outra ocasião, é intangível. A operacionalização do conceito de evento se forma a partir do momento em que começamos a identificar os períodos. Eles nos possibilitam a leitura dos eventos de forma articulada entre tempo e espaço e objetos e ações. Mas não estamos falando de todos os eventos, mas sim daqueles que interessam para a pesquisa, para aquilo que se deseja estudar.

Destarte, o período se define por um conjunto de variáveis que asseguram a reprodução da totalidade, ou de acordo com SANTOS (2004b, p.31) *“cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente”*. Ao completar seu raciocínio, SANTOS (1994a, p.70) afirma que *“necessitamos dominar a divisão do tempo em períodos. Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas”*.

No entanto, é preciso que estabeleçamos quais os critérios para a construção dos períodos, isto é, novamente retomamos a questão de como operacionalizar as infinitas variáveis e eventos de que dispomos. Como já dissemos, é impossível conhecermos todos os eventos ao mesmo tempo, por isso, a solução de que dispomos é considerar aqueles mais relevantes para nossa pesquisa.

Disto decorre que os períodos têm sua classificação baseada em critérios particulares do pesquisador, ou seja, se fundamenta naquilo que o investigador deseja estudar, nos seus objetivos. Portanto sabemos que haverá tantos períodos quantos forem os objetivos daquilo que interessa ao

pesquisador. Conforme ensina SANTOS (1992, p.23) “*essa minha escolha de períodos, ou sistemas de modernizações, é fruto de um critério arbitrário*”.

Um ponto que se faz presente é a de como reconhecer tais períodos. Como selecioná-los em meio à infinidade de possibilidades? Segundo SILVEIRA (2004), saber distinguir todas as variáveis determinantes e dominantes³⁴ de cada período histórico seria uma peça chave para que se obtenha uma interpretação coerente daquilo que se deseja estudar. O grande risco que se deve evitar é justamente coletar as variáveis ao acaso e simplesmente classificá-las. Para BAGÚ (1970, p.74) “*classificar não implica necessariamente, compreensão dos processos que produzem uma mudança qualitativa*”.

Periodizar é, portanto, escolher as variáveis-chave que ajudam a explicar aquilo que se pesquisa e que comandam as outras variáveis, sempre de modo articulado, sistêmico. Assim, devemos sempre considerar a periodização como um princípio de método, que inclusive, é adotado por diversos autores na tentativa de melhor compreender aquilo que investigam.

Portanto, é justo que façamos algumas considerações a respeito de algumas periodizações elaboradas por alguns importantes autores para que fique clara sua importância e que nos dê o élan necessário para quando do momento em que a fizermos para Campinas/SP.

ORTEGA y GASSET (1934), constrói uma periodização da técnica, que pode ser dividida em três períodos. O primeiro ele chama de técnica do acaso³⁵, ou a técnica primitiva do homem pré-histórico que usa técnica sem ter conhecimento de que ela é “modificadora” da natureza. O

³⁴ As variáveis determinantes são as variáveis-chave. São aquelas que puxam todas as outras, por exemplo, a grande indústria. No entanto, ela não está presente em todos os lugares uma vez que pode comandar as ações do lugar sem estar nele. Um exemplo disso é o continente Africano durante o imperialismo: não víamos a grande indústria, mas a maneira como tudo era escoado para fora. As variáveis dominantes atuam no plano da psicosfera, isto é, a existência de ideologias que atingem todos os lugares, como por exemplo, a ideia muito veiculada atualmente sobre o desenvolvimento sustentável.

³⁵ “A técnica que chamo acaso, porque o acaso é nela o técnico, o que proporciona o invento, é a técnica primitiva do homem pré e proto-histórico e do qual o selvagem – entende-se dos grupos menos avançados – como os Vedas do Ceilão, os Semang de Borneo, os Pigmeus de Nova Guiné e do centro africano, os australianos, etc.” (ORTEGA Y GASSET, 1934, p.75).

segundo período, chamado de técnica do artesão³⁶ consiste no fato de que o homem tem consciência de que a técnica o ajuda a produzir algo, ela se torna seu utensílio, uma extensão do corpo humano. Finalmente o terceiro período, a técnica do técnico³⁷, representa o momento que a técnica se torna ilimitada, o que provoca uma inversão de papéis onde a máquina é ajudada pelo homem e não o contrário. No período anterior o homem ainda é o ator principal e o instrumento é o utensílio do homem, enquanto que aqui a máquina torna o homem seu utensílio.

A técnica também é considerada por FRIEDMANN (1966) ao estabelecer períodos, ainda que não utilize este nome, para distinguir organizações do espaço e modos de vida diferentes. O autor demonstra a passagem do meio natural para o meio técnico a partir dos elementos técnicos que vão sendo criados pelo homem com o passar do tempo, desde os meios de transporte até os veículos de comunicação de massa. Este fato é acompanhado por uma mudança nos padrões de comportamento das pessoas que varia de acordo com as mudanças que se dão no espaço-tempo. A sensibilidade, os estímulos, a percepção, a mentalidade e ritmo são diferentes de um meio para outro.

Sendo assim, o meio natural, onde se inicia o desenvolvimento da civilização, de acordo com FRIEDMANN (idem, p.96-97), seria

“o meio das civilizações pré-maquínistas, na qual o homem reage aos estímulos vindos dos elementos naturais, animais ou homens. As ferramentas são prolongamentos diretos do corpo e das habilidades”.

Ali os estímulos são poucos, menos intensos, o ritmo era ditado pela natureza, a comunicação é próxima já que não se conhece meios de transmitir energia à distância. Nesse caso, o ator da ação é presente.

³⁶ “A técnica deixa de ser o que é até então havia sido, manipulação, manobra, e se converte sensu stricto em fabricação. No artesanato o utensílio ou ferramenta é somente suplemento do homem”. (ORTEGA y GASSET, 1934, p.83).

³⁷ “Vê que a técnica não é um acaso, como no estágio primitivo, nem um certo tipo dado limitado de homem – o artesão; que a técnica não é esta técnica nem aquela determinada e, portanto fixas, mas precisamente um manancial de atividades humanas em principio ilimitadas” (idem, p.83).

Por outro lado, o meio técnico é definido por FRIEDMANN (idem, p. 97 e 102) como sendo

“aquele que se desenvolve nas sociedades industrializadas desde o início da era das revoluções industriais, quer dizer, desde o fim do século 18 pela Inglaterra até o início do século 19 para o continente (...) a aparição das revoluções industriais é a virada que marca a nascença e o progressivo alargamento ao redor do homem de um novo meio – o meio técnico”.

É importante notar que o autor situa como marco deste período, chamado por ele de *era*, as revoluções industriais. Este seria um divisor de águas entre o meio natural e o técnico. Neste meio, se opondo ao seu precedente, os estímulos, o ritmo, o tempo e a percepção são muito mais ricos e velozes. Com a comunicação, agora à distância, somos capazes de fazer e transmitir muito mais coisas em unidades de tempo cada vez menores. Tal fato, para o autor, culmina com o empobrecimento do tempo livre do trabalhador, já que ele o aproveita não para o lazer, mas para a execução de outros trabalhos, os “bicos”. O trabalhador fica excluído do tempo livre já que seu trabalho, seu cotidiano o oprime.

Já SANTOS (1992) ensaia uma periodização em escala mundial e define cinco períodos baseado em marcos históricos e econômicos: são eles o período do comércio em grande escala (fins do século 15 até meados de 1620) caracterizado pela evolução nos meios de transporte e aumento na capacidade de comércio; o período manufatureiro (1620 a 1750) quando as cidades enriquecidas dedicam-se às atividades manufatureiras; o período da Revolução Industrial (1750 a 1870) que se caracteriza pela grande industrialização e aumento da produção; o período industrial (1870 a 1945) correspondente à aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização da produção material, energética e do transporte; e finalmente o quinto período, o tecnológico, marcado pela grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação difusos e velozes.

Outra periodização proposta por SANTOS (2002a e 2002b) mais voltada ao aspecto da técnica e que apresenta certa semelhança com a proposição de FRIEDMANN (1966),

complementado-a, inclusive, distingue três períodos: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico e informacional. O primeiro corresponde ao momento em que o homem dependia da natureza para suas atividades resultando num casamento entre o homem e seu trabalho com os aspectos naturais, sem grandes transformações provocadas por ele. O segundo meio indica o período em que se via a emergência do espaço mecanizado onde as técnicas criadas pelo homem possibilitava sua “independência” da natureza e sua constante modificação em grande escalas. Por fim, o meio técnico-científico e informacional, iniciado nos anos 70, designa o profundo casamento entre técnica e ciência em função do mercado (global) propiciado por um elemento crucial que é a informação cada vez mais veloz, difusa e onipresente.

MUMFORD (1998) em uma de suas obras, embora não enuncie explicitamente uma periodização, podemos fazer essa leitura em seu livro “A Cidade na História”, mostrando as origens e transformações das cidades. Deste modo o autor narra o surgimento das primeiras cidades a partir das vilas e aldeias e a sua organização social e econômica tendo como alicerces a domesticação dos animais, criação de templos e cemitérios na formação desse primeiro estágio na constituição de uma cidade. Em seguida, com o crescimento das cidades acompanhado da diversificação de suas funções e as novas técnicas que lhe foram imputadas, como por exemplo, os meios de transporte, culminam com o que ele chama de emergência da *pólis* quando são evocadas as cidades gregas.

Não são esquecidas as cidades medievais, já em outro período, cuja necessidade de proteção e segurança é uma de suas características mais importantes juntamente com o papel da igreja que dividia o poder com o Estado. Finalmente, após a dissolução da cidade medieval há o surgimento de um novo complexo urbano que se funda no mercado e nos transportes, o que provoca uma expansão urbana de grandes proporções evidenciando de modo cada vez mais agudo o aprofundamento entre ricos e pobres à medida que se observa, de um lado, a criação de subúrbios³⁸ para onde iam as

³⁸ “No século XVIII o congestionamento das grandes metrópoles e a propagação das cidades industriais tornavam-se crônicos, então a necessidade de fugir à cidade tornava-se consequentemente mais imperiosa e inegável (...) em meados do século XIX a ameaça de pobreza acrescentou novo incentivo ao êxodo” (MUMFORD, 1998, p.527).

classes mais favorecidas “fugidas” do congestionamento e da pobreza das metrópoles, e por outro lado, pela proliferação de cortiços que provoca essa fuga.

Vimos que as periodizações de fato abrangem critérios intrínsecos àquilo que o pesquisador estuda. Mas o que se mostra mais importante e mais difícil é identificar dentre os diversos períodos aquele que servirá como referência na nossa análise, isto é, aquele que nos mostrará elementos que sejam de suma importância em nossa pesquisa, a variável chave dentre todas as outras que a nosso ver é fundamental para a compreensão do nosso objeto de estudo.

O presente capítulo possui um caráter muito especial, pois será dedicado à observação de possíveis periodizações para Campinas e em seguida abrirá um espaço para nossa própria periodização, que tentou ver a cidade sob o viés do planejamento, nunca antes feito para a cidade. Acompanhando esse processo, estão relatados os princípios, os critérios e a metodologia adotada para a criação das fases e dos períodos definidos para a cidade.

Este capítulo nos oferece uma excelente visão dos processos relacionados à formação territorial de Campinas, nos fornecendo diversos elementos que nos ajudam a compreender o presente. A periodização funciona como um mapa qualitativo da história da cidade, portanto como uma ferramenta muito importante para formulação do nosso concreto pensado.

Por uma Periodização de Campinas/SP

Como nosso objetivo é estudar o planejamento urbano e o uso do território campineiro, precisamos nos focar nos eventos que tenham relação com o planejamento da cidade sem perder de vista outros importantes aspectos sociais, políticos e econômicos que ao longo da história influenciaram os gestores no tocante ao planejamento.

Diversos autores que discorreram sobre a cidade como BAENINGER (1996), PRANDI (2004 e 2005) SANTOS (2002a) e SILVA (1996), e já discutidos no Capítulo 1, fizeram um levantamento de eventos históricos que lhes interessavam seja ao falar de economia, demografia, saúde, saneamento e planos urbanísticos, mas não periodizaram. Foram feitas cronologias de fatos, o que é diferente do que estamos propondo, pois neste caso, inúmeros marcos são descritos e datados cronologicamente, perdendo-se, em muitas ocasiões, os nexos, as relações entre os eventos e entre as inúmeras variáveis aventadas. De acordo com WHITEHEAD (1994, p.79) o tempo em série *“é uma tal série ordenada de momentos (...) e este tempo serial evidentemente não é a própria passagem da natureza em si. Ela revela algumas propriedades materiais que dela brotam”*.

SEMEGHINI (1991), como já anunciamos no Capítulo 1, aponta, em meio a inúmeros dados históricos referentes à economia de Campinas, quatro períodos da dinâmica cafeeira no Estado de São Paulo e também cinco momentos para o setor industrial: o primeiro momento coincide com o grande rush cafeeiro entre 1875 e 1885 consolidando o setor metal/mecânico e têxtil; o segundo, embora cresça, a indústria local é afetada pela febre amarela entre 1880 e 1890, com São Paulo firmando sua primazia sobre a rede urbana paulista; o terceiro momento, compreendido entre 1900 e 1920, não houve implantação industrial de monta, mas prossegue o crescimento ditado pelo aumento da população, urbanização e expansão ferroviária; o quarto, acompanhando a nova expansão cafeeira, ao redor de 1920, e a expressiva industrialização do estado, o parque manufatureiro cresce e diferencia-se, instalando-se alguns grandes

estabelecimentos, lembrando que nesse período a legislação era favorável à implantação das indústrias; finalmente o quinto momento vai ocorrer somente em 1950 quando ocorre outro grande impulso, quando novas indústrias se aproveitaram das normas criadas pelo município para aqui se instalarem.

A periodização que propomos para Campinas tem como foco principal o planejamento urbano e os usos que o território tem sido submetido em decorrência desse planejamento. No entanto, não é nosso objetivo estudar a fundo todos os períodos que definirmos para a cidade, mas somente aqueles que se mostrarem mais relevantes para o presente trabalho.

Antes mesmo de definirmos os períodos é preciso conhecer os eventos mais importantes que se deram na cidade ao longo de sua história. Mas dada a imensa quantidade de eventos, é preciso encontrar uma maneira de visualizá-los em conjunto a fim de que possamos notar os nexos entre si e, por conseguinte, identificarmos as rupturas que marcam o fim de um período e o início de outro.

Sendo assim, chamaremos de *matriz de periodização* o instrumento técnico que se constitui na expressão empírica da totalidade, uma vez que nos evidencia os eventos que foram acolhidos, modificados ou rejeitados pelo lugar. Ela “mapeia” a realidade através de eventos, marcos e períodos, o que a cartografia nos revela em cores e formas.

A matriz possibilita duas verificações através de seus dois eixos, os quais um não existe sem o outro já que nada está desarticulado: o eixo das sucessões, representado na matriz pela linha do tempo, que na nossa pesquisa se compreende entre 1721 (antes mesmo da fundação da cidade) e 2007, e o eixo das coexistências representado na matriz pelas colunas³⁹. Estas foram criadas segundo critérios pessoais e empíricos, já que baseamos sua criação nos eventos que encontramos nos documentos pesquisados. Assim, a título de exemplificação, apresentamos uma coluna intitulada “Planejamento” que contém outras três subcolunas chamadas de Zoneamento e

³⁹ “Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências” (SANTOS, 2002, p.159).

Regionalização, Planos e Códigos e Urbanização. A primeira abrange normas voltadas à criação, regulamentação, alteração e extinção de zoneamentos na cidade bem como sua regionalização; a segunda, aponta a criação de planos urbanísticos e códigos como a Lei Orgânica do Município; e por fim, a terceira compreende as leis criadas para a execução de obras diversas como o alargamento de ruas e avenidas, construção de estradas e principalmente a criação de loteamentos.

Dissemos que o eixo das sucessões marcam a passagem do tempo. Mas o que seria ou significaria essa passagem? SANTOS (2002a, p.159) ensina que “*em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem*”. A sucessão poderia ser entendida como as coisas em sequência, pedaços de tempo que são abstratos apesar de serem datados. No entanto não estamos interessados somente nesta passagem. Pensando assim, o tempo como sucessão é abstrato, pois o processo todo não tem data. A datação serve como referência já que o que nos interessa é a essência do processo.

Um autor que trata da questão do tempo sob uma ótica um pouco diversa é BAGÚ (1970), que enuncia três formas de organizar o tempo nas sociedades, as chamadas dimensões do tempo. A primeira o *transcurso*, a segunda o *espaço* e a terceira a *intensidade*. O transcurso seria a sequência do tempo, sua sucessão, que se apresentaria em ciclos (ou períodos tal como temos dito); o espaço para o autor seria o tempo organizado como raio de operações; já a intensidade aponta para a velocidade das trocas, as mudanças. Embora se corra o risco de interpretar essas dimensões de modo isolado, BAGÚ (idem, p.117) alerta que “*cada tipo de sistema social global se caracteriza pela natureza de seus ciclos (transcurso); pela natureza das relações entre os ciclos (espaço); pela natureza de suas combinações e trocas (intensidade) e pela natureza das relações entre as três dimensões do tempo: o transcurso, o espaço e a intensidade*”. O tempo deve ser levado em conta não apenas como uma sucessão linear, mas como simultaneidade. Este seria o tempo concreto, o tempo da vida.

O eixo das coexistências, atributo da totalidade, é dado justamente pela simultaneidade. Para SANTOS (2002a, p.159), “*no viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências*”. Neste caso, as noções de tempo são diferentes para cada agente social. Em cada lugar as diversas ações e os diversos agentes não utilizam o tempo da mesma forma. Por isso poderíamos falar em temporalidades distintas, mas que possuem uma simultaneidade. Isto significa dizer, a título de exemplificação, que o Parque Oziel e o Condomínio Alphaville, ambos situados em diferentes regiões Campinas, foram concebidos quase ao mesmo tempo, e, todavia, o primeiro é uma ocupação dita ilegal e o segundo um condomínio fechado de alto padrão. Nós só atingimos a realidade total, ou melhor, nos aproximamos ao máximo dela, quando temos a compreensão das coexistências. A coexistência implica em algo semelhante que é a *compresença*⁴⁰, ou, a presença do patente e do latente ao mesmo tempo. ORTEGA y GASSET (1973, pp.102-103) explica de forma clara esse conceito ao dizer que

“enquanto este salão [por exemplo] é para nós sensu-stricto presente, é-nos compresente o resto do mundo, fora do salão e, como no caso da maçã, essa compresença daquilo que nos é patente, mas que uma experiência acumulada nos faz saber que mesmo não estando à vista, existe, está aí e se pode e se tem de contar com a sua possível presença, é um saber que em nós se converteu em habitual, que levamos em nós habitualizado”.

Seguindo esta linha de raciocínio, o atual seria o presente e o habitual o compresente.

Devemos levar em conta não só aquilo que está diante de nossos olhos, mas o pano de fundo, os contextos em que os eventos estão inseridos. Tais contextos são a representação da

⁴⁰ “Certamente posso dar voltas em torno da maçã ou fazê-la girar na minha mão. Nesse movimento vão-se-me fazendo presentes aspectos, isto é, faces distintas da maçã, cada uma em continuidade à precedente. Quando estou vendo, o que se chama ver, a segunda face, lembro-me da que a vi antes e somo-a àquela. Bem entendido, porém: esta soma, do recordado ao efetivamente visto, não faz com que eu possa ver juntos todos os lados da maçã. Esta, pois, enquanto unidade total, portanto, no que entendo quando digo “maçã”, jamais me está presente; assim, não é para mim com radical evidência, mas somente, em suma, com uma evidência de segunda ordem, - aqui corresponde à mera lembrança, - em que se conservam nossas experiências anteriores acerca de uma coisa. Daí, à efetiva presença daquilo que só é parte e uma coisa, se vai automaticamente acrescentando o resto dela, do qual diremos, pois, que não está apresentado, mas sim *compresentado* ou compresente”. (ORTEGA y GASSET, 1973, pp.101-102).

totalidade em movimento a qual a matriz de periodização busca mostrar a partir da inseparabilidade de objetos e ações.

Campinas teve sua matriz de periodização⁴¹ construída e analisada a partir dos pressupostos teóricos a pouco citados. No entanto, dado o caráter erudito desse trabalho, alguns problemas na organização da matriz foram detectados após sua finalização o que é evidentemente compreensível em se tratando de um estudo de grande magnitude como esse. Sendo assim, a atual pesquisa se comprometeu em atualizá-la, reorganizá-la, adequá-la ao nosso objeto de estudo e, principalmente, em definir as fases e períodos da cidade bem como estudá-los, algo que até então não havia sido feito.

Contudo, através de observações preliminares, podemos adiantar que já é possível termos uma ideia das fases da cidade. Elas se constituem num primeiro passo em direção à construção dos períodos já que possuem elementos, marcos, variáveis-chave, que nos permitem ter uma noção prévia do número de períodos que possam existir em consequência de semelhanças e diferenças entre as diversas fases. Daí se pode deduzir, que o conjunto de fases, que contenham feições parelhas, marcos de início e fim de um ciclo, constitua um período, ou, pensando inversamente, o período seria uma síntese das fases.

Assim, conforme SOUZA (1994) fez para a cidade de São Paulo quando identificou para os seus 435 anos onze fases da transformação da paisagem, podemos indicar, preliminarmente, dez fases dos 233 anos da história campineira⁴².

⁴¹ A matriz de periodização de Campinas foi construída de julho a dezembro de 2004 por um grupo de trabalho da Prefeitura Municipal de Campinas composto pela Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza - que coordenou sua elaboração, - Evelyn Andrea Arruda Pereira, James Humberto Zomighani Junior, Patrícia Stahl Merlin e Victor Begeres Bisneto, que pesquisaram toda a legislação urbanística da cidade e eventos históricos relevantes da sua formação territorial desde 1721 (com a abertura do caminho dos goyazes que passava pelo local onde a cidade está localizada hoje e, portanto, 53 anos antes de sua fundação) até 2004. O trabalho de atualização da matriz até 2007 foi realizado por Victor Begeres Bisneto. A exposição da matriz de periodização nesta dissertação é inviável visto que ela possui aproximadamente 400 linhas (em planilha do software Excell) e diversas colunas. Houve uma exposição da matriz em dezembro de 2004 quando ocorreu o “*I Encontro Internacional A Metrópole e o Futuro*” na Prefeitura Municipal de Campinas. Este evento foi organizado pelas pessoas acima citadas em conjunto com o Escritório de Planejamento da Cidade, do qual fazíamos parte. Naquela ocasião, a título de curiosidade, a matriz ocupou por completo as paredes do salão vermelho da Prefeitura, aproximadamente 20 metros em papel A0.

⁴² Usamos a idade de 233 anos de Campinas já que a matriz está atualizada até a data desse aniversário (14/07/2007).

1ª Fase: 1721 a 1774 – compreende a abertura do Caminho das Minas dos Goyazes, por onde passavam os bandeirantes para as minas de Goiás e de Minas Gerais, e, em seguida, a constituição da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso de Jundiá, com a concessão das sesmarias e a demarcação do rossião com a abertura das três primeiras ruas (a de baixo, hoje Lusitana; a do meio, hoje Dr. Quirino; e a de cima, hoje, Barão de Jaguará).

2ª Fase: 1774 a 1797 – a fase se inicia com a determinação do primeiro ordenamento territorial da nova freguesia e em 1797 a cidade é elevada à Vila de São Carlos. No campo político ocorre a eleição da primeira Câmara Municipal, cargos públicos como juizes, procuradores e vereadores são criados e no que concerne à economia, a produção de açúcar se inicia (1795);

3ª Fase: 1797 a 1842 – Campinas é elevada ao status de cidade, a comarca da cidade é criada e a produção açucareira se mostra no auge no momento em que o café começa ser produzido. Nesta fase, Campinas passa a ser o maior centro do mercado negreiro no Brasil, nas palavras de PRANDI (2004);

4ª Fase: 1842 a 1872 – neste momento, a produção de café já supera a de açúcar juntamente com o primeiro ciclo de migração para a cidade; em 1857 é instalada a primeira indústria (fábrica de chapéus Bierrembach e Irmãos) e no mesmo ano surge a primeira máquina a vapor na cidade. Cria-se o Mercado Grande, os primeiros partidos políticos são estabelecidos e vemos o surgimento do primeiro jornal (Aurora Campineira) no mesmo ano em que o primeiro Código de Posturas é elaborado, em 1858; Há que se considerar também o advento da Lei de Terras de 1850 que de certa forma contribui para a criação de uma tensão entre ricos e pobres de onde morar a partir de uma nova demarcação e regularização das terras.

5ª Fase: 1872 a 1889 – esta fase se caracteriza pelo surgimento e consolidação de novas infraestruturas e rede de serviços tais como o aparecimento das ferrovias, criação do serviço de águas e esgotos, telefonia e iluminação pública a gás juntamente com o advento da primeira experiência com a energia elétrica. Também é importante notar a instalação do primeiro Banco

(Banco Colonial do Estado de São Paulo). Além disso, surgem os primeiros colégios e a área da saúde começa a se solidificar com a inauguração do Hospital Beneficência Portuguesa (1879) e o Hospital Circolo Italiani Uniti (atual Casa de Saúde, em 1886), concomitantemente à ocorrência de uma grave epidemia de febre amarela que atinge a cidade em (entre 1888 e 1889);

6ª Fase: 1889 a 1930 – a atividade cafeeira entra em declínio, e, ao mesmo tempo, contrariamente, várias indústrias voltam a se instalar em Campinas com a ajuda do governo municipal (de acordo com a Lei n.129/1908 que concede favores às indústrias⁴³). As infraestruturas de água, luz e esgotos se consolidam, no tocante ao sistema de transporte os bondes se tornam elétricos e em 1912 acontece o início do processo de verticalização do centro por meio de medidas normativas e uma primeira expansão urbana na região sudoeste da cidade com a criação de novos bairros. Como se percebe, esta fase e a anterior, ressaltam a mudança da matriz econômica da cidade de agrária para industrial, de comércio e serviços;

7ª Fase: 1930 a 1960 – marca a criação da PUC-Campinas e da Faculdade de Medicina (posteriormente incorporada à UNICAMP). A fluidez do território começa a se configurar com a criação do aeroporto de Viracopos (1953) e a introdução do ônibus urbano. Um ponto de grande relevância nesta fase é a criação de loteamentos em massa, iniciados com os bairros Cambuí, Guanabara e Chapadão pela iniciativa privada e com o aval do governo municipal, e impulsionados pelo grande evento dessa fase que é o início dos planos de urbanização, como o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, realizado por Prestes Maia, sob a ótica modernista em 1934 e a aprovação do código de construções (Decreto 76/1934)⁴⁴. Segundo SEMEGHINI (1991, p.124) *“a etapa que vai de 1942 a 1952 assinala uma conjuntura expansiva com um poderoso componente especulativo nos negócios imobiliários”*. O autor acrescenta que

⁴³ CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Leis e Mais Actos decretados pela câmara e promulgados pelo executivo de 1890-1919. Campinas: Companhia Estella Ltda, s.d.

⁴⁴ CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. "Leis e mais actos decretados pela Câmara e Promulgados pelo Executivo de 1920 – 1934". Campinas: Cia Stella Ltda., sd.

“os novos loteamentos se concentravam principalmente na região sudoeste, afastados do núcleo urbanizado, numa área de solo mais pobre, onde a terra era barata e predominava a pequena propriedade. Seu grande indutor foi a via Anhanguera, e logo após a instalação de grandes empresas industriais, que ao invés de se concentrarem num ponto, estavam dispersas. Houve uma comunhão de interesses do capital industrial, imobiliário e com a sansão do poder público”
(*Idem*, p.126).

Como bem disse o autor, muitas empresas (químicas, materiais elétricos, papel entre outras) se instalaram na cidade, consolidando na cidade uma sociedade de base urbano-industrial;

8ª Fase: 1960 a 1974 – a fluidez se intensifica, com a realização de grandes obras viárias como a Aquidaban, Norte-Sul, Suleste, John Boyd Dunlop, Viaduto Cury, inauguração da rodovia dos Bandeirantes (trecho Campinas-Jundiaí) e da Radial Leste, ao passo que a abertura de loteamentos e edificação de infraestrutura não acompanha o mesmo ritmo. A imensa quantidade de leis e decretos voltados para o alargamento e prolongamento de ruas e avenidas da cidade é deflagrador do processo de dotar o território de fluidez. Dentre outros eventos de valor, a criação da UNICAMP (1966) é um dado importante juntamente com a criação do CEASA, Parque Portugal (Lagoa do Taquaral) e principalmente com a elaboração do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas (PPDI) aprovado pela Lei 3960/1971⁴⁵ pela administração do então prefeito Orestes Quércia (1969/1972). Esta fase é marcada pelo início do processo de favelização, conforme já explicitado por BAENINGER (1996) no Capítulo 1. Por fim, a fase se encerra com a criação das dez primeiras Administrações Regionais, primeira regionalização da cidade feita em 1973;

9ª Fase: 1974 a 1988 – nesta fase, os aspectos mais ligados aos loteamentos passam a ter grande expressão ao passo em que a preocupação com a fluidez se arrefece. Isso se mostra com a alteração das ações da Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB-Campinas), que deixa de fazer pequenos conjuntos na malha urbana para adquirir grandes glebas afastadas. Tanto

⁴⁵ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Leis Municipais 1971. v.26

que é neste momento em que são implantados os DICs (Distritos Industriais de Campinas) e conjuntos habitacionais como o Padre Manoel da Nóbrega e Padre Anchieta (em 1981). Além disso, observa-se o início das grandes ocupações no município, cujo maior exemplo até então era a do Jardim Yeda (200 famílias) em 1988. Paralelamente a isso, ocorre a aprovação de loteamentos rurais fechados (Chácaras Gramado, Nova Campinas, Village Campinas) e tem-se o início dos condomínios fechados na cidade (em 1983)⁴⁶. A matriz de periodização por meio da enorme quantidade de leis e decretos expõe a preocupação que se tinha em se criarem loteamentos pela cidade. Dentre outros acontecimentos de proeminência, podemos citar as implantações do Distrito Industrial e da primeira emissora de televisão da cidade (a EPTV), a inauguração do primeiro Shopping Center (Shopping Iguatemi em 1980), a inauguração dos terminais Central e Ouro Verde bem como a edificação do corredor de ônibus da Avenida das Amoreiras. A cidade também conhece a criação do Centro de Indústrias de Alta Tecnologia (CIATEC) e do Laboratório de Luz Síncroton. Por fim, devemos ressaltar a construção, dentre outros, do Hospital das Clínicas da UNICAMP e do Hospital Municipal Dr. Mario Gatti, reforçando Campinas como referência nacional na área da saúde;

10ª Fase: 1988 a 2007 – a fluidez volta a ter importância, porém não com a mesma intensidade de antes, refletido pela menor quantidade de normas relativas ao prolongamento, alargamento e construção de vias. Nesta fase, ocorre a elaboração dos Planos Diretores (1991 e 1996) e dos planos locais de gestão urbana de Barão Geraldo e do Campo Grande. É importante destacar que a pobreza que já vinha crescendo em momentos anteriores, torna-se ainda mais preocupante e nítida, já que grandes áreas são ocupadas ilegalmente como são os casos do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B por volta do ano de 1996. Como resposta, o governo municipal concede direito real de uso do solo para favelas, isto é, através de programas de urbanização e regularização de favelas e ocupações. Há que se considerar a inauguração do

⁴⁶ CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Subsídios para a discussão do plano diretor. Campinas: s.i., 1991.

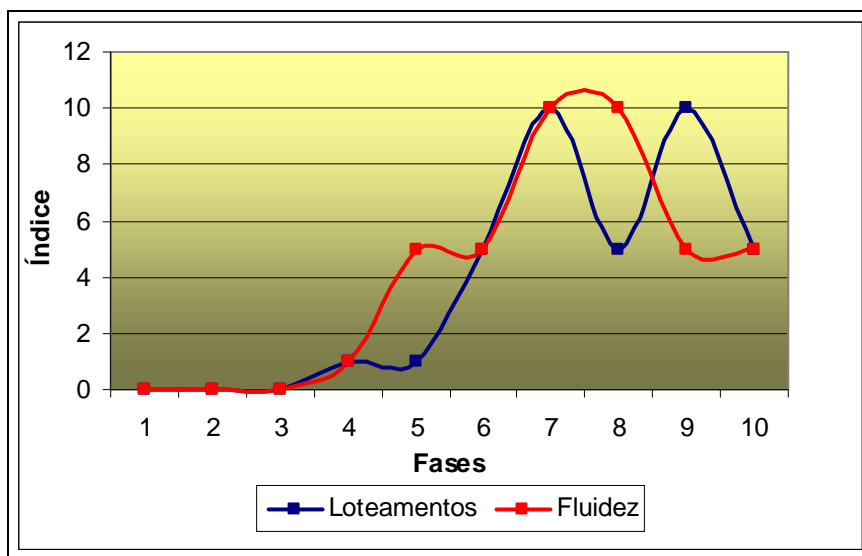
Shopping Dom Pedro e do Campinas Shopping, aumentando ainda mais rede comercial da cidade atraindo pessoas da região metropolitana, e o maciço investimento em infraestrutura de saneamento básico principalmente no tocante à construção de estações de tratamento de esgoto. Por fim, vemos a retomada, em 1995 do processo de regionalização da cidade, que posteriormente passou por outras divisões e a criação do Pólo II de Alta Tecnologia, uma tentativa de atração de mais empresas de alta tecnologia.

A situação que temos em mãos ainda necessita de um aprofundamento maior, mas já nos oferece uma boa perspectiva para a formulação de algumas considerações a respeito do planejamento da cidade e os usos os quais o território tem sido submetido até então. Além disso, já é possível visualizarmos certas semelhanças entre as fases, prováveis inícios e fins de determinados períodos e as nuances de determinados elementos como a quantidade de normas e marcos referentes aos loteamentos e à fluidez, representados por arruamentos, prolongamentos e alargamentos de vias e construção de rodovias, aeroportos e terminais de ônibus.

Desse modo, para ilustrar essas variações, elaboramos um gráfico simples, porém muito revelador, para mostrar o grau importância que cada variável teve em sua respectiva fase representado por um índice⁴⁷ obtido a partir da verificação empírica da quantidade de normas e marcos existentes sobre loteamentos e fluidez.

⁴⁷ **Índices:** **0** – nenhum ou raro loteamento e/ou fluidez; **1** – poucos loteamentos e/ou fluidez; **5** – alguns loteamentos e/ou fluidez; **10** – muitos loteamentos e/ou fluidez.

Gráfico 1 – Variação da Ênfase dada à Criação de Loteamentos e de Fluidez no Território ao Longo das Fases Históricas



Fonte: Leis, decretos e marcos históricos obtidos pela matriz de periodização de Campinas.

Como podemos notar, as três primeiras fases da cidade, sejam, a criação de loteamentos e de fluidez, era quase nula já que a cidade estava ainda se instituindo de modo lento. Mas a partir da quarta fase, o governo municipal alternou sua preocupação entre as duas variáveis de acordo com os interesses vigentes à época, refletindo, provavelmente, ideologias partidárias. Não nos restam dúvidas de que estas duas variáveis foram determinantes na constituição de Campinas tal como a vemos nos dias de hoje, conhecida por abrigar grandes empresas que se sentem atraídas pela facilidade dos fluxos e também por apresentar as imensas desigualdades sócio-espaciais.

Outra informação que podemos aventar, é que à medida que avançamos no tempo, a quantidade de eventos incidentes é cada vez maior em intervalos de tempo proporcionalmente mais curtos. A isso chamaríamos de aceleração contemporânea, ou conforme explica SANTOS (1994a, p.30),

“a aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também, acrescentou novos itens à história (...) a aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua

sucessão alucinante. São na verdade acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos”.

A densidade técnica e informacional que se acumula no território é cada vez maior à medida que novas modernizações em tempos cada vez mais curtos se superpõem às antigas. O movimento da totalidade salta aos nossos olhos principalmente nos dias de hoje em que temos a informação como o grande carro-chefe do atual período, definido por SANTOS (2002a) como técnico-científico e informacional.

Enfim, o gráfico apresentado pode nos ajudar futuramente na definição dos períodos e, por conseguinte, na escolha daqueles que apoiarão nossas elucubrações sobre o planejamento e os usos do território campineiro.

Definindo os Períodos Históricos de Campinas

Segundo a análise das características das fases estabelecidas para Campinas/SP, pode-se inferir uma síntese ainda mais concisa das transformações do espaço urbano que contribuiu para a definição de *cinco* períodos históricos para a cidade. Estes períodos nos oferecem uma clara possibilidade de observação dos ritmos que a formação territorial de Campinas teve ao longo de sua história.

Tais períodos podem ser assim identificados.

1º Período (1721 a 1842) – *Aurora Campineira*⁴⁸: abrange as três fases iniciais e se constitui no marco institucional da cidade em que deixa de ser apenas um caminho de passagem para as minas dos Goyazes para se tornar um dos importantes centros produtores de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

2º Período (1842 a 1889) – *A Cidade e a Epidemia*: Este período engloba a quarta e a quinta fase histórica. Campinas é provida de extensa infraestrutura (colégios, hospitais, redes de iluminação, água e telefonia, inauguração da primeira máquina a vapor - 1857 - e rede de transporte ferroviária). No campo, o café supera a cana-de-açúcar e consolida a cidade como um dos principais centros de produção agrícola do Estado ousando disputar a primazia econômica e populacional com São Paulo não fosse a grave epidemia de febre amarela que dizimou parte da população e forçou outra parte a migrar. Além disso, fez entrar em declínio a produção de café.

3º Período (1889 a 1930) – *Cidade Fênix*⁴⁹: equivale à sexta fase. Neste período Campinas renasce da epidemia de febre amarela a partir de grandes obras de saneamento. Sua matriz econômica muda de agrária para industrial, serviços e comércio possibilitado a partir de estímulos do governo para a

⁴⁸ Uma alusão à primeira imprensa estável do município com o periódico "Aurora Campineira", em 1858. (Ver PUPO, 1969)

⁴⁹ O título desde período foi inspirado na bandeira e no brasão de Campinas que ostenta em seu centro a imagem da ave Fênix, ser mitológico que ressurgue das cinzas (ver figura 4 nos apêndices).

instalação de indústrias ao mesmo tempo em que a cidade crescia e solidificava sua rede de infraestrutura.

4º Período (1930 a 1988) – *Cidade Empreendedora*: abarcando a sétima, oitava e nona fases, este período é marcado pelo surgimento dos grandes planos urbanísticos da cidade na década de 1930 e 1970 em que houve o maior “boom” imobiliário de sua história com a abertura de muitas ruas, avenidas e estradas bem como a massiva criação de loteamentos em determinadas áreas da cidade. Junte-se isso à construção do Aeroporto Internacional de Viracopos, à inauguração de importantes universidades como a PUCCAMP e UNICAMP e à instalação de indústrias e laboratórios de alta tecnologia e temos a afirmação de Campinas como uma das maiores e mais importantes cidades do Estado de São Paulo. Contudo, o final deste período é marcado pelo início das ocupações de terra no município, fato que se agravaria no período posterior.

5º Período (desde 1988) – *Metrópole das Contra-racionalidades*: coincidente à décima fase histórica, este período se caracteriza pela consolidação de indústrias de alta tecnologia na cidade bem como de uma forte rede de infraestrutura essencialmente voltada para a atração de novos empreendimentos. Neste sentido, houve a instalação de inúmeros shoppings centers (dentre eles um dos maiores da América Latina, o Parque Dom Pedro Shopping) que atraem um grande fluxo de pessoas de diversas cidades do interior paulista e da Região Metropolitana de Campinas, dinamizando o setor de comércio e prestação de serviços. Entretanto, este período se caracteriza pelo avanço da pauperização de boa parte da população, refletida pelo aumento no número de favelas e ocupações irregulares de terra em vários pontos da cidade, mas ainda mantendo a escrita de uma séria segregação entre a região sul (pobre) e a norte (rica) da cidade.

O PLANEJAMENTO URBANO, OS PLANOS E OS USOS DO TERRITÓRIO DE CAMPINAS/SP

PARTE 3

“O carvalho mesmo assegurava que só semelhante crescer pode fundar o que dura e frutifica; que crescer significa: abrir-se à amplidão dos céus, mas também deitar raízes na obscuridade da terra; que tudo o que é verdadeiro e autêntico somente chega à maturidade se o homem for simultaneamente ambas as coisas: disponível ao apelo do mais alto céu e abrigado pela proteção da terra que oculta e produz.” (Martin Heidegger, O Caminho do Campo)

Assim como fizemos para a cidade, logo no início desta dissertação, abriremos uma nova caixa-preta para conhecermos as concepções teóricas de algumas escolas de planejamento sobre o próprio planejamento e sobre a cidade.

Ao pretender observar se a formação territorial da cidade possui alguma relação com qualquer corrente do planejamento urbano, antes é preciso conhecer quais são essas correntes e ver quais semelhanças elas podem ter como aquilo que foi feito em Campinas.

É importante advertir que este capítulo não resume todas as escolas e teorias do planejamento e que não será somente neste momento que discutiremos o planejamento urbano. O Capítulo 5, por exemplo, retoma o pensamento de outras escolas não descrito aqui.

Abrindo uma Nova Caixa-Preta: concepções do planejamento urbano

O que discutiremos a seguir serão algumas correntes e concepções do planejamento urbano segundo importantes autores que ao longo da história contribuíram para a formação de inúmeras teorias a respeito do planejamento, da cidade e sua organização. Referências que tratam deste assunto são inúmeras, no entanto, as abordagens se dão na maioria das vezes ora no campo da arquitetura e do urbanismo e ora no campo da economia e da sociologia, evidenciando a relativa omissão da geografia, especificamente no caso do município de Campinas, em emitir pareceres e teorias a respeito.

De início é importante frisar que grande parte das teorias do planejamento e urbanização teve seu momento de ebulição durante os séculos 19 e 20 e foram desenvolvidas, em especial, nos Estados Unidos e em diversos países da Europa como Inglaterra, França e Alemanha. O contexto vivido no período em questão é dado pela Revolução Industrial, em que é nítida a preocupação dos diferentes autores com os processos de industrialização e de urbanização. Daí porque LEFEBVRE (2004) apontou a urbanização como algo decorrente da industrialização. Contudo, como já vimos, no Brasil foi a agricultura que praticamente “financiou” o surgimento das cidades e posteriormente da indústria. CHOAY (1965, p.74)⁵⁰ aponta que “*a raiz de toda proposição de planejamento (...) escondem as tendências e os sistemas de valores*”. Tais tendências e valores são diferentes segundo a época e segundo as diversas formações sócio-espaciais⁵¹.

A autora reúne as principais ideias de grandes pensadores do planejamento e do urbanismo em seu livro e classificando-os em algumas correntes de acordo com a época. Quanto a isso,

⁵⁰ Todas as citações de CHOAY (1965) foram traduções do autor desta dissertação.

⁵¹ A formação econômica e social, conceito oriundo das reflexões de Marx, Engels e Lênin, segundo SANTOS (2002b, p.237-238), “as F.E.S [Formações Econômicas e Sociais] somente existem, no entanto, por causa do seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade (sua evolução particular, sua situação atual, suas relações internas e externas) tomada como uma realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial”. Contudo, o fator espacial não pode ser deixado de lado, pois, segundo SANTOS (idem, p.244) “jamais houve formação social independentemente do espaço”. Isto nos permite falar no conceito da *Formação Sócio-Espacial*, que contempla já todas as antigas definições (formação social e formação econômico-social).

CHOAY (idem) vai estabelecer e caracterizar dois períodos em que o planejamento é praticado: o *pré-urbanismo* e o *urbanismo*. O primeiro é marcado pelo vigor da Revolução Industrial concomitantemente ao crescimento populacional, pela racionalização dos meios de comunicação e expansão dos meios de transporte, criação de shoppings e a suburbanização crescente em função da ida da população de classe média e operária em direção às periferias. Para lidar com esses processos, havia dois grupos de pessoas nessa época de acordo com CHOAY (idem, p.43-44),

“uns, médicos e higienistas, que inspirados por sentimentos humanitários, denunciavam fatos e números de apoio ao estado físico e mental deplorável que vive o proletariado urbano. O outro grupo de polêmicos é constituído por pensadores políticos (...) nesse grupo, Matthew Arnold, Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin se encontram para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais”

O segundo período por ela definido ainda que tenha muitos aspectos ainda relacionados à Revolução Industrial, ela difere do pré-urbanismo quanto aos profissionais que se dedicavam ao estudo da cidade. Para CHOAY (idem, p.30), *“ao invés de ser obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos) ele [o urbanismo] se dá sob duas formas, teórica e prática, e a apanhagem de especialistas é em geral de arquitetos”*. Enquanto o pré-urbanismo sugere ser um período onde se era mais ligado a opções políticas, o urbanismo apresenta um caráter menos político e mais técnico.

Dentro desses dois períodos há *modelos* de planejamento que possuem, cada um deles, um modo de pensar a cidade, o homem e o planejamento. Os principais são o *progressista*⁵², o *culturalista* e o *naturalista*⁵³. É importante ressaltar que esses modelos coexistiram, já que representavam, muitas vezes, aspectos radicalmente opostos um do outro.

O *pré-urbanismo progressista*, representado por Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon, Robert Owen entre outros, tinha como princípios a higiene física e moral, o funcionalismo e o

⁵² O termo original em francês era *progressiste*, daí a tradução literal. Mas pode ser entendido como *modernista*.

⁵³ O modelo naturalista surge somente no período urbanista.

racionalismo. O foco não era a cidade em si, mas o modo de produção e a condição humana. Nesta corrente, a ciência e a técnica, de acordo com CHOAY (idem, p.16), “*devem permitir resolver os problemas colocados pela relação dos homens com o mundo e entre eles*”.

Já o *pré-urbanismo culturalista*, cujos expoentes eram John Ruskin e William Morris, segundo CHOAY (idem, p.21) “*o ponto de partida crítico não é mais a situação do indivíduo, mas aquela do agrupamento humano, da cidade*”. Além de “anti-industrial”, a geometria, o racionalismo e a simetria não são seus ideais, ao contrário, preza-se muito mais pela estética, pelo bem estar, pelo lazer do que pela ordem.

A crítica que se faz a essas duas correntes provém do fato de que, de acordo com CHOAY (idem, p.25), “*ambos pensam a cidade do futuro em termos de modelo. A cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reprodutível*”. Mais uma vez vemos a cidade entendida como um palco sobre o qual as ações se dão, sem que haja o fator condicionante do espaço no âmbito das relações sociais.

No período chamado de urbanista, os mesmos modelos novamente se fazem presentes só que com aspectos diferentes. A “nova versão do modelo progressista”, representada entre outros por Le Corbusier e Tony Garnier, em vista das novas técnicas e das modernizações do final do século 19 e início do século 20, dentre elas o advento do concreto armado e do elevador, que permitiram a verticalização, tem como ideais a modernidade, a estética, o funcionalismo e é pautado em uma ruptura com o passado, com a história. Outro ponto a ser relevado é o surgimento da Carta de Atenas, da qual falaremos a seguir, nesta corrente do planejamento urbanista.

A linha de pensamento desenvolvida via o planejamento como um sistema orgânico em que todas as suas partes devem estar em “harmonia” entre si, sendo que as formas têm especial importância. LE CORBUSIER (2004) reflete sobre o planejamento urbano e nos oferece uma série de ensinamentos. Para ele, antes de tudo, a técnica apresenta um papel relevante no sentido de abrir horizontes, ou como ele mesmo diz, elas “*abriram, fantásticamente, com a precisão dos*

instrumentos de medida, os espaços diante de nós e, por conseguinte, o sonho: os mundos estelares e as profundezas vertiginosas da vida sobre a terra” (p.21). Tais técnicas acompanharam as mudanças na sociedade: o artesanato é substituído pela indústria, o artesão pela máquina. Contudo, aliada à técnica, está a razão, a consciência. Para LE CORBUSIER (2004, p.34) *“a técnica e a consciência são as duas alavancas da arquitetura sobre as quais se apóia a arte de construir”*. Mas a onda de descobertas densificou o cotidiano do homem ao ponto de oprimí-lo, restando aos urbanistas, arquitetos, economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, entre outros, a tarefa de encontrar soluções para que o prazer de viver encontre lugar na sociedade.

O autor relata a gama de novas técnicas aplicadas na construção como o aço, o alumínio e o concreto armado, além de invenções como a energia elétrica e o elevador, que propiciaram um avanço na arte de construir e, por conseguinte, uma forma de aproximação àquela sociedade harmônica, “sadia”. Há que se ressaltar, entretanto, que para ele *“as coisas têm razão de ser, e quando não mais existem tais razões de ser, a razão ou o bom senso querem que elas não atravanquem, ainda mais, nossas vidas com o peso de sua inutilidade”* (p.55). ORTEGA y GASSET (1934) reforça esta ideia. Para ele, as coisas só têm valor à medida que os homens dão valor a elas. Não há “coisa” por si mesma.

LE CORBUSIER (2004), em linhas gerais, adota uma postura organicista, enxerga a cidade como um organismo vivo, tanto que chega a falar em corpo urbano, cidade doente e ossificação (com relação às vias). Para este corpo não ficar doente, o remédio seria o planejamento pautado em premissas como a garantia de sol, vegetação, espaço, *eficiência* das vias entre outras.

Essas premissas fazem parte de um importante movimento oriundo do modelo progressista que foi a Carta de Atenas. CHOAY (1965, p.33) explica que

“a partir de 1928, o modelo progressista encontra seu órgão de difusão em um movimento internacional, o grupo do C.I.A.M (Congrès Internationaux d’Architecture Moderne); em 1933 este grupo propõe uma formulação doutrinal

sob o nome de Carta de Atenas. Essa é então o bem comum dos urbanistas progressistas”.

A Carta de Atenas é inspirada nas necessidades universais humanas representadas por quatro grandes funções que a cidade deve oferecer, sejam elas: *habitação, recreação, trabalho e transporte*. Cada uma dessas funções obedeceria, a fim de que tenham a máxima “eficácia”, a uma série de critérios de organização devidamente perscrutados. Assim, a largura de ruas, tamanho e localização de parques, residências e indústrias bem como a organização do transporte em cada zona da cidade são de grande relevância para identificar e sanar os problemas da cidade. Aliando-se estas condições às técnicas, cada vez mais modernas, seria o ponto central para a busca do prazer de viver, da felicidade humana vivendo em sociedade. Com relação à eficácia, CHOAY (idem, p.35) afirma que ela *“se manifesta inicialmente na importância acordada à questão da saúde e da higiene. A obsessão da higiene se polariza ao redor das noções de sol e vegetação (...) ela é ligada aos progressos contemporâneos da medicina e da fisiologia”*.

Ao encontro desta concepção está o pensamento de TOPALOV (1997, p.29) que afirma que *“a desordem é a imagem invertida de uma ordem escondida que ainda é potencial e que a ciência urbana e o planejamento racional devem tornar atual”*. Ele ainda acrescenta que o objetivo do planejamento *“é instaurar uma ordem espacial que deverá desembocar em uma nova ordem produtiva (garantia do progresso social) e em uma nova política (garantia do progresso democrático)”* (p.31).

Já a “nova versão do modelo culturalista”, a exemplo da progressista da qual falamos anteriormente, preserva as ideologias de sua antecessora (no período pré-urbanista). Nela encontramos alguns autores como Camillo Sitte, Ebenezer Howard e Edward Unwin que criaram o conceito da cidade-jardim por volta de 1930 e 1940 e que inclusive identificamos na paisagem da cidade de Campinas tal como discutiremos no Capítulo 5. As principais características que encontramos nesta corrente estão relacionadas à supressão das geometrias, ao incentivo da

diversidade, à aproximação com a natureza, apreciação da arte e o controle das aglomerações através de espaços fechados, cercados por áreas verdes tal como descreve CHOAY (1965, p.44):

“o espaço deve ser imprevisível e diversificado e deve recusar toda subordinação à quaisquer princípios de simetria, seguir as sinuosidades naturais do terreno, as incidências do sol, se curvar aos ventos dominantes, ou ao maior conforto existencial do usuário”.

SITTE (1902 apud CHOAY, 1965, p.269) reclama que as cidades são monótonas devido à regularidade das formas feitas impecavelmente por técnicos ao passo que antigamente a irregularidade era típica em função do desenvolvimento histórico gradual dos lugares que tinham suas construções realizadas sem a ajuda de maquetes ou desenhos. O autor afirma que *“as obras esculturais abandonam sempre mais as praças e as ruas para se fecharem em prisões de arte chamadas museus”*⁵⁴ (idem, p.271).

Por volta da década de 1920, ligado à ideia da cidade-jardim, desponta um dos precursores planejamento regional que foi Patrick Geddes, influenciado pelos geógrafos Paul Vidal de La Blache e Elisée Reclus. Biólogo, ele baseava seus estudos na área do planejamento, no conhecimento dos aspectos geográficos e históricos de cada região, muito inspirado nas monografias regionais do geógrafo francês Vidal de La Blache. Para Geddes, antes do plano era preciso fazer levantamentos dos recursos de uma dada região natural e dos aspectos históricos. Para tanto, como mostra CHOAY (1965), havia inclusive um questionário contendo vários itens sobre a topografia, população, planejamentos antigos e atuais, transporte entre outros, para cada cidade, de modo a se estabelecer um planejamento específico àquela localidade.

Até hoje alguns destes preceitos continuam atuantes, como é o fato de considerar como objeto de análise e base para o planejamento os elementos naturais, como bacias hidrográficas. Tal fato se confirma ao observarmos que durante a 3ª Conferência da Cidade de Campinas (que será

⁵⁴ Traduzido pelo autor.

estudada no Capítulo 7) foram votadas propostas dentre as quais se deviam levar em conta as bacias hidrográficas como *unidades de planejamento*.

Geddes também relacionava o surgimento de novas tecnologias de transporte e comunicação com o espraiamento da mancha urbana, criando o conceito de conurbação. Para tanto, a cidade-jardim da qual já falamos lhe era afável desde que elas fossem criadas em amplos espaços dentro da região e que ficassem em equilíbrio com o meio ambiente, os bosques e a agricultura. Tais ideias inspiraram em 1923, um movimento de grande repercussão nos Estados Unidos, que foi a *Regional Planning Association of América* (RPAA), liderada por Lewis Mumford e Clarence Stein, que tentaram aperfeiçoar e operacionalizar as ideias de Geddes. MUMFORD (1925, p.151 apud HALL, 1988, p.477) ao definir o planejamento regional pensado pela RPAA afirma que ele “(...) *é a nova conservação – a conservação dos valores humanos de mãos dadas com os recursos naturais*”. Isso representa, inclusive, algumas características do modelo naturalista como veremos a seguir.

Este, segundo CHOAY (idem) se exprimiu muito parcialmente, sobretudo nos Estados Unidos, apresenta aspectos tanto do modelo progressista quanto do culturalista. Seu precursor foi Frank Lloyd Wright que por volta de 1930 desenvolvia seu célebre projeto, o *Broadacre city*. Nele, busca-se aliar o uso da tecnologia, dos meios de transporte e comunicação com a natureza, ou nas palavras de CHOAY (idem, p.48) “*a diversidade topográfica não é negada, ao contrário, a natureza deve ser cuidadosamente preservada*”.

Após a observação dos modelos de planejamento, suas concepções, ideais e princípios, a crítica que pode ser feita se baseia justamente na questão do “modelo”, algo que paralisa a realidade a fim de apreendê-la, quando na verdade sabemos que isso não é possível em função da sua dinâmica, especialmente nos dias de hoje. Nesse sentido, CHOAY (idem, p.81) assevera que

“o urbanista deve parar de conceber a aglomeração urbana exclusivamente em termos de modelo e de funcionalismo. É preciso parar de repetir as fórmulas congeladas que transformam o discurso em objeto para definir o sistema de

relações, criar estruturas livres, uma pré-sintaxe aberta a significações ainda não constituídas”.

Uma outra importante corrente de estudos do planejamento urbano e que deve ser mencionada é a *Escola de Sociologia de Chicago*, fundada pelos sociólogos Robert Erza Park, Ernest Watson Burgess e Roderick Duncan McKenzie, que atuou mais intensamente no período de 1920 a 1940. O contexto da época, segundo HALL (1988) foi a descoberta da “ralé urbana” na cidade de Chicago (EUA) nos anos 30, que abrigava um grande contingente de imigrantes, especialmente irlandeses, a proliferação dos guetos e o incremento da violência, em grande parte por jovens descendentes dos imigrantes.

Antes, se faz necessário trazer à luz a concepção de cidade para os expoentes dessa escola para que possamos melhor compreender o papel que ela desempenha em seus estudos. Para PARK (1925, p.01 apud PARK, et al, 1925)⁵⁵ a cidade,

“do ponto de vista deste artigo, é mais que um amontoado de indivíduos e de conveniências sociais – ruas, prédios, luz elétrica, trens e telefones, etc.; algo mais, também, que uma mera constelação de instituições e serviços administrativos – fóruns, hospitais, escolas, polícia, e funcionários civis de diversos tipos. A cidade é, entretanto, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e de atitudes organizadas e sentimentos que são inerentes nesses costumes e são transmitidos com sua tradição. A cidade não é, em outras palavras, meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Ela é envolvida pelo processo vital das pessoas que a compõem. Ela é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”.

Dentro dessas condições, a cidade seria um habitat natural do homem que ele construiu para si, e desse modo ela apresenta certas “vocações” segundo as “habilidades” das pessoas que vivem nela. A divisão do trabalho é um fator de grande importância para o autor quando se fala das

⁵⁵ Todas as citações desta obra foram traduzidas pelo autor desta dissertação.

especializações que existem em cada parte da cidade. Vista como um receptáculo das ações humanas, ela revela, segundo PARK (1925, p.46, apud PARK et al 1925), “*o bom e o mal da natureza humana em excesso*”. Ele acrescenta que a cidade reflete as práticas sociais, deflagrando uma moral ditada pelas tradições e costumes do povo que a habita. Cada lugar, seguindo esse raciocínio, possuiria aspectos particulares de sua população diferentes entre si. É nesse ponto que o autor introduz o conceito de vizinhança do qual decorrerão muitos outros como a delinquência juvenil, as migrações e a inter-relação entre as pessoas. Essa especificidade dos múltiplos lugares da cidade, gerava, segundo o autor, uma segregação, pois para PARK (idem, p.40) “*ela estabelece distâncias morais as quais fazem da cidade um mosaico de pequenos ‘mundos’ que se tocam, porém não se interpenetram*”. Tal individualismo teria entre suas raízes, as novas tecnologias da comunicação (televisão e jornais) e transporte. Dentre os conceitos sociológicos da Escola de Chicago, aquele que mais se destaca é a chamada *ecologia humana*. McKENZIE (1925, p.63-64 apud PARK et al, 1925)⁵⁶ define

“a ecologia humana como um estudo das relações temporais e espaciais dos seres humanos afetados pelas forças seletivas, distributivas e acomodativas do meio ambiente. Ecologia humana é fundamentalmente interessada no efeito de posição, em ambos, tempo e espaço, sobre instituições humanas e comportamento humano. Sociedade é feita de indivíduos espacialmente separados, territorialmente distribuídos e capazes de locomoção independente”.

Em outra obra, PARK e BURGESS (1924, p.559)⁵⁷ afirmam que “*a concepção ecológica de sociedade é aquela de uma sociedade criada pela competitiva cooperação*”. Houve, para o desenvolvimento deste conceito, muita contribuição de teorias Darwinianas, em especial nos

⁵⁶ Traduzido pelo autor da dissertação.

⁵⁷ Idem.

conceitos de adaptação e acomodação⁵⁸. A partir desses e outros conceitos, os estudos elaborados mostraram que as causas da violência e segregação estão ligadas ao fato dos indivíduos estarem pouco adaptados e/ou acomodados em seu ambiente, especialmente em se tratando dos imigrantes de Chicago, de modo que ela atuava como um “laboratório” na investigação dos problemas sociais. Isto significa dizer que os problemas da cidade e os conflitos sociais eram reduzidos a uma competição entre os indivíduos.

Vemos que esta escola, até mesmo pelo fato de ser baseada em estudos sociológicos, baseados no darwinismo (“darwinismo social”) tem como foco o homem e o meio em que ele vive para o entendimento dos problemas humanos. A cidade surge em segundo plano, de forma passiva, como algo que reflete e denuncia tais problemas.

Outro autor que deve ser lembrado é FRIEDMANN (1960), que parte de uma postura tecnocrata do planejamento, além de organicista e mecanicista, que pretende alcançar uma racionalidade absoluta. Para ele, o povo não sabe tomar decisões, cabendo ao planejador a tarefa de tomá-las, pois tem a sensibilidade de saber fazer o que é melhor. Planejamento para ele, se define *“como uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados”* (p.07).

A racionalidade, tão preconizada pelos planejadores, acaba por se tornar um grande meio pelo qual o capital se difunde. De acordo com SANTOS (2003, p.17) *“as noções de eficiência e de racionalidade também tinham que ser estabelecidas a fim de justificar o uso de mais e mais capitais”*. O modo como o planejamento é visto e praticado, traduz o peso que a ciência econômica tem no atual período. SANTOS (idem, p.15) acrescenta que

⁵⁸ Segundo PARK e BURGESS (1924, p.663-664) “adaptação vem da ideia Darwiniana de adaptação onde as espécies melhor adaptadas sobreviviam ao ambiente enquanto outras desapareciam. A adaptação é aplicada a modificações orgânicas que são transmitidas biologicamente (...) acomodação é usada como referência às mudanças no hábito que são transmitidas, ou podem ser transmitidas, sociologicamente, que é uma forma de tradição social. A acomodação tem um campo limitado de aplicação biológica mas de grande e variado uso na sociologia”. Como exemplos de acomodação, para o autor, seriam as tradições, a cultura, as técnicas e as heranças. São ajustes sociologicamente transmitidos e não biologicamente.

“a serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; a dominação através da dependência”.

Como se observa, este modo de apreender o planejamento já foi por muito tempo adotado, e ao que tudo indica, ainda o é. Isto é o que pretendemos verificar em Campinas.

SANTOS (idem, p.15) aponta que *“esta assim chamada teoria do planejamento toma por premissa a definição de necessidades estranhas à sociedade em questão, tornando impossível, por este próprio fato, qualquer modelo de desenvolvimento nacional”* e mesmo municipal. Já segundo SOUZA (1988, p.72), *“o planejamento é erroneamente entendido no Brasil e traduz filiações ideológicas e escolas estrangeiras: planeja-se de acordo com Chicago, Paris e Londres”*, daí a necessidade em se resgatar a história do que foi feito em Campinas, identificar e esclarecer equívocos, e fornecer elementos para um planejamento que não seja alheio ao lugar e que seja condizente com a realidade atual.

Por isso ressaltamos que é de suma importância estudar a história da formação territorial de Campinas e sua contemporaneidade, para que possamos oferecer elementos à reflexão de um novo planejamento da cidade baseado em sua realidade. Com isso queremos dizer que ele deve levar em conta o território, lugar e o cotidiano para que seja democrático e participativo ao invés de corporativo e seletivo. Ao contrário do que se tem feito, e tentaremos constatar isso em Campinas, gostaríamos de propor um planejamento que seja praticado de “baixo para cima”. Neste sentido, DOWBOR (1987, p.78) afirma que *“o planejamento municipal parte de um profundo conhecimento da realidade local e deve assegurar amplo mecanismo participativo para que as decisões correspondam realmente aos desejos da comunidade”*.

Parece-nos que os gestores da cidade não partem desse pressuposto, desconhecendo, ou interpretando equivocadamente o que seria o planejamento municipal. Segundo DOWBOR (idem, p.22), “*planejamento municipal supõe participação comunitária (ou autoplanejamento, planejamento local, descentralizado)*”, contudo não é a partir “de baixo” que ele é pensado. Tal fato é corroborado por DOWBOR (idem, p.77) ao enunciar que

“há alguns anos o governo exigia, para abrir financiamentos para os municípios, que estes apresentassem planos de sua utilização. O resultado foi que os municípios que tinham recursos contrataram grandes empresas de consultoria que redigiam ‘planos’ elaborados por técnicos que dominam os modelos de cálculo de rentabilidade, mas que ignoram as condições locais, esses planos constituíram em geral caricaturas do que é planejamento”.

Ninguém melhor do que a comunidade para identificar suas necessidades já que nem Estado nem empresa fazem isso. A descentralização é para DOWBOR (idem) um importante fator para que o espaço de decisão esteja nas mãos do cidadão, e não é por acaso que ele vai propor um planejamento descentralizado, o que representaria o reencontro da economia com os anseios da população. A pergunta que cabe é como isso tudo pode ser feito? De que maneira? Teoria e prática parecem um tanto quanto distantes em meio aos muitos discursos.

Com relação ao planejamento, ainda há outras referências, mas que ainda não foi possível efetuar uma leitura mais minuciosa. Esse é o caso de MINDLIN (1997) que vai discorrer um pouco sobre a história do planejamento, remontando ao planejamento soviético (planejamento estratégico) além de versar sobre o planejamento em uma economia capitalista.

Já CARVALHO (1978) trata das características do planejamento, bem como seus procedimentos (entraves e dificuldades). Além disso, ele diferencia planejamento de plano, programa e projeto, apontando o significado de cada um. Este é um aspecto importante, pois muito comumente são confundidos. CARVALHO (idem, p.36) aponta “*o planejamento como um*

processo sistêmico, um conjunto de fases (subprocessos) pelas quais se realiza uma operação. Sendo assim, sua realização não é aleatória. Obedece a relações precisas de interdependência”.

Algo que comumente é confundido ou usado como se fossem a mesma coisa são os termos planejamento e gestão. SOUZA (2003, p.46) oferece uma diferenciação entre eles ao afirmar que

“planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura”.

Ao que tudo indica, veremos, Campinas conheceu mais de perto a gestão do que propriamente o planejamento, pois sempre buscou se adaptar ou resolver os problemas assim que eles surgem. Isto não significa dizer que somente em Campinas tem sido assim, mas o que se nota é que o termo *planejamento* está perdendo força em detrimento da popularização da *gestão*, segundo SOUZA (idem).

O planejamento, seguindo a definição dada acima, visando se precaver com relação ao futuro faz muito uso de artifícios como a criação de cenários. SOUZA (idem, p.48) afirma que *“construir cenários significa (ou deveria significar) apenas simular desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido como a tendência mais plausível”*. Estes ao tentar “prever” o futuro acabam indicando alternativas que pretendem esgotar ou ao menos restringir as possibilidades, mas sabemos que no contexto atual do mundo, imbuído de técnica, ciência e informação, o reino das

possibilidades é incomensurável. Apesar disso, vemos que essa metodologia é comumente utilizada, principalmente nestes tempos de competitividade acirrada, não só por empresas (planejamento estratégico) como também por prefeituras, que transplantaram esse planejamento visando a exposição das funções da cidade como uma mercadoria, conforme analisaremos melhor no Capítulo 5.

Dentre as contribuições presentes na obra de SOUZA (idem) e que de certa forma sintetizam suas ideias, está no fato de que o planejamento e a gestão, para ele, têm por objetivos a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, sendo este último uma decorrência do primeiro. Tendo em vista tal pressuposto, o autor vai perpassar por diversos temas como o orçamento participativo e a participação popular no processo decisório do planejamento, sobre os instrumentos urbanísticos hoje existentes dentro dos planos diretores e do Estatuto da Cidade dentre outros assuntos que culminarão com tentativa de saber quem serão os agentes que “mudarão a cidade”. O autor sugere que esperemos mais ações dos de “baixo” (os movimentos sociais) do que do Estado e suas parcerias, já que são os mais pobres que, mais próximos da realidade e das contradições nela presentes que saberiam encontrar o melhor caminho para um novo planejamento. Tal expectativa vai ao encontro da nossa.

Gostaríamos de ressaltar que todas as teorias aventadas a partir de diversas referências sobre o planejamento e sobre a cidade nesta dissertação, ainda são ínfimas amostras da riqueza e da complexidade que permeia o tema estudado. Sabemos que muitas outras deverão ser estudadas e aprofundadas, mas foi importante mencionar algumas delas para que norteássemos nossa reflexão daqui em diante. Ainda há que se fazer uma série de discussões sobre muitos dos conceitos utilizados na geografia como o território, o lugar, a paisagem, a formação territorial, os eventos e as periodizações, fundamentais para a construção da nossa teoria menor sobre Campinas e seu planejamento, bem como o seu entendimento.

Vimos o quanto a periodização e o conhecimento da história é importante para discorrermos sobre um determinado assunto. As inúmeras variáveis e eventos que temos em mãos e que nos possibilitam sustentar nosso pensamento sobre o planejamento e a cidade, nos fazem ver a grande complexidade que ela representa. KOSIK (2002, p.35) ensina que,

“(...) a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento”.

Uma possível leitura que podemos fazer com base nesse ensinamento, é que a realidade vivida, sentida nos lugares, nos territórios e nos subespaços, deve ser explicada levando-se em conta todo o contingente histórico que lhe pertence para seja possível identificarmos elementos que nos digam o porquê dessa realidade ser assim e não de outro jeito. É a história como instrumental metodológico da geografia se fazendo presente.

Engana-se quem pensa que as variáveis, os eventos que fazem o tempo, e assim, a história, estejam desarticulados ou que seja tarefa impossível em se trabalhar com todos eles. JACOBS (2001) mostra que a cidade é uma complexidade organizada, ou seja, é composta por um imenso conjunto de variáveis interdependentes passíveis de serem estudadas, já que o que importa não é sua quantidade, mas sua inter-relação num todo orgânico. A matriz de periodização, portanto, seria uma forma de operacionalizar e observar todas as interdependências entre os mais diversos sistemas de objetos e ações que compõe uma grande cidade como Campinas.

É isso que o planejamento urbano deveria levar em consideração, o lugar, o território e sua história como um todo. O que se tem visto é um planejamento que desconhece a história da cidade e a planeja de acordo com teorias já ultrapassadas ou modelos exógenos ao lugar.

Com base nesse pressuposto, pretendemos fazer uma reflexão sobre o planejamento da cidade de Campinas. Houve algum planejamento? Qual? Baseado em quais princípios?

Os autores cujas obras falam sobre a formação territorial de Campinas, não falam especificamente sobre o tipo de planejamento que foi praticado na cidade, qual escola o norteou se é que houve alguma.

O que se sabe, e que foi exaustivamente relatado, são planos urbanísticos aprovados para a cidade bem como as intervenções que eles pretendiam. Afora os códigos de posturas criados ao longo do século 19, quando a cidade era mais marcada pelo modo de produção agrícola, e que disciplinavam as construções na cidade, sem uma preocupação maior com o planejamento propriamente dito, Campinas teve, no século 20, planos importantes como o Plano de Melhoramentos Urbanos, o PPDI e os Planos Diretores.

Para o momento pretendemos dispensar uma atenção especial ao Plano de Melhoramentos Urbanos e ao PPDI em função de sua relevância na consolidação da formação territorial campineira e os Planos Diretores, importantes instrumentos urbanísticos dos dias de hoje e que orientam o planejamento para o futuro.

O planejamento, entendido como um processo político tem, entre suas incumbências, de acompanhar a produção dos planos e a execução de programas. O que se tem visto em Campinas é que os planos parecem caminhar “sozinhos”, isto é, não se fala quem foram os agentes que os elaboraram ou em qual pasta de governo em que foram concebidos. Os planos acabam se confundindo com o planejamento ao invés de serem vistos como uma parte dele. Para SOUZA (2003, p.123) o plano funciona “*como um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas (quanto aos usos da terra, ao traçado urbanístico, ao controle da expansão e do adensamento urbanos, à provisão de áreas verdes e ao sistema de circulação)*”.

Para tentar colocar em voga o planejamento em Campinas devemos identificar quem foram as pessoas ou instituições que compuseram e ainda compõem a estrutura do processo de planejamento campineiro.

Enquanto o capítulo anterior aborda teorias mais gerais sobre o planejamento e nos traz à luz um conhecimento sobre as influências que tais escolas exerceram em diversos estudos e países, o presente capítulo mostra as relações que os planos urbanísticos elaborados para a cidade, em especial o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, iniciado na década de 1930 e o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado da década de 1970, criado na gestão do então prefeito Orestes Quércia, tiveram com os planos de outras escolas e de outros países. Até que ponto essas influências contribuíram para a atual formação da cidade?

Outro ponto a ser destacado é com relação ao plano diretor de Campinas. Assim, ele será discutido tendo-se como objetivo mostrar como foi criado, quais instrumentos ele oferece para nortear o planejamento do município e os seus principais eixos, como a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, as regionalizações do município e a questão do uso e ocupação do solo.

Finalmente, este capítulo oferece um panorama do sistema organizacional do planejamento urbano campineiro, feito através do levantamento da legislação referente à criação, extinção ou substituição de secretarias, departamentos e outros órgãos do governo municipal ao longo de sua história, com o intuito de constatar ou não a real existência de um sistema organizado dedicado ao planejamento no município.

O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas e o Planejamento “City Beautiful Campineiro”

Primeiramente, gostaríamos de apresentar as características e repercussões de um dos mais importantes planos urbanísticos do século 20 para a cidade que foi o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, elaborado pelo engenheiro e urbanista Prestes Maia de 1934 a 1938⁵⁹ ele foi executado em partes ao longo de quase 30 anos⁶⁰, portanto, incluído no quarto período histórico de Campinas.

Este plano, cujo contexto nos remete à crise cafeeira e ao início da importância dos negócios imobiliários, se apóia nos preceitos funcionalistas e principalmente higienistas, uma vez que anos antes a cidade havia sido acometida por uma grave epidemia de febre amarela além do fato de que indícios de pobreza passavam a ser identificados na cidade. Igualmente, as preocupações com a estética e a valorização da paisagem eram os grandes símbolos deste plano.

É preciso lembrar e alertar, que as características que observamos neste plano têm suas raízes fincadas na Europa do final do século 19, mas ganhou impulso nos Estados Unidos onde o nome dado era o de City Beautiful⁶¹, que tinha por função planejar sem levar em conta os propósitos sociais. BOYER (1978, p.269 apud HALL, 1988, p.208) explica que “*o objetivo primordial do planejador era eliminar os focos geradores de doenças, depravação moral, descontentamento e socialismo*”. A City Beautiful, para HALL (1988, p.47) “*tinha por dogma básico a lealdade cívica, e assim assegurar uma ordem moral harmoniosa; a aparência física da cidade simbolizaria sua pureza moral*”. Na verdade, esse planejamento tinha como foco a ostentação, e, portanto, projetos eram feitos para provocar impacto.

⁵⁹ Instituído pelo Ato 118/1938 pelo então prefeito João Alves dos Santos (Ver SANTOS, 2002).

⁶⁰ “Este plano se deu em duas etapas: de 1934 a 1955 e de 1956 a 1961” (SILVA, 1996, p.64).

⁶¹ Ou cidade dos monumentos, cidade monumental cujo expoente foi Daniel Hudson Burnham (HALL, 1988, p.208).

Como se nota, Campinas (consciente ou não) importou esse modelo de urbanismo que se refletiu no início da verticalização⁶² (Fotos 2 e 3) do centro da cidade, criação de amplas avenidas como a Av. Aquidaban, John Boyd Dunlop, Norte-Sul e Radial Leste, execução de obras proeminentes como, por exemplo, a reorganização do entorno da antiga Estação da Fepasa (hoje Estação Cultura, ver Figura 1) em especial as ruas 13 de Maio e Costa Aguiar (ver Figura 2), o Castelo d'Água (atual Mirante do Castelo – Fotos 4A e 4B e 4C) e posteriormente com a concepção de um complexo de lazer representado pela Lagoa do Taquaral (Parque Portugal – Foto 5A e 5B)⁶³ implantado definitivamente na década de 1970 e do Bosque dos Jequitibás (ver Figura 3).

Foto 02 – Foto tirada do Mirante do Castelo em direção ao centro da cidade verticalizado. A direita vemos a importante avenida Andrade Neves. (Foto tirada pelo autor em 05/09/2007).



⁶² A verticalização em Campinas teve início em 1935 com a construção do edifício Sant'Anna (com 6 pavimentos) baseada no código de construções (lei n.76 de 16/03/1934) que estabelecia a altura das edificações em função da largura das ruas. Mas foi simultaneamente ao plano de melhoramentos urbanos, que a verticalização ganha impulso. Segundo FERREIRA (2007, p.36) “em 1951, foi aprovada a lei n. 640 de 28/12/1951 que substituiu o Ato 118 de 1938 revisando o Plano de Melhoramentos Urbanos, ao passo que se processava a elaboração de um novo código de obras e urbanismo, aprovando somente em 1959. Como resultado dos estudos de caráter preliminar que estavam sendo desenvolvidos pela prefeitura, a lei n.640 de 1951 fixou limites de altura para as edificações, tendo como parâmetro o gabarito de seis andares, desestimulando alturas maiores, a partir da exigência de recuo adicionais”. Porém, em 1954 essa lei não era mais respeitada já que havia construções que ultrapassavam as medidas estabelecidas. Interessante notar que muito antes da construção do primeiro edifício, havia uma lei de número 162 de 1912 que “favorecia a verticalização do centro” (CAMPINAS. Câmara Municipal. “Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1912”. Campinas: Linotyplada Casa Genoud, 1923).

⁶³ “Os edifícios e parques públicos são tomados como símbolos da cidade, em um ideal de civilidade voltado aos objetos resultantes da intervenção urbanística”. (Ver www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf acessado em 26/05/2007).

Foto 03 - Foto tirada do Mirante do Castelo em direção à região sul da cidade onde há a presença de bairro carentes como Vila Industrial, Vila Rica, Jardim do Lago, Pq. Oziel. A verticalização começa a dar lugar para áreas horizontalizadas (Foto tirada pelo autor em 05/09/2007).



Figura 1 – Plano de Melhoramentos Urbanos da década de 1940 (região da atual Estação Cultura). (Fonte: www.campinas.sp.gov.br/infotur/mapa.php).



Figura 2 – Novo eixo urbanístico entre a Matriz e a estação ferroviária (ao fundo) (Rua Treze de Maio e Costa Aguiar) na década de 1930.

(Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2301semipale1.htm>).



Foto 4A - Mirante do Castelo à época de sua construção. Um dos marcos do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas inaugurada em 1940, possui 27 metros de altura e antigamente era usada como caixa d'água. A imagem nos mostra importantes avenidas traçadas ao seu redor como a Dr. Alberto Sarmiento, Andrade Neves, Francisco José de Camargo Andrade e João Erbolato.

(Fonte http://www.radiocamp.org/fotos/campinas/castelo_antigo.jpg acessado em 16/05/2009).



Foto 4B – Vista aérea atual da região do Mirante do Castelo. Muitas transformações na paisagem desde o início das intervenções do plano de Prestes Maia. (Fonte: Google Earth – Foto de 30/08/2006).



Foto 4C – Mirante do Castelo, que hoje além de ser um ponto turístico de onde se tem uma bela vista da cidade, abriga o Museu Histórico da SANASA. (Fonte: foto tirada pelo autor em 05/09/2007).



Foto 5A – Vista aérea da construção do Parque Taquaral. Ainda que implantado na década de 1970, sua concepção de deu no Plano de Melhoramentos Urbanos por volta de 1935. (Fonte: Acervo CAV, FAU, PUC Campinas , In: LIMA, Siomara Barbosa Stroppa de. “As Áreas Verdes no Plano de Melhoramentos de Campinas”; Oculum Ensaio – Revista de Arquitetura e Urbanismo . Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Número 2, janeiro 2002, pg. 105).

Ver também em <http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2301semipale3.htm>.



Foto 5B - Vista aérea atual da Lagoa do Taquaral cercada por bairros como Vila Nova e Guanabara.

(Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=496816).



Figura 3 – Vista aérea de Campinas, em meados da década de 1930. Área do Bosque dos Jequitibás.
(Foto: Biasi. Ver http://www.sabb.com.br/bosque_dos_jequitibas/bosque_dos_jequitibas_origem.htm).



Não podemos deixar de notar que concomitante à época da criação do Plano de Melhoramentos Urbanos, a Carta de Atenas, documento que consolida a escola progressista de planejamento, conforme vimos no Capítulo 4, estava em voga. Assim, muitas das características que comentamos do plano de Prestes Maia também são encontradas na Carta de Atenas, sugerindo que alguns de seus elementos, em especial a questão da higiene, da funcionalização dos espaços e da verticalização, também fossem incorporados no planejamento da cidade de Campinas.

Junto a isso, a elaboração de um primeiro zoneamento da cidade foi estabelecida. Com relação a esse último aspecto, é preciso advertir que dado o caráter higienista e estético do plano, com todas as suas características já esclarecidas, o zoneamento perpetrado pode ser lido como o início do processo de setorização do território, onde, por exemplo, determinadas porções do território podem ser valorizadas ou não de acordo com os interesses do Estado ou dos especuladores e a pobreza, signo de uma sociedade “doente”, deveria ser “escondida”.

Para HALL (idem, p.69),

“o zoneamento é baseado no conceito de poder de polícia, isto é, na noção de há muito desenvolvida na lei norte-americana, de que o Estado tinha o direito de regulamentar o uso privado da propriedade a fim de garantir a ‘saúde, a segurança, a moral, o conforto, a conveniência e o bem-estar da comunidade’”.

Além disso, vemos o zoneamento como uma forma de ver o território de forma estática, o que nos faz perder a noção do todo. Tal fato é endossado por HALL (idem, p.97) que assegura que no tocante ao zoneamento, *“o todo não era levado em conta”*.

Em Campinas, a “remoção” dos cortiços e seus pobres para longe do centro da cidade foi uma das medidas tomadas por esse plano e em certa medida pelo seu sucessor, que seguiu uma tendência do planejamento até então descrita por HALL (idem, p.432) em que *“o planejamento urbano do século 20 originou-se da complexa reação emocional – parte piedade, parte terror, parte repugnância – da classe média de fins do período vitoriano ante a descoberta da ralé urbana”* (p.432). Ao invés de se praticar um zoneamento pautado pela diversidade, que seria mais adequado, o que se fez foi outro pautado pela semelhança⁶⁴.

É interessante notar que além da City Beautiful, preceitos de uma outra escola de planejamento também se fizeram presentes em alguns pontos do território campineiro, mas com menor amplitude: o bairro-jardim ou cidade-jardim⁶⁵. Idealizada pelo inglês radicado nos Estados Unidos Ebenezer Howard, foi implantada em diversas partes do mundo, mas obteve um maior sucesso na Inglaterra na primeira metade do século 20, tal como discutimos no Capítulo 4.

As cidades-jardim apresentam características como a presença de grande arborização com ruas sinuosas e amplas avenidas seguindo as curvas de nível da região, muitas praças e ausência de edifícios como controle de densidade populacional, buscando uma maior interação entre a cidade e o campo já que elas se davam distantes do centro da cidade. A despeito de ser uma área residencial,

⁶⁴ Ver JACOBS (2001).

⁶⁵ Tal como vimos no capítulo 4 quando discutimos os modelos de corrente do planejamento, neste caso, a cidade-jardim pertencendo ao novo modelo culturalista.

algum comércio e serviços ali se encontravam para abastecer a população. Tal descrição, com suas devidas adaptações do projeto original pode ser mais bem observada pelo bairro Nova Campinas (Foto 6) que agregou elementos do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia em especial aqueles que enfatizavam a chamada qualidade ambiental.

Foto 06 – Imagem de satélite do bairro Nova Campinas onde se percebe a sinuosidade do traçado das ruas acompanhando a topografia da área. (Fonte: Google Earth – Foto de 30/08/2006).



O bairro, criado em meados de 1940 conforme apontam dados da matriz de periodização e tombado em 2004 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural da cidade de Campinas (CONDEPACC), antes repleto de casas que seguiam mais ou menos o mesmo padrão de estilo arquitetônico de classe média, hoje representa uma área de grande valorização imobiliária em função do avanço da mancha de urbanização em sua direção, levando consigo uma gama de infraestruturas como pequenas galerias (Ventura Mall), colégios (Coração de Jesus), concessionárias de veículos, lojas entre outros. Além disso, alguns casarões são encontrados como, por exemplo, aquele que abriga a promotoria de Campinas.

Por fim, é importante ressaltar que os modelos importados de outros lugares, quando bem aplicados, o são para onde foram criados. Portanto, se de alguma forma Chicago, Cleveland ou Moscow se beneficiaram de algum modo com as intervenções previstas no modelo City Beautiful e das Cidades-Jardins é possível que o mesmo não ocorra em outro lugar, ainda mais em se tratando de Campinas, uma jovem cidade até então e situada em um país em desenvolvimento. Há sempre que se ter em mente, como já arguimos, a história como princípio de método e o território como categoria social de análise para que possamos propor um planejamento inerente ao lugar em que vivemos. Assim sendo, SOUZA (1988, p.27) elucida que “*o planejamento regional e urbano, partindo de velhas fórmulas de conceber e interpretar a cidade parece ignorar esse fato e prende-se a modelos e soluções que, por deixarem de lado as novas realidades, mostram-se ineficazes*”. Não houve uma preocupação de adequação do planejamento a um sistema de valores equivalente àqueles inerentes à formação territorial de Campinas, já que, lembrando da afirmação de CHOAY (1965) no Capítulo 4, o planejamento praticado carregava consigo valores, tendências e contextos de outras épocas e outras formações sócio-espaciais.

O Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) e o Planejamento Tradicional

O PPDI⁶⁶, criado no início da década de 1970 pela administração do então prefeito Orestes Quércia sob os auspícios do Grupo Executivo do Escritório de Planejamento (GEPLAN), foi um plano elaborado num contexto histórico em que o regime ditatorial imperava no país e que não contemplava, portanto, a participação popular. Ele consistia na apresentação de estudos e diagnósticos para as políticas públicas *setoriais* incluindo aspectos sócio-econômicos apreciados pela primeira vez na história da cidade, mas que segundo SCHNEIDER (2002, p.23), *“o plano não se ocupou das áreas periféricas, omitindo-se em relação à região sudoeste, que já na época concentrava o maior contingente de população de baixa renda”*. O PPDI, completa SCHNEIDER (idem, p.22), *“destacava como questões importantes, o desenvolvimento de um novo eixo de expansão urbana e a ampliação do sistema viário para atender às necessidades do intenso crescimento populacional”*. Já SANTOS (1990, p.94) nos dá pistas sobre quais bases esse plano está assentado ao dizer que

“a ideologia do desenvolvimento (apreciado nos anos 50) mais a ideologia do crescimento (reinante desde fins dos anos 60) ajudam a criar o que podemos chamar de metrópole corporativa, mais preocupada com a eliminação das deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem estar coletivo”.

Elementos da matriz de periodização corroboram as citações anteriores, quando se vê que foi justamente nesta época em que a fluidez do território foi profundamente aumentada, representado pela ampliação e criação de inúmeras ruas, avenidas e rodovias importantes. Essa opção pelo

⁶⁶ O PPDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado) é decorrente dos eventos ocorridos em 1967 quando a lei orgânica dos municípios (Lei n.9842/67, posteriormente alterada pela Lei Complementar n. 09 de 31 de dezembro de 1969) determinava a elaboração do plano diretor, então chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI a todos os municípios paulistas estabelecendo como punição aos municípios faltosos a proibição de auxílio financeiro pelo Estado.

investimento no sistema viário teve como desdobramentos, na década de 1980, uma nova onda de loteamentos fechados e condomínios na região norte e leste da cidade ao mesmo tempo em que na porção sudoeste, DICs e conjuntos habitacionais eram construídos para os segmentos mais pobres da população ao longo dos eixos viários criados, essencialmente através da COHAB (Tabela 1), que teve papel crucial na formação territorial da cidade que resultou, posteriormente em uma metrópole corporativa, tal como discorreremos posteriormente.

Tabela 1 - Unidades Habitacionais Construídas no Município de Campinas/SP

DENOMINAÇÃO	Nº Unidades	Ano de Entrega
VILA RICA	487	1966
CASTELO BRANCO 1ª e 2ª (668 + 444)	1112	1967
BOA VISTA	1534	1969
SANTANA I (Sousas)	204	1969
COSTA E SILVA	1531	1970
TRINTA E UM (31) DE MARÇO	546	1970
CAMPOS SALES	350	1972
MIGUEL VICENTE CURY	766	1973
OROZIMBO MAIA	268	1973
PARQUE ITÁLIA	54	1973
TERRENOS DIVERSOS	267	1973
JULIO MESQUITA FILHO (apto)	532	1974
PADRE M. NOBREGA 1ª casas	254	1976
PERSEU LEITE DE BARROS	446	1976
PADRE M. NOBREGA - aptos.	448	1978
PADRE M. NOBREGA 2ª casas	520	1978
PADRE M. NOBREGA 3ª casas	322	1978
PADRE ANCHIETA – Casas	2492	1980
SANTANA II e III (Sousas) (80 + 24)	104	1980
DIC I – CASAS	535	1981
DIC I – Embriões	506	1981
DIC II – CASAS	433	1981
PADRE ANCHIETA – Aptos	1072	1981
DIC I - APTOS.	624	1982
DIC II – APTOS	288	1982
PADRE M. NOBREGA - aptos.	480	1982
DIC III - RUI NOVAES (332casas / 300 aptos)	632	1984
DIC IV-LECH WALESIA (318 casas / 352 aptos)	670	1985
PARQUE ITAJAÍ 1ª fase (concluídos)	556	1986
DIC VI (1204 casas / 720 aptos)	1924	1990
DIC V - 1ª fase (443 casas - 480 aptos)	923	1990
PARQ.FLORESTA 1ª (embriões) 400+2 prototipo	402	1990

PARQUE ITAJAÍ 2ª fase (281 casas / 200 aptos)	481	1990
DIC V - 2ª fase	85	1993
DIC V - 3ª fase	271	1993
DIC V - 4ª fase	376	1993
PARQ. ITAJAÍ 3ª –embriões (comerc.inacabados)	308	1993
PARQ. ITAJAÍ 4ª –embriões (comerc.inacabados)	383	1993
PADRE ANCHIETA - Casa Idoso-Qd.F5- L33 e L33A	2	1998
JARDIM CONCEIÇÃO - (Sousas)	59	1999
NUCLEO RESIDENCIAL GÊNESIS	27	2004
NUCLEO RESIDENCIAL GETÚLIO VARGAS	11	2004
NUCLEO RESIDENCIAL SÃO JOSÉ	24	2004
VILA ESPERANÇA	128	2004
VILA GEORGINA	64	2004
	TOTAL 23.501	

Fonte: <http://www.cohabcp.com.br/proghab/prog1.html> (acessado em 16/10/2008)

Uma outra característica importante do PPDI, é que ele forneceria subsídios para a elaboração do Plano Diretor, já que estes, financiados pelo SERFHAU⁶⁷, eram obrigatórios. Mas o fato é que a administração Quéricia não chegou a formalizar de forma institucional um Plano Diretor propriamente dito, sendo que somente em 1991, na gestão de Jacó Bittar (1989/1992), é que o primeiro Plano Diretor é institucionalizado⁶⁸. Enquanto isso, o próprio PPDI serviu como base das diretrizes do planejamento urbano da cidade.

O plano considerava três diretrizes ou eixos mestres que se ligavam: a estratégia de desenvolvimento, “*que seguia uma série de objetivos específicos para a atuação da municipalidade e aqueles onde o poder municipal deveria interferir mediante solicitações de outras esferas do poder*” (PINHO, 2004); o plano preliminar de estrutura, que foi formulado para três horizontes de tempo (1973, 1980 e 1990) visando a otimização do uso solo urbano tendo por referência o

⁶⁷ Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (do extinto Ministério do Interior). Ele foi regulamentado pela lei n. 59.917 de 30 de dezembro de 1966 e tinha como prerrogativas a proposição de normas, roteiros e padrões para os planos de desenvolvimento integrado, coleta, publicação, reprodução e divulgação de dados, planos, pesquisas e métodos, enfim, ele fomentava intensamente a elaboração de planos diretores. (ver www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=191348 acessado em 22/01/2009). No ano seguinte ao surgimento do SERFHAU, em 1967 surgia o CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), atual Fundação Faria Lima. Ela, além de estimular intensamente a elaboração de planos diretores, também assessorava os municípios paulistas nesta tarefa.

⁶⁸ Quanto ao estudo dos Planos Diretores de 1991 e 1996, e sua revisão de 2006, isto será realizado ainda neste capítulo.

contingente populacional em cada ano; e, por fim, teríamos o plano de ação, que traria intervenções e estudos mais detalhados sobre as alternativas colocadas pelo plano preliminar de estrutura.

Este plano possuía três alternativas de desenvolvimento segundo PINHO (ibidem), sendo elas: 1) dispersão industrial e concentração habitacional; 2) concentração industrial e habitacional (800.000 habitantes); e 3) dispersão industrial e habitacional (600.000 habitantes) e quatro hipóteses de expansão geográfica: Expansão Histórica, Expansão Nordeste-Sudoeste, Expansão para Viracopos e Expansão Norte (ver mapas 2 ao 5)⁶⁹; De todas essas alternativas, de acordo com PINHO (ibidem) apontou-se como

“a mais viável a alternativa 2, Concentração Industrial e Concentração Habitacional, portanto, as hipóteses de expansão geográfica retiveram-se às premissas fundamentais da alternativa dois. Entendia-se como possível o prosseguimento da industrialização, o reforço da função polarizada regional de Campinas, o incremento das atividades terciárias e finalmente a manutenção da densidade urbana em Campinas”.

⁶⁹ Ver <http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2302semipal1.htm> (acessado em 15/05/2009)

Propostas De Intervenções Do Plano Preliminar De Desenvolvimento Integrado De Campinas (PPDI)



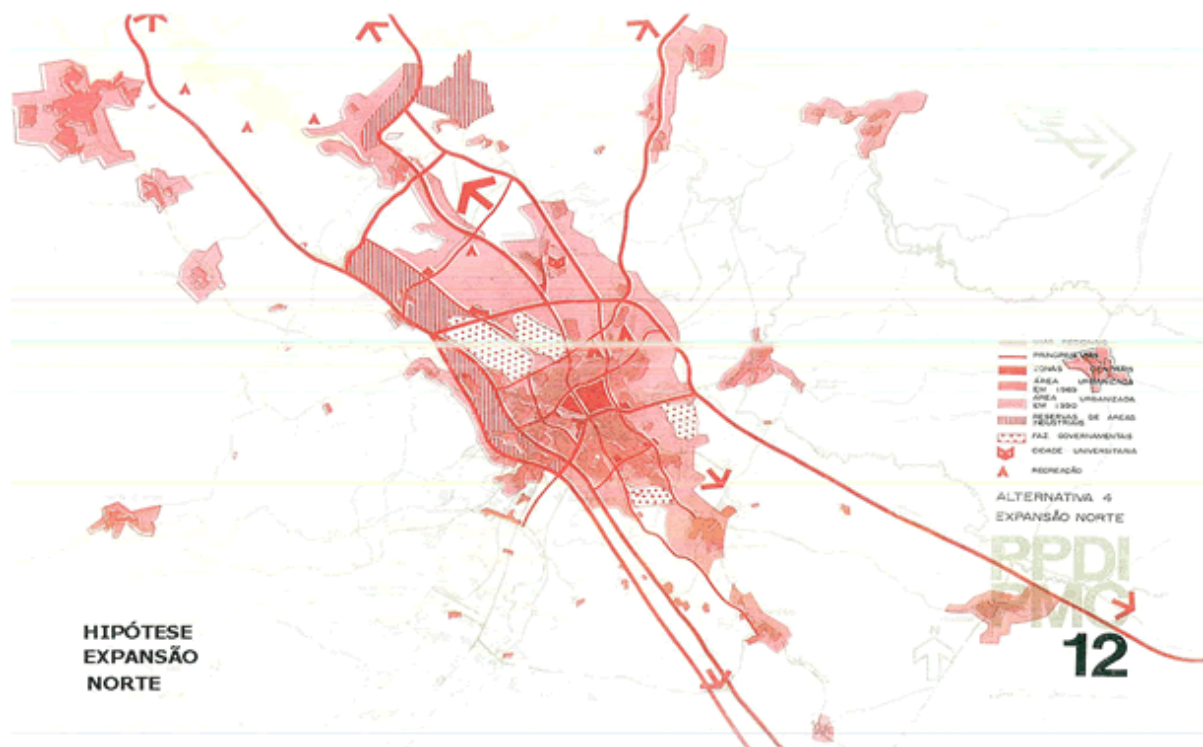
Mapa 2 – Expansão Histórica



Mapa 3 – Expansão Nordeste-Sudoeste



Mapa 4 – Expansão para Viracopos



Mapa 5 – Expansão Norte

Com relação à expansão geográfica, dentre as quatro opções, aquela que foi adotada foi a quarta (Mapa 5 – Expansão Norte) às margens da rodovia Dom Pedro I. Mas esta expansão demandava uma regularização do uso do solo para que a ocupação não se desse de modo indiscriminado.

Como temos visto através dos procedimentos adotados pelo PPDI, embora visasse um desenvolvimento *integrado*, é clara sua ação setorial e parcial em Campinas. Mas como chamar esse planejamento? Assim como para o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, quando o associamos ao movimento City Beautiful, à Carta de Atenas e à Cidade-Jardim, gostaríamos de encontrar as raízes desse tipo de intervenção na cidade. Tendo em vista a setorização do território, como um marco desse plano, um autor que pode nos ajudar a encontrar as respostas que procuramos é novamente HALL (1988). Para ele a setorização é identificada por duas vertentes do *planejamento tradicional*: o planejamento do transporte de um lado e o planejamento do solo de outro. Podemos comprovar esse processo através da observação do Gráfico 1 (p.65), em que justamente a partir do segundo período histórico (que inclui a quarta e quinta fase) percebe-se uma alternância na preocupação com a fluidez e na criação de loteamentos na cidade, mas que se intensifica a partir do quarto período (em meados de 1970). SOUZA (2003) fala do planejamento físico-territorial clássico e do planejamento sistêmico, ambos muito similares, porém destaca-se mais no sistêmico o caráter da racionalidade, muito mais forte e explícita. Oriundos das décadas de 60 e 70, o que se percebe é que ambos apresentam traços de planos regulatórios, cujo controle máximo vem do Estado (de cima para baixo) e que de certa forma vê o espaço como algo inerte, passivo. Isso reflete o contexto da época do Brasil marcado pelas ditaduras militares, que transformam o planejamento urbano em planejamento da organização do espaço, do *ordenamento territorial*, desconsiderando toda sua dinâmica e complexidade. Para SOUZA (idem, p.123) “*tipicamente, trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto – no estilo ‘a cidade ‘x’ daqui a vinte anos’*”.

O que se percebe, é que o perfil do PPDI se encaixa perfeitamente nestes exemplos de planejamento, já que ao propor a criação e ampliação de eixos viários na cidade, culminou justamente com a mobilização da especulação imobiliária na cidade, seja com a criação de condomínios fechados ou conjuntos habitacionais. O território, mais uma vez, é visto como um dado, um apêndice, onde primeiro olha-se para um aspecto e em seguida para outro de modo desarticulado e particularizado.

De acordo com CHADWICK (1971, pp.63-64 e 70 apud HALL, 1988, p.390) “*no processo geral de planejamento, particularizamos a fim de lidar com soluções mais específicas (...) essa representação particularizada de um sistema é o que chamamos de modelo*”. Essa concepção, oriunda das décadas de 60 e 70 do século passado, implica na construção de cenários⁷⁰ que por sua vez nos remete a uma visão matematizante do espaço. O sistema de planejamento era encarado como ativo enquanto o sistema urbano como essencialmente passivo, denotando um olhar sobre o território como palco das relações sociais, ou seja, o território era tido como um quadro e as pessoas eram as estatísticas que o completava. De acordo com BOLAN (1967, pp.239-240 apud HALL 1988, p.393) “*em vista disso, alguns teóricos concluíram que se essa era a maneira de ser do planejamento, então que assim continuasse sendo: parcial, experimental, incremental, resolvendo problemas à medida que esses surgissem*”.

Os modelos e seus correlatos cenários congelam o tempo e por consequência, a realidade, e por isso reforçamos que não é esta visão que gostaríamos de ter do planejamento já que o que nos interessa são os processos e a totalidade em movimento. Como afirma SANTOS (2002, p.84),

⁷⁰ “Nas décadas de 60 e 70, o planejamento buscava vastas quantidades de informação exatas, que eram processadas de maneira tal que o planejador pudesse projetar sistemas muito sensíveis de guia de controle, cujos efeitos poderiam ser monitorados e, se necessário, modificados. Mais precisamente, cidades e regiões passaram a ser vistos como sistemas complexos, ao passo que o planejador era visto como um processo contínuo de controle e monitoramento desses sistemas” (HALL, 1988, p.387-389).

“Esse plano reflete o rumo tecnocrático tomado pelo planejamento no regime militar, compreendendo uma excessiva confiança na capacidade de planejamento, exercido pelos órgãos públicos (intervencionismo paternalista), na solução do ‘caos’ urbano e do crescimento descontrolado, com ênfase à edição de normas legais voltadas para cenários ideais, sob uma ótica bastante otimista, que apontava para a época do chamado milagre econômico” (Ver www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf acessado em 12/07/2007).

“ora, os modelos matemáticos, sobretudo quando se referem ao espaço, sofrem da fraqueza fundamental que vem da incapacidade de apreender o tempo no seu movimento. Ora, quando se fala de processo, também se está falando de tempo”.

O que gostaríamos de combater é a noção parcial que se tem do espaço e o caráter reticular do território com a superposição de redes como se ele fosse algo inerte, um espaço geométrico, no qual as distâncias, produzidas pelas redes, substituem as existências, onde o espaço banal é preterido em relação ao espaço reticulado⁷¹. Assim, planejadores e alguns geógrafos se prendem a modelos e não aos processos. De acordo com SILVEIRA (2006, p.84)

“tantas vezes, geografias ao serviço do mercado ou de um planejamento sesgado parecem ter no seu âmago a ideia de que o mundo só se explica pela razão e o produto da razão relaciona-se à distância. Assim, diminuindo as distâncias produziríamos a inclusão. Todavia, nosso período histórico está mostrando o fracasso dessa ideia. A diminuição técnica das distâncias (tempo, custos, percepção), que sob certas circunstâncias hoje assistimos, não assegura a inclusão”.

É provável que essa ideia esteja contida nas premissas do PPDI bem como, possivelmente, nos recentes planos diretores de Campinas tal como vemos a seguir.

⁷¹ Para SANTOS (2002a, p.262), “a noção de espaço reticulado (...) vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais”. RAFFESTIN (1993, p.165) comenta este espaço reticulado em termos de limites e fronteiras e afirma que “toda quadrícula é ao mesmo tempo a expressão de um projeto social que resulta das relações de produção que se enlaçam nos modos de produção e o campo ideológico, presente em toda relação. Como tal, os limites aparecem como uma informação que estrutura o território”.

O Plano Diretor de Campinas e o Divórcio com o Território

As práticas dos planos que vimos conduzem a um processo perverso de valorização desigual entre as áreas urbanas da cidade, o que por sua vez segrega social e espacialmente a população. Resta-nos observar se o Plano Diretor, teoricamente mais atual, consegue fugir desse estigma que aflige o território.

Igualmente ao PDDI, o Plano Diretor também carrega elementos do planejamento físico-territorial clássico, uma herança que é percebida através das diretrizes traçadas nos planos para as diversas áreas da cidade, segundo suas necessidades, sejam loteamentos, definição de zoneamentos e regionalizações, traçado urbanístico, áreas verdes, preservação dos recursos naturais, entre outros. Tudo isso projetado em um horizonte de 15, 20 anos. Inclusive, nas reuniões da 3ª Conferência da Cidade (estudada no Capítulo 7) muito se pensava a cidade daqui a 20 anos, quais seriam os desafios e os problemas a serem dirimidos e que tais metas contidas no plano deveriam contemplar as necessidades tanto do presente, mas principalmente do futuro. Além disso, o Plano Diretor soa mais como um instrumento de reforma urbana, de ordenamento territorial, do que propriamente de planejamento urbano e uso do território, este considerado em sua totalidade e não fragmentado. O Plano Diretor parece estar divorciado do território.

O Estado, subordinado aos interesses da globalização, não se preocupa em pensar a cidade como um todo, mas somente partes dela. De acordo com MONTE-MÓR (2007, p.91), *“o espaço social urbano é cada vez menos uma totalidade para a ação estatal e apenas os setores mais prementes face às necessidades da acumulação vão ganhando importância, com consequente desintegração da atuação do Estado”*.

É preciso relevar, no entanto, foi a partir da Constituição de 1988 que se levou à tona uma maior preocupação com as cidades e que se conferiu aos municípios a autonomia e responsabilidade que jamais haviam tido. Assim surgiram os artigos 182, 183 e 184 da Constituição Federal que

tratam da política urbana e de instrumentos a serem adotados pelos municípios como norteadores do planejamento urbano. Dentre eles está o Plano Diretor, que carrega consigo políticas *setoriais* (praticadas por cada secretaria de governo sem que haja a devida articulação entre si), regionalizações do território e diretrizes de uso e ocupação do solo, inclusive aquelas que lidam com a questão da especulação imobiliária.

O Plano Diretor, obrigatório⁷² para cidades com mais de 20 mil habitantes, representa, na teoria, um poderoso instrumento balizador das políticas urbanas. Ele designa um conjunto de decisões que se institucionalizaram no nível municipal (local) que reflete a correlação de forças sociais, econômicas e políticas locais. Deste modo, cabe-nos perguntar: qual o objetivo do plano diretor? A resposta depende dos interesses de quem promove as decisões políticas em cada município. Assim, baseando-se neste preceito, as prioridades a serem dadas aos diversos elementos do plano são elencadas segundo tais interesses de modo que pode ser mais importante estimular a atração de empresas e tornar a cidade competitiva do que pensar a cidade como um espaço da convivência e de práticas solidárias ao invés de organizacionais. Isso caracteriza de certa forma o Plano Diretor: um plano recente, inserido em contextos recentes, mas que ainda sofre por estar preso a elementos e conceitos ultrapassados de épocas passadas.

No contexto atual, as cidades, em geral, cada vez mais têm se tornado uma mercadoria, e o planejamento estratégico, tradicionalmente praticado pelas empresas⁷³, é transplantado para a administração pública, em que, para COMPANS (2004, p.23),

“o planejamento estratégico se constitui no principal instrumento de adaptação das formas institucionais locais aos objetivos da inserção competitiva, ao

⁷² O Estatuto da Cidade prevê severas sanções para aqueles municípios que não fizerem o plano diretor. Já a Constituição Estadual não prevê prazos nem sanções para estes casos, o que incorre em conflitos jurídico-normativos. No entanto, esta Constituição, de acordo com o artigo 181 parágrafo 1º, afirma que o plano diretor é obrigatório a *todos* os municípios.

⁷³ Ver também VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. IN: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. pp. 75-103.

referenciar a proposição de uma agenda de intervenções físicas e de modificações na estrutura legal e administrativa a tendências mercadológicas observadas na dinâmica da economia global”.

Campinas, não é uma exceção. Neste sentido, assim como fora feito nas décadas de 30, 50 e 60 do século passado⁷⁴, muito recentemente (de 2006 a 2008) o poder público campineiro vem beneficiando empresas com algumas leis e decretos que autorizam incentivos fiscais. Campinas, hoje, dentro deste escopo de atração de empresas, possui três leis básicas de incentivos: a *Compre Campinas*, a lei de *Incentivos Fiscais para Empresas de Base Tecnológica* e a lei de *Incentivos Fiscais para Empresas em Geral*. É preciso ressaltar que o próprio nome da lei, como é o caso da *Compre Campinas*, já expõe, de certa forma, o caráter mercadológico de partes do território campineiro. A cidade, em si própria, é tida como um produto, que exibida em uma vitrine, está à mercê dos interesses estrangeiros e a população aparece como um mero ator coadjuvante. Para SANCHEZ (2001, p.158),

“de fato, os governos municipais estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária e, com tal objetivo, seus governantes assemelham-se à figura do caixeiro viajante, abrindo catálogos de venda de seu produto- cidade”.

VAINER (2002, p.58) concorda com a citação anterior já que para ele,

“a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. Ao mesmo

⁷⁴ Ver CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. “Leis, decretos e resoluções promulgados no exercício de 1954”. Campinas: Oficina Graf. da empresa jornalística A Tribuna, s.d; BIBLIOTECA DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA CIDADE (org.). Leis Municipais 1965 a 1967. v.19. e CAMPINAS. Prefeitura Municipal. “Actos promulgados no exercício de 1938. Campinas: Lynotipia da Casa Genoud, s.d.

tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos”.

Há, no entanto, que se tomar cuidado ao enunciar que a cidade toda é tida como uma mercadoria, visto que são somente porções do seu território que interessam ao grande capital que segue a lógica seletiva e fragmentária da globalização, não se podendo assegurar que o território como um todo faça parte dela.

Como exemplo desta tendência, no dia 31/03/2008, foi publicada uma norma no Diário Oficial da cidade que concede benefícios desde a redução nas alíquotas de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) até isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a duas empresas de base tecnológica⁷⁵ além de outras seis empresas que estavam à espera de contemplação. Enquanto isso, leis direcionadas para o bem comum da população como um todo, além de menos frequentes e incisivas, não têm a mesma repercussão quanto aquelas que prestigiam apenas uma singela parte da sociedade.

A cidade, assim, passa a ser pensada como uma empresa por seus “*managers*”, onde tudo se transforma em valor de troca. A cidade-empresa, tal como diversos autores a denomina, é o modelo adotado para que ela melhor se encaixe nos moldes da competitividade. Sendo assim, COMPANS (2004, p.27) mostra que

“o discurso do empreendedorismo utiliza-se, portanto, dessa linguagem figurada, metafórica – na qual a cidade torna-se ‘empresa’, equipamentos, serviços e trabalhadores tornam-se ‘mercadorias’, e a competitividade das empresas torna-se ‘competitividade da cidade’ – como um recurso discursivo pelo qual se atribuem novos papéis e objetivos à administração urbana”.

Se as cidades têm se convertido em empresas – e Campinas parece trilhar esse mesmo caminho, como vimos a partir das leis de incentivo à empresas – um dos fatores que pertence a esse meio corporativo, é o marketing, e nesse caso, o marketing urbano. Se houvesse um lema, poderia

⁷⁵ Ver site www.campinas.sp.gov.br/financas/incentivo_fiscal/ (acessado em 06/05/2008).

ser aquele descrito por VAINER (2002, p.90) em que “a cidade-empresa atua no mercado de cidades e deve ser competitiva, ágil, flexível...”. KOTLER et al (1994, pp.37-44 apud COMPANS 2004, p.120) assevera que

“a finalidade do marketing urbano é a promoção ou ‘venda’ da cidade, o que incluiria basicamente: (a) criação e a divulgação de uma imagem da ‘marca’ positiva e sólida para a cidade; (b) a construção e a divulgação de grandes atrações turísticas, como monumentos, shoppings, centros de convenções, de entretenimento, estádios, eventos culturais, esportivos etc.; (c) o oferta de infraestrutura de qualidade em termos de transportes, abastecimento de água, energia, escolas, segurança pública, opções de recreação e lazer, restaurantes, hotéis etc.; (d) o aprimoramento e a divulgação das habilidades e hospitalidade da população”.

Dentro dessa perspectiva, as cidades começam a identificar os “nichos de mercado”, os seus principais produtos e o “público alvo” de seu marketing. Campinas se inclui neste perfil quando notamos, com base na “receita” descrita acima, que a sua competitividade tem sido incrementada a partir de alguns elementos: a) atração de empresas de tecnologia de ponta e consequentemente de novos negócios; b) infraestrutura moderna privilegiando a fluidez, marcada pela presença de importantes rodovias, pelo Aeroporto Internacional de Viracopos (Foto 7), pela moderna rodoviária (Fotos 8 e 9) multimodal recém inaugurada e finalmente pelo projeto do trem rápido ligando Campinas a São Paulo e ao Rio de Janeiro; c) mão-de-obra especializada, tendo em vista suas grandes universidades e centros de pesquisa; d) qualidade dos serviços prestados visto que a cidade ainda figura entre as grandes referências em termos de saúde (hospitais, laboratórios e clínicas diversas) e em educação, com a proeminência de importantes colégios e universidades. HARVEY (2001, p.177) ao afirmar que

“a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de

serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana”,

parece oferecer uma sugestão sobre qual caminho a cidade de Campinas pretende trilhar a exemplo da grande metrópole paulistana, considerada, segundo SILVA (2001), uma metrópole informacional já que ela abriga uma grande densidade técnica e informacional em razão do período técnico-científico e informacional e pelas diversas informações produzidas pelas inúmeras empresas de consultoria lá presentes e que definem o caráter de centro de comando financeiro e informacional que a cidade representa.

Foto 07 – Vista aérea do Aeroporto Internacional de Viracopos e seu entorno. Na porção sudeste da imagem as áreas no projeto de desapropriação para ampliação do aeroporto.

(Fonte: Google Earth. Foto de 30/08/2006).



Foto 08 – Vista da nova rodoviária de Campinas.

(Fonte: http://farm4.static.flickr.com/3033/2556491769_ea41c3c319_b.jpg).



Foto 09 - Vista interna da nova rodoviária (Foto tirada pelo autor em 12/11/2008).

Não é por acaso que o discurso adotado pelos dirigentes locais, é de que Campinas é uma cidade de ponta, moderna e sofisticada, pronta para receber novas empresas e assim gerar riquezas. Tal processo culmina com o que já denunciávamos antes, que é geração de uma cidade repleta de desigualdades sócio-espaciais, setorializada e pensada visando sua inserção competitiva no mercado global. Quanto a isso, HARVEY (2001, p.182) afirma que “*o empreendedorismo urbano contribui para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano, observado mesmo nas cidades que apresentam grande progresso*”.

Arelado a esse problema, a obrigatoriedade da elaboração dos planos diretores recai em dois problemas básicos: o primeiro, em que as prefeituras, interessadas em se livrar da responsabilidade e do “fardo” de elaborar com rigor seu plano, contratam empresas de consultoria (alheias à realidade e à formação territorial da cidade) para fazê-lo ou auxiliar na sua elaboração; e segundo, quando ele passa a ser objeto pessoal do órgão executivo, em que o prefeito o elabora, mas com a finalidade eleitoreira, alijando a população do processo de participação em sua elaboração. De acordo com MANZONI NETO (2007, p. 66),

(...) aumenta exponencialmente a demanda do Estado brasileiro pelos serviços das consultorias, uma vez que estas aparecem como o caminho mais curto para ter acesso a um conjunto de práticas cristalizadas na administração empresarial. Seduzidos por teorias bastante questionáveis da teoria da administração, os governantes terceirizam o planejamento, pois contratam empresas de consultoria (principalmente internacionais) para a elaboração de estudos de planejamento.

Tudo indica que Campinas seguiu a primeira opção citada acima, visto que o PLANO DIRETOR DE CAMPINAS (1996, p.02), quanto à sua elaboração, aponta que

“a estratégia de trabalho implementada para cumprir esses objetivos baseou-se em duas condutas básicas, a saber: o desenvolvimento do trabalho com a equipe técnica da Seplama [Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente] e de outras unidades técnicas da Prefeitura, em especial Emdec/Setransp, Secretaria de Obras, SAR's, Sanasa e Cohab, sendo contratadas consultorias e/ou assessorias externas apenas para trabalhos específicos [grifo nosso] (...)”;

Um detalhe que confirma a afirmação anterior está no fato de que os planos diretores de 1991 e 1996 fazem parte de uma segunda geração⁷⁶ de planos, que segundo FERNANDES (2007, p.259),

*“não possuem a centralização metodológica dos anteriores, pois o SERFHAU fora extinto muitos anos antes, os governos estaduais pouco ou nada interferem na questão que se tornou atribuição municipal. **Boa parte dos planos diretores passa a ser elaborada por equipes de técnicos das próprias prefeituras e as empresas***

⁷⁶ Na primeira geração de planos diretores de acordo com FERNANDES (2007, p.258) “empresas de consultoria montavam um livro encadernado e bem apresentado do plano completo. Dele constavam textos padronizados do diagnóstico, do prognóstico e das propostas que incluíam as ‘ações do prefeito’. As prefeituras eram assediadas pelos sócios-proprietários dessas empresas para contratar seus serviços. O contrato incluía a obtenção dos recursos do SERFHAU para custear os trabalhos. Eram previstos levantamentos de campo a serem feitos por estudantes da cidade e a incorporação à equipe contratada de pelo menos um funcionário municipal graduado, por indicação do prefeito. Passado alguns meses, os volumes encadernados do Plano Diretor eram apresentados pelo prefeito à sociedade através de atos solenes onde não faltavam materiais audiovisuais e exposições complexas por parte da empresa contratada”.

privadas são chamadas a assessorar ou produzir parte de seus estudos [grifo nosso]”.

As consultorias⁷⁷ mantiveram e ainda mantém estreita relação com a elaboração de planos diretores em Campinas, e é importante esclarecer que dependendo do modo como atuam, o resultado pode não ser aquele que se espera de um documento que insere parâmetros para o bom uso do território da cidade que é o plano diretor. O que não se pode e não se deve aceitar, é que a construção do plano seja inteiramente delegada a essas empresas de consultoria, o que poderia acarretar em uma visão ainda mais parcial da cidade e porventura interesseira, como provavelmente ocorrera no passado. Mas quando essas empresas são chamadas a elaborar trabalhos mais técnicos como levantamento de dados e pesquisas de campo, por exemplo, alivia de certa forma o poder público em ter que contratar profissionais apenas para determinadas tarefas e com um intervalo de tempo pré-estabelecido, assim não incorrendo em uma prática mal-intencionada. Ao que parece, foi o que se fez em Campinas foi exatamente isso para os planos de 1991 e 1996.

É importante elucidar que Campinas passou a contar com seu primeiro plano diretor de fato⁷⁸ durante a gestão do prefeito Jacó Bittar (PT) em 1991. Passado cinco anos, em 1996, foi a vez do então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) revisar o plano agregando outros elementos e normas. Finalmente, por exigência do Estatuto da Cidade (art. 40, parágrafo 3º) que diz que plano diretor deve ser revisado a cada dez anos, em 2006 ele o foi pela atual gestão do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT).

⁷⁷ Um estudo que trata das consultorias, em especial aquelas que participaram da elaboração dos planos plurianuais federais como o Avança Brasil e Brasil de Todos, sugerimos a obra de MANZONI NETO, Alcides. *O novo planejamento territorial: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e uso do território brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas-SP. 2007.

⁷⁸ Segundo FERNANDES (2007, p.258), “na Constituição Federal de 1969 surgiu a atribuição aos municípios de fazer plano diretor e sua respectiva lei. A regulamentação dessa atribuição dada de 1973. A partir daí, algumas prefeituras que já haviam cumprido com a tarefa de fazer tais planos antes decidiram atualizá-los para deles extrair as referidas leis e encaminhá-las às Câmaras Municipais. É fato que os planos geravam, pelo menos algumas leis urbanas como códigos de obra, leis de loteamentos, de aruamentos, de uso e ocupação do solo (zoneamentos), entre outras. Muitos municípios, a exemplo de Campinas, deixaram para depois o trabalho de transformar velhos planos diretores em uma lei geral e específica”. Antes do plano de 1991, o que estava vigente era o PPDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado) da gestão do então prefeito Orestes Quércia.

SCHNEIDER (2002) ao analisar o processo de aprovação/implementação dos instrumentos urbanísticos propostos nos planos diretores de 1991 e o de 1996, observando os entraves à sua aplicação e à gestão participativa, faz uma série de análises que corroboram as reflexões de SEMEGHINI (1991) no que diz respeito às ocupações de terra e à população de baixa renda situada, em grande parte, na região sudoeste do município.

Ao comparar os dois planos diretores, o de 1991 e o de 1996 realizados pelas gestões dos prefeitos Jacó Bittar e José Roberto Magalhães Teixeira, respectivamente, SCHNEIDER (2002, p.23-24) afirma que

*“o plano de Bittar (1991) avança ao propor a divisão do município em macrozonas, considerando a necessidade de tratamento específico das áreas ocupadas por assentamentos precários de baixa renda (...) enquanto o plano de Magalhães Teixeira (1996), destaca apenas políticas setoriais definidoras e/ou indutoras de processo de urbanização: habitação, sistema viário, meio ambiente, infraestrutura de saneamento e drenagem. As demais políticas setoriais (saúde, educação, promoção social, cultura e turismo) ficaram em **segundo plano** [grifo nosso], sendo adotadas apenas nas interfaces com a proposta de estruturação urbana e com as diretrizes de uso e ocupação do solo”.*

É preciso que se tome o devido cuidado para que os planos diretores não se tornem instrumentos político-ideológicos e que insistam em ser fragmentários e por vezes a-históricos⁷⁹. Conforme diz SANTOS (2002d, p.128), *“já se vê que os problemas das grandes cidades não se resolverão através dos chamados planos regionais ou de soluções urbanísticas e muito menos com a ajuda de planos diretores municipais, parciais e fragmentários por definição”.*

Já COMPANS (2004, p.112), remete os planos diretores ao planejamento estratégico ao afirmar que

⁷⁹ Referimos-nos ao fato de que muitos planos são feitos sem que haja um conhecimento ou referência à história da cidade para a qual se destina.

“da mesma forma que nos planos diretores clássicos, contudo, a estrutura concebida para o ‘projeto de cidade’ ou ‘plano estratégico’ obedece à sequência diagnóstico-prognóstico-proposição. Na fase diagnóstico, mediante o emprego do método SWOT⁸⁰, seria avaliada a situação da cidade em face das tendências de seu entorno, mediante a análise das potencialidades e dos obstáculos configurados em seu território e em seu sistema de relações sociais. Nos momentos seguintes, com base neste diagnóstico se construiriam hipóteses sobre os ‘cenários’ previsíveis e a situação desejável, para a qual se determinariam as ações a empreender com o intuito de melhorar sua posição”.

Nos planos de Campinas (tanto o de 1996 como o de 2006) alguns detalhes ficam evidentes no que concerne à compartimentação do território e de sua visão estática e passiva: fragmenta-se (congela-se), estuda-se, se propõem medidas objetivas ou são feitas projeções para o futuro baseado em estatísticas e, portanto, cenários são construídos subtraindo do território seu caráter dinâmico e diverso. Tais características também podem ser traduzidas pelo planejamento físico-territorial clássico já comentado no item anterior. Velhas fórmulas e velhas ideologias são implantadas em novos contextos e situações sem a devida revisão e atualização dos conceitos e categorias.

No atual Plano Diretor campineiro podem ser identificadas ao menos três grandes preocupações que veremos a seguir. A primeira dela se consagra em detalhar as inúmeras regionalizações as quais o território campineiro está submetido que são parâmetros para leis de zoneamento. Dentre elas estão as nove macrozonas⁸¹, dentro das quais constam trinta e quatro APs

⁸⁰ “Strengths, Weakness, Opportunities and Threats, desenvolvido na Harvard Business School” (COMPANS, 2004, p.110).

⁸¹ Macrozona 1 – Área de proteção ambiental (APA) inclui os Distritos de Sousas e Joaquim Egídio; Macrozona 2 – Área de controle ambiental (ACA) inclui loteamentos urbanos na área rural como o Vale das Garças e Village Campinas; Macrozona 3 – Área de Urbanização Controlada (AUC) que abrange o CIATEC, atacadistas e Universidades do Distrito de Barão Geraldo; Macrozona 4 – Área de Urbanização Prioritária (AUP0) que representa a área central da cidade; Macrozona 5 – Área Prioritária de Requalificação (APR) que inclui o Campo Grande, Ouro Verde e Distrito de Nova Aparecida (região oeste); Macrozona 6 – Área de Vocação Agrícola (AGRI) que abrange a região sul, próximo ao município de Valinhos; Macrozona 7 – Área de Influência Aeroportuária (AIA) que agrega o Aeroporto Internacional de Viracopos, seu projeto de expansão e bairros vizinhos; Macrozona 8 – Área de Urbanização Específica (AURBE) que abarca os bairros Gramado, Alphaville e Pq. Imperador, às margens do anel viário Magalhães Teixeira (Ver Mapa

(Áreas de Planejamento) e que finalmente se desdobram em aproximadamente setenta e sete UTBs (Unidades Territoriais Básicas)⁸², todas elas seguindo inúmeras normas e diretrizes de localização, uso e ocupação conforme PLANO DIRETOR DE CAMPINAS (2006, artigos 21 e 22). De acordo com o Plano Diretor, cada macrozona seria objeto de no *mínimo um Plano Local de Gestão Urbana*⁸³ (PLG). Neste plano é que são detalhados os zoneamentos e definidas as “vocações” (termo utilizado pelos PLGs) de cada lugar da cidade. Durante a 3ª Conferência das Cidades, realizada em 2007, sobre a qual falaremos ainda neste Capítulo, os PLGs foram conceituados a partir da dimensão territorial, da heterogeneidade local e de recortes específicos do território (detalhamento do Plano Diretor).

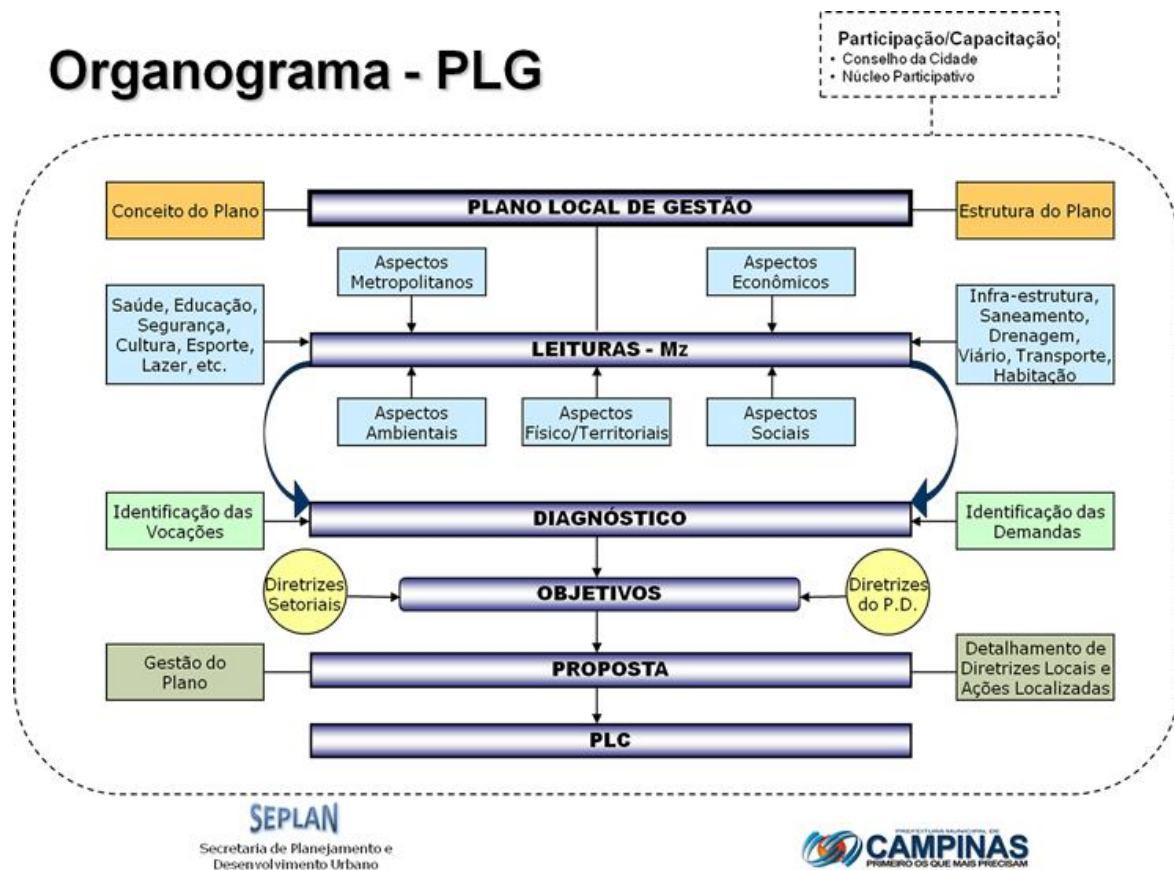
A partir do detalhamento da macrozona em questão, são feitos inúmeros levantamentos dos aspectos físico-territoriais, ambientais, sociais, cartográficos e fotográficos que culminam com a criação de um *diagnóstico* que por sua vez identificará as demandas e as vocações daquela região. Após esse processo descritivo, o PLG designa objetivos e propostas de ações setoriais na área de estudo (Organograma 1). Tais procedimentos são comparáveis àqueles descritos anteriormente por COMPANS (2004) ao discutir a relação entre Planos Diretores e o planejamento estratégico.

1); e finalmente a Macrozona 9 – Área de Integração Noroeste (AIN-NO) que inclui os bairros Boa Vista, Jd. Campineiro, Jd. São Marcos inclusive o Aeródromo dos Amarais.

⁸² Ver mapas 23 ao 28.

⁸³ Embasados pela Lei Complementar n. 15 de 27/12/06, nos PLGs “serão definidas as normas urbanísticas, discriminando-se os usos permitidos, intensidades de ocupação do solo, restrições sobre edificações e/ou atividades, caracterizando-se ainda como instrumento orientativo da revisão das leis de estruturação urbana, localização de equipamentos, indicação de medidas para a recuperação de espaços públicos de saneamento, infraestrutura e drenagem, hierarquização do sistema viário, indicação de medidas de proteção, valorização e recuperação do patrimônio cultural e ambiental, dentre outras” (SEPLAMA, 2007). Os primeiros PLGs, o de Barão Geraldo e a da Área de Proteção Ambiental de Sousa e Joaquim Egídio (APA), também foram feitos a partir de consultorias, especificamente pela parceria das Universidades UNICAMP e PUCCAMP. Além deles, hoje temos o PLGs da Macrozona 5 (feito em 2007), elaborado sob a coordenação da SEPLAMA e da comunidades desta região, ampliando o processo participativo.

Organograma 1 – Estrutura do PLG



A criação dos PLGs se relaciona diretamente com outros tipos de planos, como são os Planos Setoriais, também parte integrante do Plano Diretor, em que detalham as políticas públicas a serem executadas, praticadas pelas diferentes pastas de governo (saúde, educação, infraestrutura, habitação etc.). Cada uma delas possui objetivos e diretrizes traçados e na prática adotam esta ou aquela regionalização segundo seus interesses. Assim, a saúde não conversa com a educação que não entende a habitação e assim por diante. Além dos PLGs e dos Planos Setoriais, há que se incluir as Leis de Estruturação Urbana, que são leis de adequação, que normatizam as ações a serem executadas⁸⁴.

Nota-se o quanto o território se fragmenta já que não há uma, mas várias regionalizações de um único território além da insistência em se produzir “subplanos” que perdem o senso de

⁸⁴ Esse tripé que compõe o Plano Diretor está ilustrado no Organograma 2 nos Apêndices.

unicidade e interdependência do território quanto às suas partes e ao mundo. SANTOS (2002d, p.84) concorda com a afirmação anterior ao dizer que o território “(...) *constitui, pelos lugares, aquele quadro de vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil)*”.

Uma segunda preocupação do Plano Diretor, e que se percebe como uma das grandes inquietações do plano de 2006 e que estava menos evidente em 1996, em linhas gerais, é o meio ambiente. Neste escopo, incluem-se várias diretrizes de gestão ambiental, desenvolvimento rural sustentável e criação de eixos ou corredores verdes na cidade. Estas discussões de cunho ambiental ganharam tal relevância nos dias de hoje, que muitas secretarias municipais incluíram em suas premissas temas desta ordem. O planejamento urbano hoje praticado e exaustivamente debatido quando houve a 3ª Conferência da Cidade, se pauta em muitos preceitos ambientais, tanto que a maioria dos artigos votados nesta conferência para serem levados à conferência estadual continha como palavras de ordem a sustentabilidade e o meio ambiente. Não é por acaso que em 2007 foi lançado um documento pela prefeitura municipal chamado de *Indicadores Econômicos do Município de Campinas* em que são mostrados dados diversos sobre o comércio, serviços, indústria entre outros setores econômicos da cidade. Nele consta que “*um dos principais conceitos que definem o que queremos para Campinas é o Desenvolvimento Sustentável*” (p.05).

Desde o início dos anos 90 e acentuadamente nos dias de hoje, muito se fala sobre o desenvolvimento urbano sustentável⁸⁵ ou cidades sustentáveis⁸⁶. Como exemplo disso, na semana

⁸⁵ “Outro tema importante para planejadores surgiu no início dos anos 90, ou seja, busca por algo que emergia quase como um Santo Graal: o desenvolvimento urbano sustentável”. (HALL, 1988, p.485).

⁸⁶ “A modelização através da imagem mostra as ‘cidades que foram capazes de superar grandes crises’ através da modernização e transformação em ‘tecnópolis’ por seus gestores, com infraestrutura adequada às novas exigências de fluidez do dinheiro e da informação. Mas as cidades que desfrutam hoje do status de ‘modelo’, segundo os padrões internacionais hegemônicos, são as que mostram uma imagem que agrega à modernização tecnológica e infraestrutural a promessa de uma ‘cidade harmoniosa’, com alta ‘qualidade de vida’ e ‘renovada vida cultural e artística’. Mediante algumas ou todas as qualidades combinadas, essas são as que se apresentam como ‘cidades sustentáveis’” (SANCHEZ, 2001, pp.156-157). Podemos citar como exemplo de cidades que seguem as características acima, Curitiba/PR, Brasília/DF e Barcelona/Espanha.

de 26 a 31/05/2008, em Campinas, foi debatido o *Projeto Sustentar*⁸⁷, que trabalhou com quatro linhas de ação: a Campanha Educativa, o Congresso Latino-Americano para o Desenvolvimento Sustentável, um Fórum Popular e uma Feira de Produtos e Projetos para o Desenvolvimento Sustentável⁸⁸.

Um ponto de vista que merece ser destacado a respeito deste tema vem de HALL (1988, p.485), ao afirmar que

“o problema era que apesar de todos serem a favor dele [do desenvolvimento urbano sustentável], ninguém sabia exatamente o que ele significava. Para sermos precisos: embora pudessem todos citar de cor a definição de sustentabilidade, extraída do Relatório Brundtland de 1987 – ‘desenvolvimento que vem ao encontro das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em prover suas próprias necessidades e aspirações’- de modo algum ficava claro como isso se delinearía dentro das decisões concretas do dia-a-dia em contextos urbanos cotidianos”.

A preocupação do autor é muito pertinente hoje em dia, pois se vivemos em um período marcado pelo processo de globalização, onde a exploração da mais-valia atrelada à espoliação da força de trabalho geram desigualdades de toda ordem e onde a cidade e a classe trabalhadora se tornaram objeto da geração de lucros e produção de riquezas, segundo KOWARICK (1993), o desenvolvimento sustentável surge como uma metáfora, impossível de ser pensada concomitante ao atual processo de acumulação. A arritmia do mundo contemporâneo, marcada pela criação constante de desequilíbrios, necessidades e de escassez, contra as quais lutamos todos os dias, propõe um mundo pautado justamente na *insustentabilidade*. Além disso, o discurso da sustentabilidade apresenta enunciados vagos onde não se discute, primeiramente, o conceito de

⁸⁷ Organizado e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Campinas, empresas como CPqD e universidades, a exemplo de UNICAMP e PUCCAMP.

⁸⁸ www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=16448 (acessado em 24/06/2008)

desenvolvimento, a ideia de projeto e consequentemente de futuro. Isso é o que RIBEIRO (1997, p.489) nos instiga a discutir ao tratar do desenvolvimento sustentável. Para a autora, ainda persiste uma incógnita no que tange sua definição e explicação. Para tanto, ela confirma sua inquietação ao indagar:

“daí a urgência com que deve ser codificada a meta do desenvolvimento sustentável. De fato, o denominado desenvolvimento sustentável implica numa real proposta de desenvolvimento alternativo ou representa mais um elemento da retórica neoliberal?”

Finalmente, em terceiro lugar, gostaríamos de destacar o capítulo do plano diretor (de 2006) que trata da habitação e dos instrumentos urbanísticos. Felizmente foram contemplados muitos daqueles que também constam no Estatuto da Cidade e que remetem à questão do uso do solo e por consequência da especulação imobiliária, que tanto perdurou na cidade e que agora enfrenta normas mais rígidas para que ocorra, ao menos em tese.

Com relação à especulação imobiliária (a ser discutida no Capítulo 6), que atualmente vem assumindo uma magnitude cada vez maior e que seguindo a lógica capitalista de obtenção de lucros cada vez maiores em função da exploração e consequente geração de desigualdades sócio-espaciais, o Estatuto da Cidade⁸⁹ prevê importantes instrumentos para ao menos amenizar essa prática e que também estão presentes no Plano Diretor de Campinas. Dentre eles estão o parcelamento ou edificação compulsórios, no caso da não utilização ou subutilização do imóvel; imposto sobre propriedade predial e territorial (IPTU), progressivo no tempo, caso não sejam cumpridas as obrigações e os prazos previstos para o parcelamento e edificação; e finalmente a desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública⁹⁰, após decorridos os 5 anos previstos de cobrança de IPTU progressivo. É importante lembrarmos de outro instrumento que limita a especulação imobiliária, a outorga onerosa. Ela separa o direito de propriedade do direito de construir e atua no

⁸⁹ Aprovada pela lei 10.257/2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e contempla coletivo, isto é, pressupõe a participação popular na definição dessas políticas.

⁹⁰ Ver artigos 5º a 8º do Estatuto da Cidade.

sentido de combater a especulação que deriva da verticalização, muito presente no centro de Campinas/SP e em determinados pontos da periferia, por exemplo.

Um ponto que merece um destaque é a questão da notificação por parte do poder público aos proprietários que se enquadram nos artigos que punem a não ou a subutilização de seus imóveis. Corre-se o risco de notificar os “inimigos” e não os amigos, incorrendo em uma prática clientelista e parcial. Talvez a saída para esse percalço fosse a supressão da notificação e a aplicação direta do IPTU progressivo, por exemplo.

Este plano (de 2006), já pertence à terceira geração de planos diretores, de acordo com a classificação de FERNANDES (2007), que seriam revisões dos planos anteriores além de novos estudos, em especial sobre tópicos concernentes às questões de assentamentos irregulares e ao uso do solo em geral. Embora esses temas já estivessem presentes nos antigos planos, graças ao advento do Estatuto da Cidade, esta revisão tornou-se obrigatória e os novos instrumentos de regularização fundiária e de combate à especulação imobiliária despontaram com mais força.

Sabemos que os planos diretores não resolvem todos os problemas da cidade, mas oferecem uma possibilidade de negociar e pactuar estratégias de intervenção urbana. Só que isso não é possível se não há o fator da participação popular e se não há o comprometimento do poder público em pensar a cidade como um todo diverso e principalmente dinâmico. Há que se discutir e deixar claro nos planos, as razões que deram origem aos seus objetivos e as discussões sobre os reais problemas da cidade. Também é importante que o caráter mercadológico da cidade não seja colocado acima dos interesses da sociedade como tem sido feito até então.

O que se vê atualmente, nos parece, é a criação de um projeto de cidade descolado do espaço, do território e, portanto, da sociedade, já que ela é o espaço, segundo SANTOS (2002a, p.104). O projeto de cidade pensado é aquele vinculado ao planejamento estratégico que pressupõe a inserção da *cidade-empresa-mercadoria* no mundo global. Sendo assim, há uma oposição entre *city* e *polis* segundo VAINER (2002, p.101), visto que há “*de um lado a city, impondo-se à cidade*

como espaço e objeto e sujeito de negócios; de outro a polis, afirmando a possibilidade de uma cidade como espaço do encontro e confronto entre os cidadãos”.

O plano diretor deveria ter como objetivo geral a busca por um projeto de sociedade e uso do território que privilegie a convivência e o exercício da democracia local já que o território é democrático e o espaço é banal, isto é, *“trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder”* (SANTOS 1996, p.09).

O Sistema Organizacional do Planejamento Urbano Campineiro

Até este instante, vimos que a palavra planejamento esteve pouco presente no conteúdo dos planos mais importantes de Campinas, como o Plano de Melhoramentos Urbanos, o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado e o Plano Diretor. O próprio título de cada um remete à palavra “plano”, que indica e caracteriza um documento que contém as premissas para a execução de programas, estes sim destinados segundo as mais diferentes pastas de governo. Contudo, o planejamento entendido como um processo precede aos planos e programas e está estritamente ligado à política e à técnica. Assim ele se constitui em uma ponte articuladora dos mais diversos interesses e dita a elaboração dos planos e dos programas a serem realizados. Com esses atributos, não se pode deixar de afirmar que o território e seus usos é o elemento fundamental na orientação do que se planeja para este ou aquele lugar, devendo assim, ser pensado em termos de sua totalidade.

Todavia, o que vimos até aqui para Campinas foi uma ausência, ao menos de forma explícita, de como o planejamento se estruturou e se vinculou ao longo da história aos processos políticos e institucionais da cidade.

É bom destacar que até agora não identificamos nenhuma obra que tenha lidado com todos esses aspectos, cabendo a este trabalho a tarefa de ao menos introduzir esse debate. Para tanto, elaboramos uma tabela (Tabela 4, nos apêndices) que contém três colunas: uma indicando as normas, isto é, as leis, decretos e atos bem como seus respectivos anos de criação; outra coluna contendo os eventos decorrentes dessas normas; e finalmente uma terceira coluna que apresenta o prefeito vigente à época da promulgação de cada norma. Organogramas (ver p.197) também foram criados para que pudéssemos observar com maior clareza esta esquematização normativa e durante qual gestão essas normas foram criadas, revogadas ou substituídas. O objetivo dela foi tentar estabelecer uma relação entre o processo político (ditado pelas normas) de planejamento e sua

estrutura organizacional, de modo a identificar uma continuidade ou descontinuidade de suas ações ao longo do tempo.

Ao observarmos a Tabela 4 e o Organograma 2 (ver Apêndice), fica nítida a preocupação com a criação de comissões de planejamento em especial entre os anos 30 e 50, justamente no período de implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, muito usadas para a elaboração de estudos e levantamentos técnicos, em decorrência do plano vigente.

Já o PPDI começou a ser pensado na gestão do prefeito Ruy Hellmeister Novaes, ao instaurar a Divisão de Planejamento e Urbanismo que abrigaria o GEPLAN (Grupo Executivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), que futuramente seria implantado por Orestes Quércia ao pedir empréstimos à FIPLAN para sua execução. O principal órgão que se destacava na gestão deste prefeito foi o GEOS (Grupo Executivo de Obras Setorizadas) que cuidava de desapropriações, estudos urbanísticos e das obras. Cabe ressaltar, mais uma vez, o caráter setorial deste plano já no nome dado ao grupo que o orientava, cujos estudos se davam em caráter temático: transporte, habitação, saúde e assim sucessivamente. No entanto, dois anos depois é revogada a lei que criou o GEOS, cabendo à EMDEC (Escritório de Desenvolvimento de Campinas) a tarefa de conduzir o PPDI.

Em seguida, em 1978 é criada a Secretaria de Planejamento e Coordenação, o Departamento de Pesquisa, Planos e Programas e o Departamento de Controle e Avaliação, sendo que a primeira é desativada em 1979 e reativada novamente em 1981 pelo mesmo prefeito, Francisco Amaral.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) foi criado em 1991 seguindo as premissas descritas por SOUZA (2003, p.359) ao afirmar que estes conselhos

“são instâncias participativas referentes ao planejamento da cidade: definição, confecção e acompanhamento da implementação de políticas públicas e intervenções diversas, tais como plano diretores, políticas setoriais de transportes e meio ambiente, programas de urbanização de favelas etc.

Em Campinas este conselho⁹¹ tem caráter consultivo e fiscalizador e promove a participação, ao menos em tese, da comunidade no processo de planejamento e do desenvolvimento da cidade.

Em 1997, já com a preocupação ambiental mais exacerbada, é criada a Secretaria do Meio Ambiente a qual se integra à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano dois anos depois, tornando-se Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAMA). No entanto, em 2008, a mesma secretaria retira o termo meio ambiente de seu nome, passando a se chamar, novamente, Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Contudo, notamos que ao acessar o sítio da internet da Prefeitura de Campinas, a secretaria ainda possuía a denominação antiga, alterada somente em maio de 2009. Através de sua página na internet notamos que compõem a secretaria, o departamento de planejamento, o departamento de meio ambiente e o departamento de informação, documentação e cadastro. Porém, atualmente lhe fazem parte somente o departamento de planejamento e o cadastro técnico.

Seguindo a temática da sustentabilidade, na gestão do prefeito Antonio da Costa Santos (o Toninho), em 2001, é criado o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (GDR), que previa valorizar a área rural do município bem como promover o uso racional dos recursos produtivos e ambientais visando a melhoria na qualidade de vida e no melhor abastecimento alimentar à sua população de modo *sustentável*.

Em 2002 houve a recriação do Escritório de Planejamento da Cidade, porém sem sustentação legal, isto é, sem que tivéssemos encontrado alguma lei ou decreto que o institucionalizasse e lhe oferecesse uma missão, uma diretriz ou uma regulamentação. A partir deste ano, muitos grupos e comissões de planejamento foram estabelecidos como o Grupo Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Rural de Campinas (GP-DUR) em 2002, que visava identificar as “vocações” de cada área da cidade, mapeamentos do potencial turístico e cultural e

⁹¹ Os membros do conselho são provenientes dos diversos segmentos da sociedade, sejam acadêmicos, sindicais, empresariais, ambientais, profissionais entre outros.

incentivar o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura que contemple as demandas oriundas da ampliação do Aeroporto de Viracopos; o Grupo de Trabalho para a elaboração do anteprojeto do Novo Plano Diretor de Campinas (GT-NPD) em 2004 que objetivava organizar o processo de formulação do anteprojeto assim como dirigir o processo de consulta aos diversos segmentos sociais; a Comissão Técnica para a Revisão do Plano Diretor (CTRDP) e a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável em 2006, os quais deveriam ser complementares e que deveriam estabelecer estratégias e diretrizes de ações para os próximos 15 anos; e finalmente o Grupo Gestor do Projeto Especial de Desenvolvimento Urbano, Industrial e de Ampliação do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC II), em 2008 que intencionava ampliar e consolidar a ação deste pólo de tecnologia na cidade.

A partir da observação de como se estruturou o processo de planejamento em Campinas, percebemos que houve uma preocupação muito maior com a criação de grupos de trabalho e comissões, coincidentemente à obrigatoriedade de execução deste ou daquele plano urbanístico. Os planos refletem o caráter imediatista, pontual e ideológico quanto às suas ações na cidade, relegando o *processo* de planejamento ao segundo plano.

Podemos afirmar diante disso, que em Campinas o planejamento deixou de existir em sua plenitude, constituindo-se apenas em retalhos de escolas estrangeiras de planejamento que na verdade se resumiu na perspectiva da criação de planos urbanísticos. As ideias vieram de fora e foram, algumas delas transplantadas para aquilo que se queria com determinado plano.

A partir do momento em que os planos se tornaram a peça chave na resolução dos problemas da cidade, o planejamento é encontrado apenas na nomenclatura de algumas secretarias que na realidade constituem-se em “fábricas” de planos (Planos Locais de Gestão Urbana, Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável, Plano Diretor, Plano Diretor dos Transportes entre outros). Estes não dão conta do território em sua totalidade e, por conseguinte, acabam priorizando alguns agentes em detrimento de outros.

Este capítulo é dedicado aos usos do território, em especial quando se trata da especulação imobiliária, pois como vimos através dos períodos históricos criados para Campinas, que ela desempenhou um fator primordial na formação territorial da cidade.

Por isso, inicialmente faremos uma exposição do caráter da especulação imobiliária apontando de modo geral sua forma de atuação, tipos de capitais e interesses envolvidos assim como as marcas deixadas no território desse processo que persiste até hoje só que em novos “fronts”.

Ao se falar em especulação imobiliária, não deixamos de lado o papel desempenhado pelo BNH e COHAB ao longo da história e o resultado dessa atuação: a configuração de uma cidade marcadamente voltada para o empreendedorismo e para o uso corporativo de seu território.

Usos Corporativos do Território: a Especulação Imobiliária

Após termos refletido sobre os diversos planos de Campinas, vimos que os temas que remetem ao uso do território (particularmente, a criação de loteamentos e fluidez), formam e são muito importantes para explicar os atuais usos e práticas sociais na cidade. Sendo assim, cabe-nos a importante tarefa de discutir sobre a especulação imobiliária.

Hoje ela é uma variável muito atuante na cidade, porém foram nos períodos que se estendem de 1930 a 1960 e de 1974 a 1988 (ver 4º e 5º períodos) aproximadamente, que ela foi um importante fator para a atual configuração territorial da cidade, principalmente em função da atuação do BNH e COHAB, que serão discutidos em breve.

O que veremos a seguir será uma exposição sobre a natureza da especulação imobiliária. Sobre quais bases ela se assenta? Quais os agentes e tipos de capitais envolvidos? Quais as discussões que ela provoca e quais os mecanismos que regulam esse processo? É importante alertar ao leitor que é de extrema relevância que conheçamos as raízes e os agentes deste processo tão presente nas grandes cidades, como é o caso de Campinas que nos oferece uma boa empiria sobre esse tema.

Destarte, durante sua história, o capitalismo passou por alguns ciclos ou períodos de acumulação que se dividiam em duas fases principais: a de expansão material e a de expansão financeira. Tendo em mente a fórmula concebida por Karl Marx para os processos de acumulação (D-M-D')⁹², ARRIGHI (1994, p.06) afirma que na primeira fase,

“o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza , tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue

⁹² Capital Dinheiro – Capital Mercadoria- Capital Dinheiro ampliado.

*através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D-D')
Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de
acumulação (D-M-D')*".

A primeira fase pode ser denominada de reprodução ampliada, em que se ganha com a criação de mercadorias e, portanto, com o trabalho (gerando mais-valia); e a segunda, em que não há mercadoria envolvida denomina-se acumulação primitiva, ganha-se dinheiro sem se produzir nada. Esta seria a essência do capital financeiro atual e da especulação imobiliária. Neste caso, só para deixar claro, quando se ganha com a terra, temos acumulação primitiva, e quando se ganha com a construção de um edifício sobre essa terra, temos a reprodução ampliada.

Como dissemos anteriormente, a cidade tem se transformado cada vez mais em um valor de troca, onde tudo pode ser comprado e vendido, inclusive e principalmente seu *chão*. Já não sabemos mais se onde pisamos é público ou privado; não sabemos que terrenos aparentemente vazios abrigam intencionalidades (perversas na maioria das vezes); ganhamos ou perdemos dinheiro sem querermos, sem intenção⁹³; e partes do território são usadas segundo certos interesses do modo de produção capitalista.

Estamos falando de uma das formas arcaicas do capitalismo que é a acumulação primitiva tal como nos coloca ARRIGHI (2004) e cujo exemplo é a especulação imobiliária, onde se ganha dinheiro sem que tenha havido *trabalho* envolvido, no sentido marxista da palavra⁹⁴. Nesta forma de capitalismo se ganha dinheiro sem que se produza nada, em outras palavras, seria a supressão do "M" (mercadoria) da fórmula proposta por Karl Marx D-M-D'. A cidade, neste contexto, ganha uma outra definição, que é aquela formada por mercadorias imobiliárias.

⁹³ Com isso pretendemos dizer que se moramos em determinada região da cidade que de uma hora para outra recebe uma nova avenida, shopping center ou um parque, o imóvel no qual vivemos pode se valorizar ou não.

⁹⁴ É relevante elucidar que quando se ganha com a terra, estamos diante da acumulação primitiva. Mas quando se ganha com a construção do edifício, passamos para a reprodução ampliada, em que há mercadoria, trabalho e geração de mais-valia envolvidos. No entanto, a partir do momento que temos o imóvel construído e quando o proprietário o aluga, configurando-se como rentista, voltamos à fase de acumulação primitiva que nesse caso pode durar até o fim da capacidade física do imóvel.

Dentre os agentes que lidam com essa forma de capitalismo, podemos listar vários, como o proprietário da terra, o incorporador ou promotor imobiliário, as construtoras (que também podem ser incorporadoras), as imobiliárias e até mesmo o Estado. Todos eles estão em de algum modo articulados do mesmo modo que diferentes tipos de capital estão em jogo.

Para podermos compreender melhor as “regras” desse complexo jogo há que esclarecermos o que se entende por especulação imobiliária. De acordo com CAMPOS FILHO (2001, p.48) ela é

“uma forma pela qual os proprietários da terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos, que são os meios coletivos de produção e consumo ao nível do espaço urbano”.

Isto, dito de outro modo, significa que na prática, loteamentos são aprovados pelo Estado a partir de leis, geralmente distantes do centro equipado por infraestruturas de toda ordem e cujo proprietário mantém o terreno sem uso ou subutilizado esperando o momento em que as infraestruturas providas pelo Estado (água, luz, esgoto etc.) cheguem até ele, quando se valoriza e então se torna viável ao proprietário vendê-lo ou construir algo sobre ele.

Tal processo foi verificado por NAMUR (1992) ao constatar a criação de um imenso distrito industrial em Curitiba/PR, distante do centro, mas que foi interligado a ele por vias e outros serviços públicos deixando muitos vazios entre o parque e o centro da cidade que acabaram por ficar destinados à construção de habitações populares.

Dentre os agentes que citamos anteriormente que participam do processo de produção imobiliária, é importante conhecermos um pouco melhor o promotor imobiliário (incorporador), o papel do Estado neste jogo e os tipos de capitais envolvidos.

O primeiro agente de que falamos é aquele que articula e coordena os processos de apropriação do solo. Assim, o incorporador procura o terreno que mais se adequa ao seu modelo e negocia com o proprietário. Em seguida o incorporador estipula o valor máximo de lucro que deseja obter e segue essa meta. Se um proprietário não aceita vender seu terreno por um preço abaixo do

oferecido, o incorporador vai em busca de outros que aceitem. Isso é um retrato fidedigno da estratégia capitalista de obtenção de lucro⁹⁵.

Já os tipos de capitais envolvidos nessa atividade são muitos: há o capital de promoção que é ligado ao capital industrial e ao capital de circulação, que propicia a venda do imóvel⁹⁶.

Neste mosaico de interesses e capitais envolvidos, o que existe por detrás é o grande capital financeiro, que reúne o capital bancário e o industrial, nos quais se assentam os gigantes grupos monopolistas e que tem no Estado, um grande *parceiro* (termo muito usado atualmente e cujo exemplo mais proeminente são as parcerias público-privadas, as PPPs).

É ele quem cria e aprova normas, leis (como a definição de perímetros e zoneamentos) que interferem diretamente no uso do solo urbano e conduzem o planejamento. Também é ele quem fornece todo o equipamento público necessário (redes de água, luz, esgoto, pavimentação, etc.) que atrai ou não os primeiros agentes que citamos. Como se nota claramente, vemos hoje um Estado muito mais árbitro e regulador, do que propositor e interventor. Este processo culmina com o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais e com usos do território cada vez mais seletivos e corporativos. Segundo KOWARICK (1993, p.53), há uma *“despreocupação dos grupos empresariais quanto às consequências do modelo de desenvolvimento e comprometimento do governo em alimentar os interesses da apropriação privada”*.

O município de Campinas reflete de modo muito claro o processo descrito acima muito em função das ações do poder público municipal em consonância com os interesses do BNH e COHAB bem como do grande capital financeiro e imobiliário, hoje em franca expansão na cidade. A seguir veremos com mais detalhes como essas duas instituições influenciaram a organização do espaço campineiro, propiciando usos perversos do território.

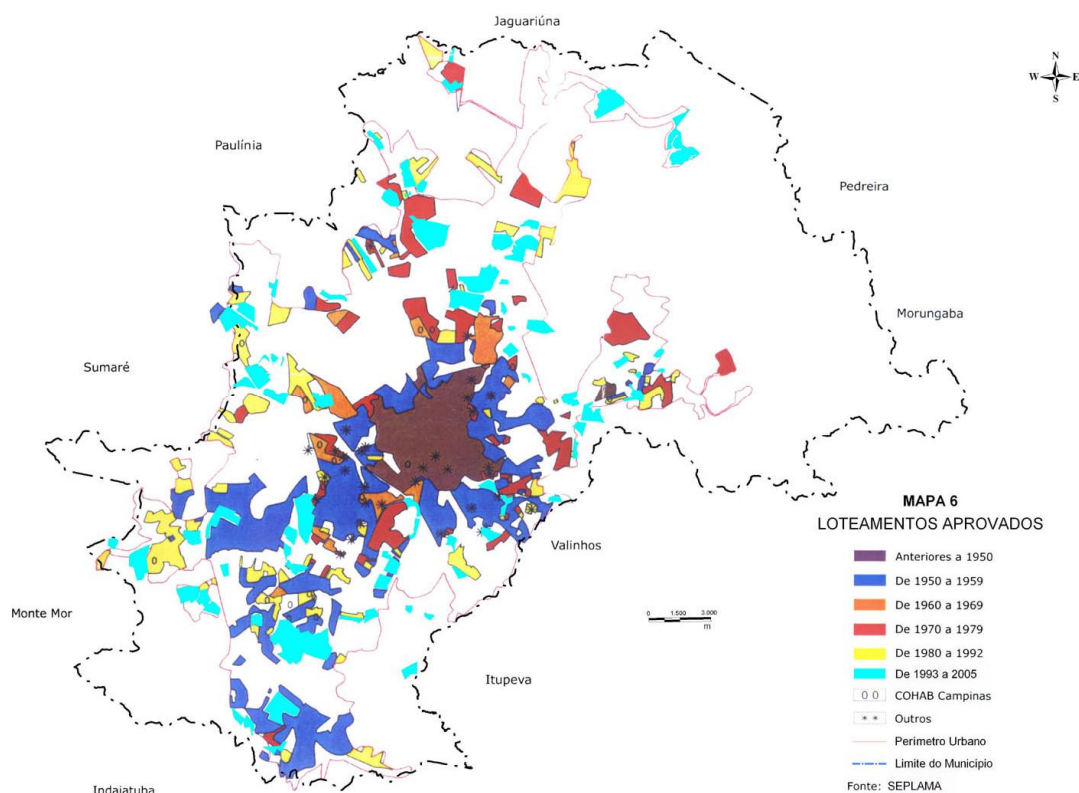
⁹⁵ Ver TOPALOV (1979).

⁹⁶ Idem pp.113-114.

A COHAB-Campinas e o BNH: a Metrópole Empreendedora

Conforme já apontamos em alguns momentos, a COHAB-Campinas, cujo efetivo funcionamento se dá em 1967⁹⁷, foi responsável pela cria o da grande maioria de loteamentos na cidade nas décadas de 70 e 80 (ver 4  período e Mapa 6). Financiada pelo BNH⁹⁸, a COHAB, no início de suas a o es, se dedicava a criar conjuntos habitacionais para a popula o de baixa renda, especialmente na região sul/sudoeste de Campinas, que continha e até hoje cont m a maior concentra o de pessoas da cidade. SEMEGHINI (1991, p.161) demonstra o poderoso papel desempenhado pela COHAB ao afirmar que “desde o ano de 1970, ela foi responsável por 51% do total de novas residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizadas em áreas vazias e distantes da malha urbana”.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - LOTEAMENTOS APROVADOS ANTERIORES A 1950 ATÉ 2005.



Mapa 6

⁹⁷ SEMEGHINI (1991, p.161)

⁹⁸ Criado em 1964 (ver SANTOS, 1990).

FERNANDES (2007, p.261) concorda com a assertiva acima ao argumentar que

*“Campinas produziu mais solo urbano do que o necessário nas últimas três décadas. Como resultado, a densidade média (tendo como referência o solo urbanizado de fato), passou de 69 habitantes por hectare em 1970 para 53 em 2004; a porcentagem de domicílios residenciais não ocupados avançou de 7% para 13% no mesmo período”.*⁹⁹

Isto, aliado às grandes obras viárias, tão estimadas pelo PPDI, anteriormente discutido, produziu um “boom” especulativo na cidade. SEMEGHINI (idem, p.161) explica que

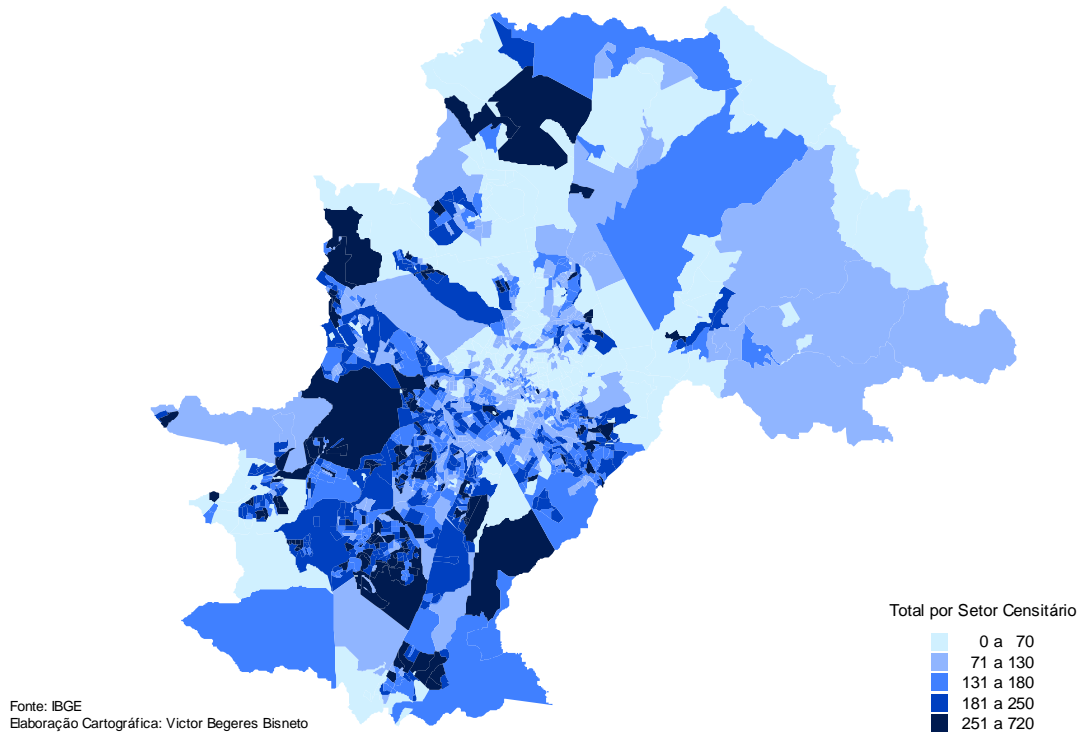
“os terrenos mais baratos, cada vez mais distantes da malha urbana, encarecem sobremaneira a infraestrutura, o sistema de transporte etc. São, portanto, fator inflacionário e de diferenciação da qualidade de vida, implicando na crescente periferização da população de baixa renda (...) por outro lado houve a reciclagem de algumas áreas antigas e definição de zonas nobres com a abertura de vias capazes de dar suporte à verticalização residencial e comercial”.

O Mapa 6, que mostra a criação de loteamentos em Campinas, em particular a partir dos anos 50, possibilita uma visão espacial de quais os eixos e áreas privilegiadas para a expansão da especulação imobiliária. A partir do centro da cidade, os loteamentos se distribuíram, majoritariamente para as regiões sul (décadas de 1950 e 1960), norte (décadas de 1970 e 1980) e sudoeste (décadas de 1980 e 1990), confirmando as características do 4º período histórico de Campinas. Os loteamentos antes dispersos na malha urbana e distantes do centro, recentemente têm acompanhado o eixo da rede rodoviária para se expandir. Outro detalhe é que dependendo do local onde os loteamentos foram criados, o tipo de clientela para os quais foram destinados compunham classes sociais diferentes. De modo geral, para os loteamentos das regiões sul e sudoeste

⁹⁹ Quando se fala em produção do solo, a geografia nova entende que não há produção do solo. O que se produz é a paisagem, a materialidade, os objetos. O solo, que na verdade entendemos ser o território usado, não é produzido por ser sinônimo de espaço geográfico e, portanto, de uma instância social, que se impõe a tudo e a todos. Outro ponto a ser comentado é que não é a cidade que produz o solo e sim o modo de produção (capitalista) que usa o território produzindo formas e promovendo ações compactuadas com seus interesses.

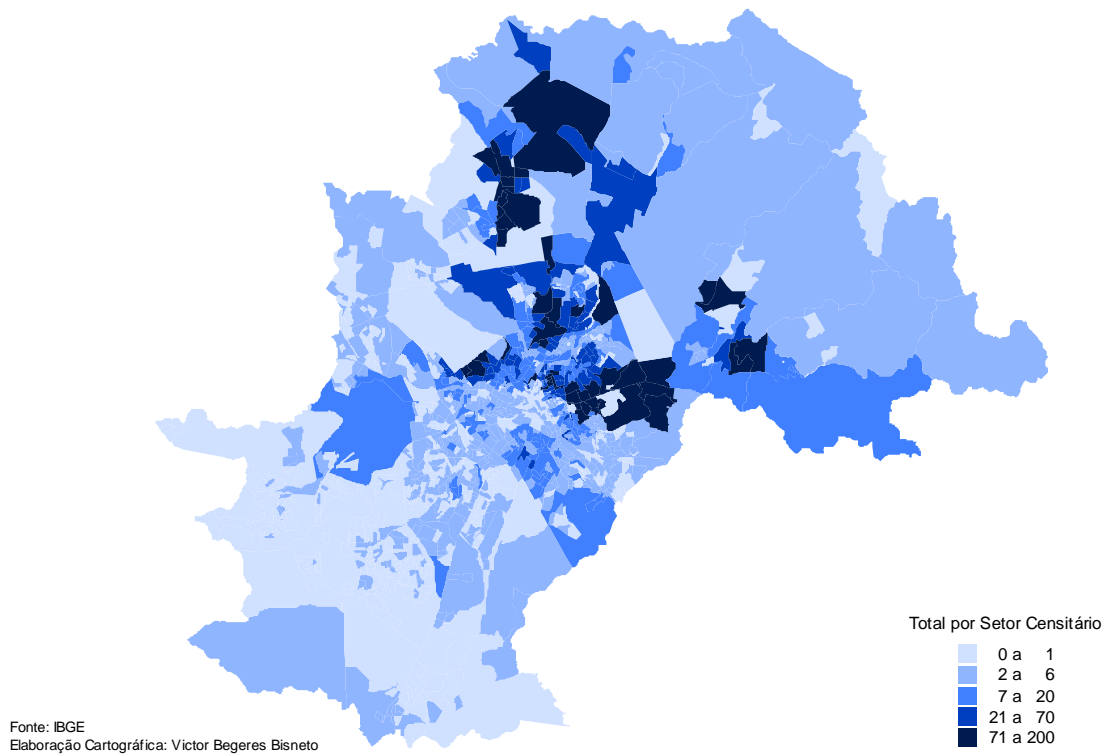
contemplaram classes mais baixas, enquanto aqueles da região norte contemplaram classes mais altas da população. Isso se reflete no presente, conforme revela os Mapas 7 ao 14 abaixo.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - DOMICÍLIOS COM 1 BANHEIRO, 2000.



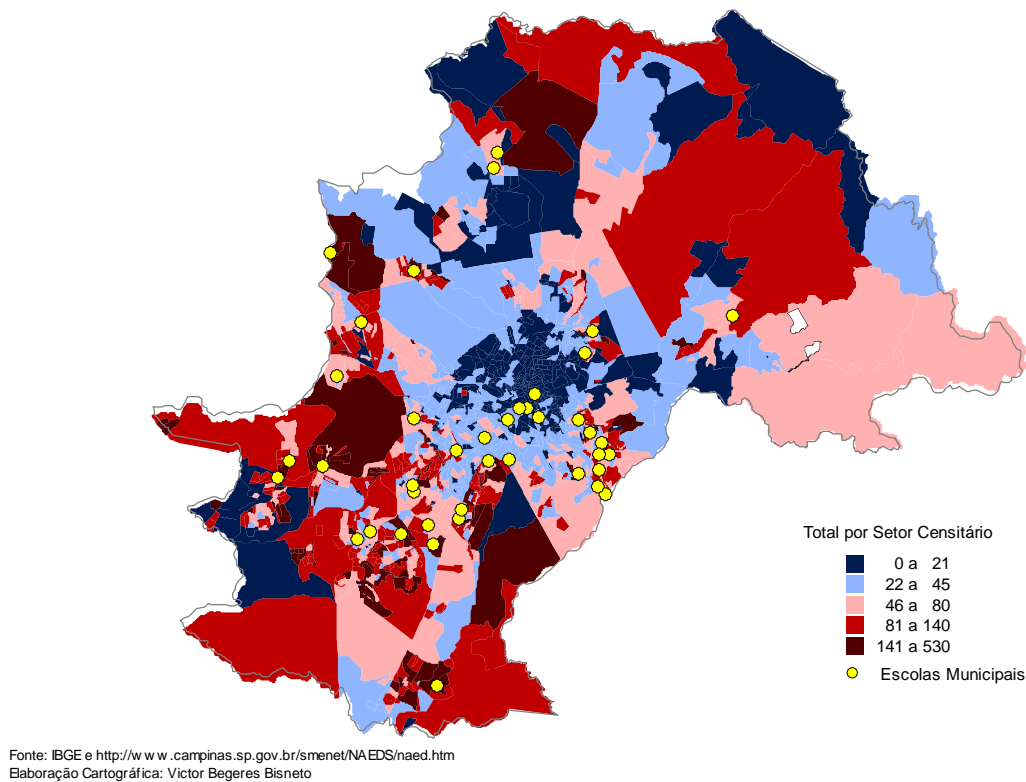
Mapa 7

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - DOMICÍLIOS COM 4 OU MAIS BANHEIROS, 2000.



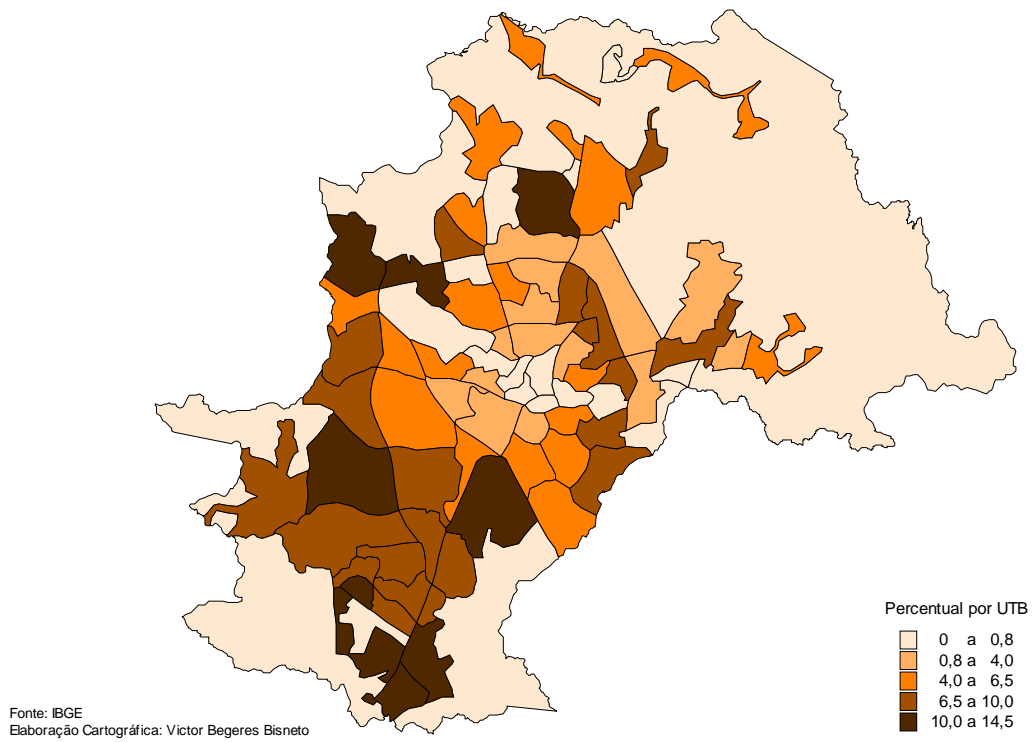
Mapa 8

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO COM 5 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA (2000) e UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL (2008).



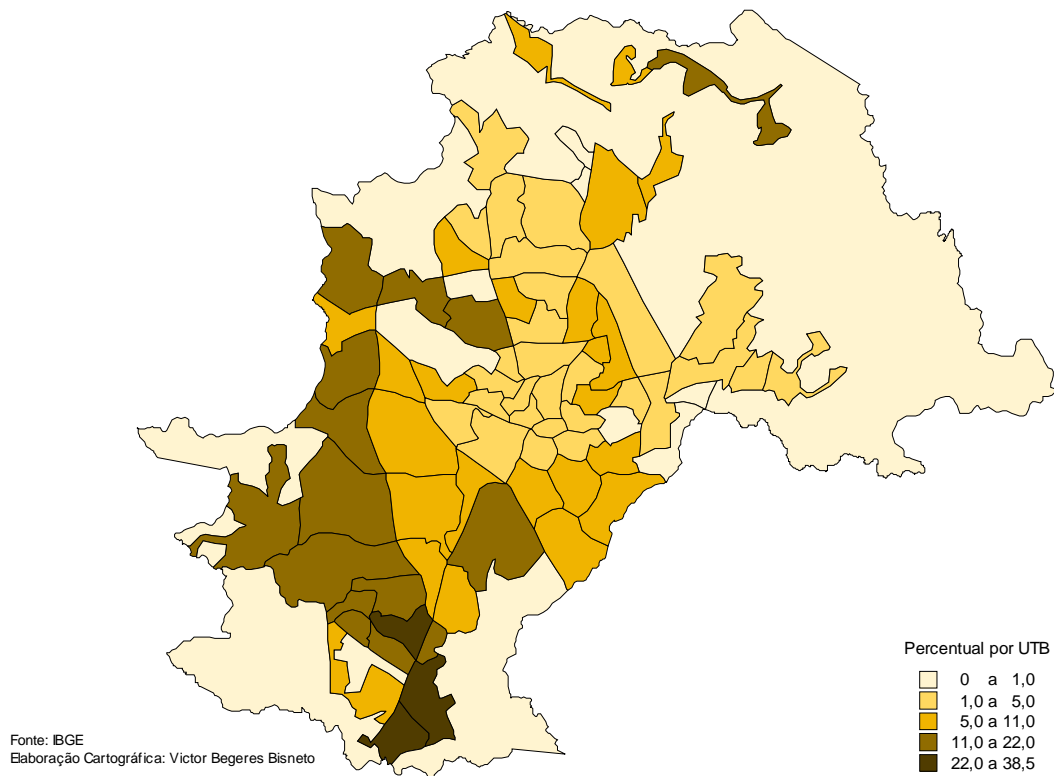
Mapa 9

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO NÃO ALFABETIZADOS, 2000.



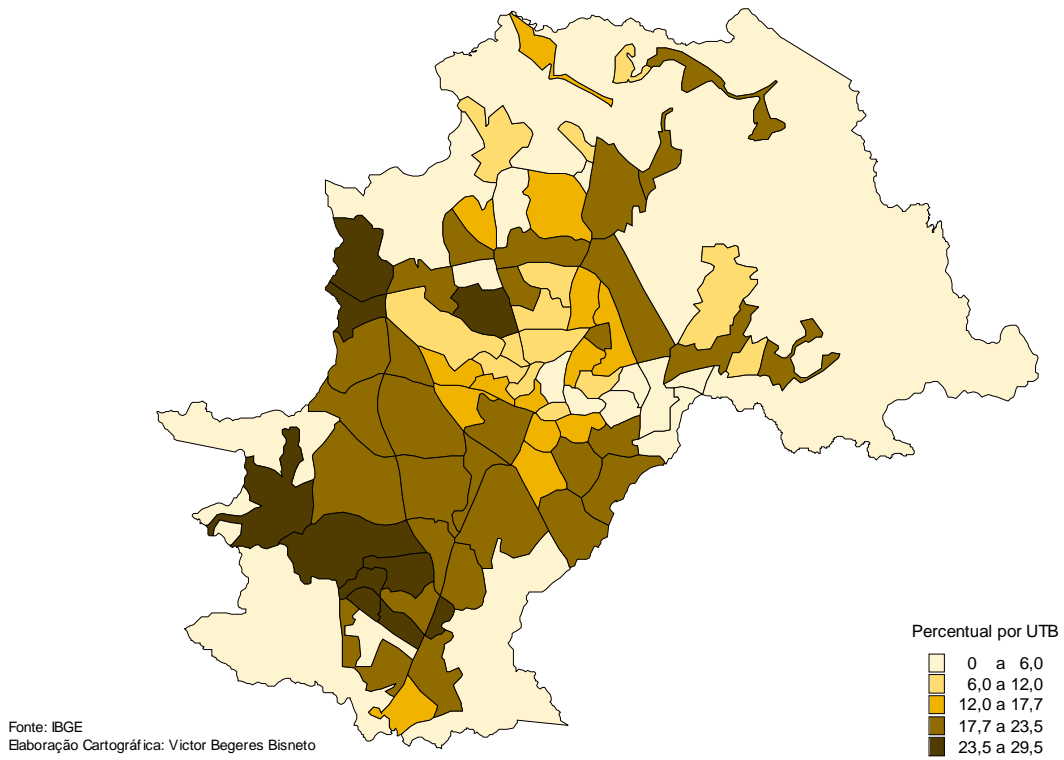
Mapa 10

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO SEM RENDA, 2000.



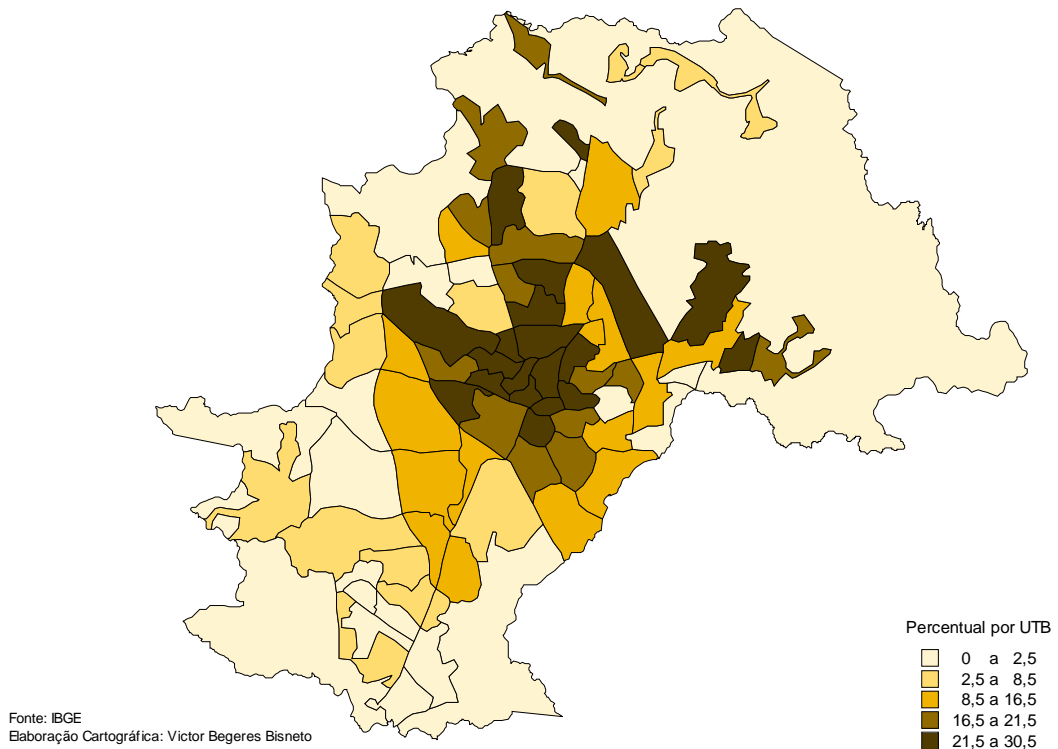
Mapa 11

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO COM RENDA ENTRE 3 E 5 SALÁRIOS MÍNIMOS, 2000.



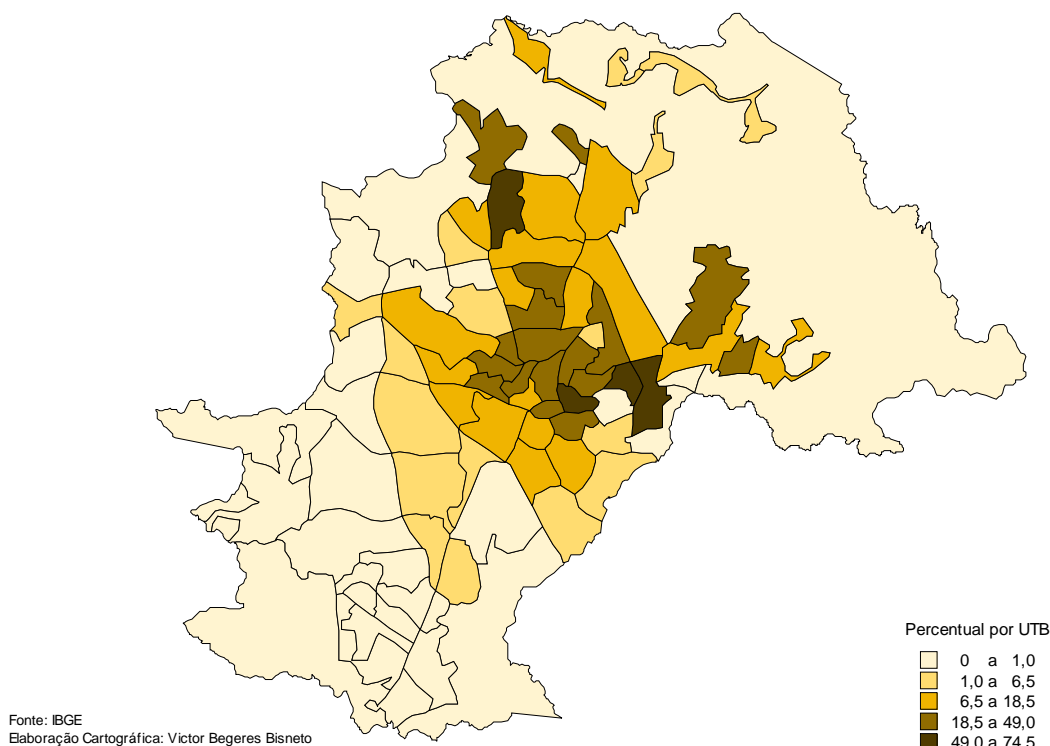
Mapa 12

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO COM RENDA ENTRE 10 E 20 SALÁRIOS MÍNIMOS, 2000.



Mapa 13

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO COM RENDA SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS, 2000.



Mapa 14

Contudo, o caráter das ações do BNH passou a mudar ao se mostrar aderente aos interesses de classes mais abastadas e do grande capital, fato elucidado por KOWARICK (1979, p.70) ao afirmar que

“o Banco Nacional da Habitação (BNH) não só se tornou um poderoso instrumento da acumulação, pois drenou uma enorme parcela de recursos para ativar o setor da construção civil (...) como também voltou-se para a confecção de moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas”.

Desse modo, condomínios fechados e loteamentos rurais fechados começavam a ser criados no centro e no norte do município, mas voltados para um outro tipo de clientela. Estamos falando de bairros nobres como o Cambuí, Guanabara, Nova Campinas, Gramado, bairros dos distritos de Barão Geraldo e Sousas, entre outros (ver 4º período, mais precisamente entre os anos de 1930 e 1960).

Embora o BNH fosse criado sob um discurso de que a partir de então seriam melhoradas as condições de moradia da população, segundo SANTOS (1990, p.31),

“o modelo BNH é também desarticulador da cidade como um todo. Vista a posteriori, a escolha das terras para a edificação dos conjuntos parece ter obedecido a um critério principal, o distanciamento do centro, figurando praticamente em todos os casos como um dado obrigatório (...) a localização periférica dos conjuntos residenciais, serve como justificativa à instalação de serviços públicos, ou em todo caso, à sua demanda”.

A cidade começa a conhecer de modo ainda mais agudo o empobrecimento e a periferização, termos que designam realidades interligadas pela especulação imobiliária, visto que à medida que um conjunto residencial é criado, juntamente com as infraestruturas básicas, mais se valoriza o terreno. Como a população pobre não tem como pagar por esses serviços, acaba indo para lugares cada vez mais distantes do centro da cidade. Em contrapartida, a riqueza, expressa pelas grandes obras viárias e outras construções voltadas para as classes mais favorecidas da cidade que podem pagar pelas infraestruturas, ocupam os lugares deixados pelos antigos ocupantes, configurando, assim, o que conhecemos como *metrópole corporativa e fragmentada*. Corporativa, por ser centro de grandes negócios e sede de grandes corporações atraídas por suas facilidades técnicas e informacionais e fragmentada por estar socialmente, economicamente e espacialmente dividida. O Gráfico 1 (p.65) comprova esta tese já que ela expressa uma prova incontestável de que em um determinado momento a preocupação com a criação de loteamentos e fluidez é muito sensível. Os usos do território se voltam para a inserção no mundo veloz da globalização e na busca pela competitividade, atual corolário da cidade. Segundo SILVEIRA (1999, pp.362-363),

“a cidade é, assim, organizada para responder ao tempo mundial das corporações. Sua densidade técnica, a fluidez de suas organizações, a oferta de emprego e a intelectualização do trabalho são entre outros, indícios da aptidão da cidade para acolher os segmentos das corporações e dos governos mundiais”.

Neste processo, o BNH, por intermédio da COHAB, vai ser preponderante, pois o que importa é encorajar o crescimento urbano por todos os meios possíveis, substituindo o termo planejamento pelo empreendedorismo.

Conforme ensina SANTOS (idem, p.93-94), o BNH *“se formou muito mais como um agente financeiro da transformação do capital competitivo na cidade do capital monopolista. O BNH vai ter um papel decisivo na conformação da metrópole corporativa”*.

As premissas que o PPDI apresentou na década de 1970, em consonância com as ações da COHAB, fizeram do território de Campinas um ponto estratégico para atração de grandes empresas, ou, como explica SANTOS (1993, p.110),

“na cidade corporativa, o essencial do esforço do equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso modo da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos”.

A cidade que se baseava no planejamento tradicional, de um lado transportes de outro uso do solo, agora agrega mais um adjetivo que é o de mercadoria. HALL (1988, p. 407) estava correto ao inferir que as *“cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza. O objetivo do planejamento era azeitar a máquina”*.

Nós devemos nos atentar para o fato de que a especulação imobiliária não se resume somente na valorização de terrenos e em suas compras e vendas pelos incorporadores em lugares distantes do centro equipado da cidade. Ela ocorre em um nível menos aparente, mas que também se constitui nesta prática primitiva de acumulação: o aluguel de qualquer tipo de imóvel e a revenda de imóveis populares.

Há casos em que o proprietário deixa seu imóvel vago em certas regiões da cidade mais degradadas a fim de obter uma locação, mas ficam à espera de uma valorização em função do surgimento de algum equipamento de infraestrutura próximo. Neste sentido, por exemplo, se o governo promove a construção de habitações populares por meio de COHABs destinadas às

populações de baixa renda ou que vivem em áreas de risco, essas mesmas pessoas revendem seu bem ou os alugam com a finalidade de obter uma renda extra, mesmo que para isso fique sem um lugar digno para morar.

Tal fato foi comprovado através de uma reportagem do JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS (18 de janeiro de 2008, p.A5) ao afirmar que

“pelo menos 190 famílias ocupam irregularmente casas populares construídas nos últimos três anos para pessoas que viviam em áreas de risco em Campinas (...) A venda, locação e o empréstimo do imóvel financiado são ações proibidas no contrato habitacional e, mesmo assim, aproximadamente 10% das 2 mil famílias beneficiadas optaram pela negociação”.

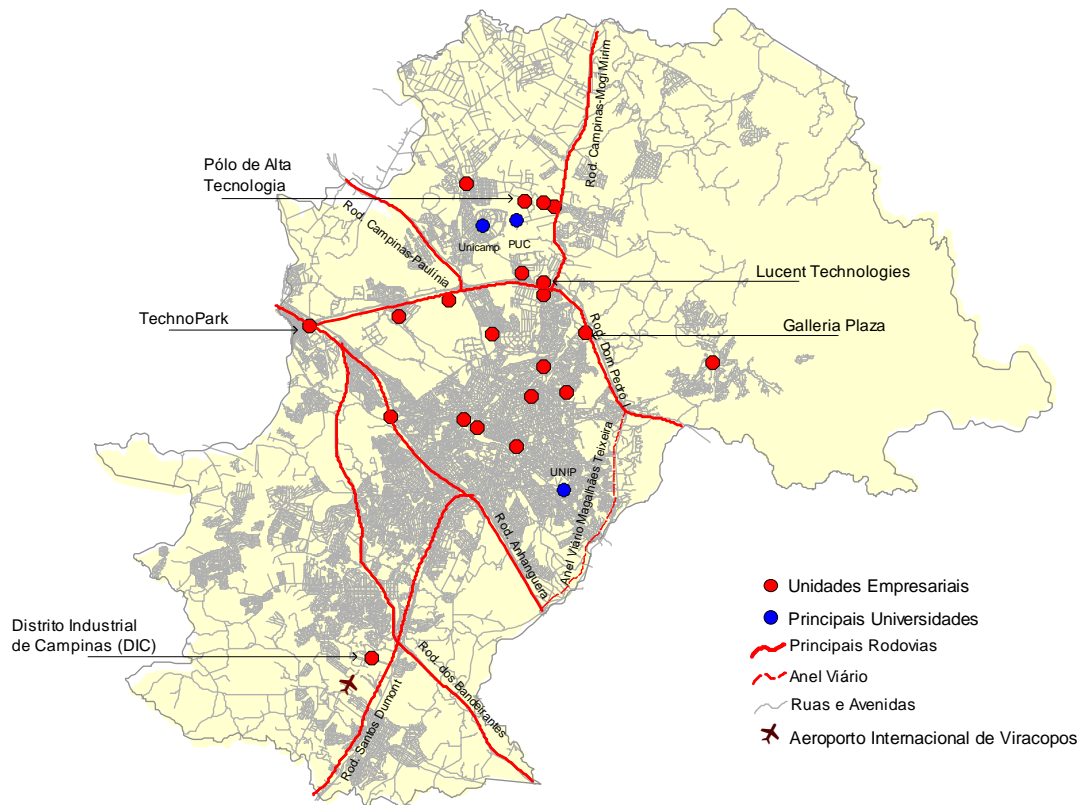
Atualmente o que se nota no município em questão, um pouco diferente do que se passava nas décadas de intensa especulação imobiliária em função da quantidade de terrenos vazios na cidade e de seu vertiginoso crescimento, é que a expansão imobiliária passou a sufocar a região agrícola do município. Segundo o JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS (14 de maio de 2008, p. B16),

“enquanto a área urbana cresce com a expansão imobiliária que acontece em Campinas e região, os produtores nas áreas rurais são pressionados a vender suas terras e desistir da produção. O fenômeno se acentuou desde o boom na construção civil, que em Campinas cresceu 48% em 2007”.

As áreas de maior produção de gêneros agrícolas estão sofrendo um grande assédio dos incorporadores imobiliários que visam adquirir terrenos a baixo custo por metro quadrado a fim de se construir empreendimentos de grande porte como condomínios fechados comerciais e residenciais. Como exemplo disso vemos a presença de aproximadamente dezenove condomínios residenciais e comerciais (a maior parte em construção) ao longo do eixo da rodovia Dom Pedro I, na parte norte da cidade e que nos últimos anos vem polarizando os investimentos imobiliários na forma de parque empresariais (como a Praça Capital e Galleria Office), instalação de redes de

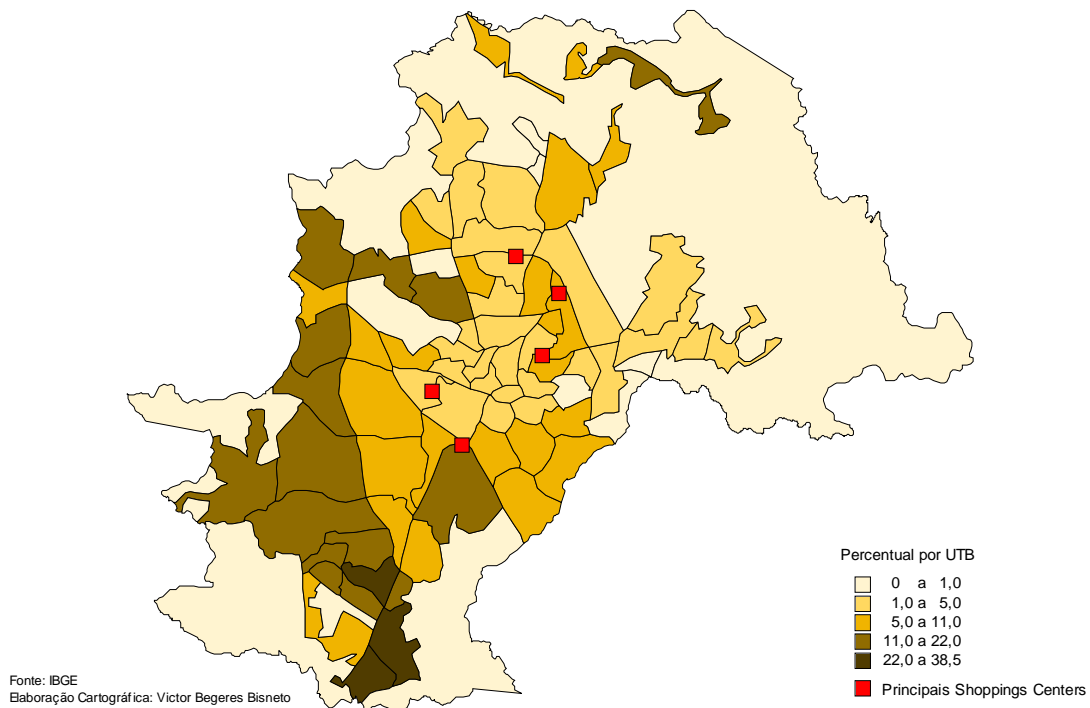
grandes atacadistas (como Makro, Atacadão, Leroy Merlin, Decathlon), o CEASA, shoppings centers (como o Galleria, Iguatemi e Parque Dom Pedro – ver Mapa 16), empresas como a Samsung e Lucent (ver Mapa 15) e condomínios fechado de alto padrão tais quais o Alphaville, Bougainville, Vila Verde e Seasons.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS PÚBLICAS, PRIVADAS E UNIVERSIDADES, 2007.



Fonte: Revista Talento (Revista da 8a. edição do maior evento de recrutamento universitário de Campinas e região - 2007); AEDIC (Associação das Empresas do Distrito Industrial de Campinas); Jornal Correio Popular de Campinas (30/10/2005).
Elaboração Cartográfica: Victor Begeres Bisneto

Mapa 15



Mapa 16

Enquanto isso, localizados na região sul da cidade ao longo do eixo da rodovia Anhanguera (próximo à divisa com o município de Valinhos/SP) temos o caso do condomínio Swiss Park (composto por grandes lotes), e do empreendimento Topázio, que foi impedido de ter suas obras iniciadas após uma série de reivindicações dos produtores rurais junto à prefeitura, que acatou o pedido. É interessante ressaltar que Campinas é um grande centro produtor de hortaliças, café, cana e principalmente frutas como maracujá, uva, figo, acerola e goiaba, sendo esta última uma das maiores do Estado de São Paulo e é voltada para exportação. É importante notar que o Mapa 6 mostra claramente esse avanço sobre as áreas rurais uma vez que constata a criação de loteamento fora do perímetro urbano, especialmente a partir da década de 1990.

Tudo isso pode acarretar numa redução da importância do espaço agrícola do município caso essas atividades do setor imobiliário continuem a avançar sobre o campo descomedidamente. Isso ocorre justo no momento em que Campinas passou a integrar o circuito das frutas, o que poderia alavancar o setor agrícola e o turismo na cidade.

Concomitante ao avanço da criação de condomínios em áreas rurais, outro processo que está em voga atualmente e que desperta a preocupação do poder público é a presença de inúmeros terrenos ociosos na cidade. Para isso, há um projeto de lei da prefeitura que prevê o confisco dessas áreas caso o proprietário não utilize o terreno dentro de um ano e não construa em dois anos. Isso implicaria na cobrança do IPTU progressivo, e, caso essa medida não surte o efeito desejado, na sua futura desapropriação pelo governo para pagamento de títulos públicos. Essa norma inclusive faz parte do texto do plano diretor de 2006 e do Estatuto da Cidade tal como veremos em breve.

A aplicação dessas normas chega num momento oportuno já que segundo o JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS (1º de junho de 2008, p.B14), *“existem na cidade 66 milhões de metros quadrados na área urbana – o equivalente a 200 áreas como a ocupada pelo Parque Taquaral - , em muitos casos para fins especulativos”*.

É interessante notar que parte dos terrenos a que se refere a citação acima, se localizam nas regiões sul e sudoeste da cidade que englobam bairros com pouca infraestrutura e ocupados por populações de baixa renda como é o caso do Campo Grande e do Jd. Ouro Verde.

Dentre a perspectiva apresentada, um dos instrumentos capazes de frear ou pelo menos amenizar esse processo especulativo pelo qual a cidade vem sendo submetida, seria o plano diretor. Dele espera-se que o território seja visto como o lugar dos conflitos e da convivência no diverso entre as pessoas, empresas e instituições. Para tanto, ele tem a obrigação de ser democrático e de expressar um projeto de cidade que não seja tautológico, isto é, a cidade pela cidade, a cidade com mero palco estático e inerte, mas sim como continente e conteúdo de formas, funções, processos e estruturas coerentes entre si.

Este último capítulo da dissertação apresenta temas importantes e atuais sobre os quais não são encontrados com facilidade estudos específicos sobre as regionalizações e o sobre o papel político e estratégico de Campinas para sua região e até mesmo para o país.

Assim, vamos notar que apesar de sua importância em contextos mais amplos a cidade convive com certas esquizofrenias dentre elas a questão das inúmeras regionalizações de um mesmo território cujas quais são usadas pelas diferentes pastas de governo para o delineamento de seus programas. Além disso, tendo em vista sua importância na rede urbana, qual seria a melhor adjetivação de Campinas, isto é, de que forma poderemos sintetizar a um só nome toda sua complexidade, dilemas e história? Campinas é uma metrópole? De que tipo? De que forma ela deve se colocar na dentro da rede urbana do Brasil?

Finalmente há que ser discutido o papel da população e do poder público face os novos e velhos desafios urbanos, daí porque utilizaremos a 3ª Conferência da Cidade como um dos elementos para observar o que se tem pensado e produzido em termos de conhecimento para Campinas.

O Território Mutilado

Ao longo da história de Campinas, expressa por suas fases e períodos, ela sempre se mostrou dividida social, econômica e espacialmente, fato que se acentuou a partir da década de 1930 e se aprofundou a partir da década de 1970. Não obstante, essa característica foi percebida por alguns autores já em meados do século 19. Assim, LAPA (1995, p.124) assevera que naquele período havia,

“de um lado a cidade racional, objetiva, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade (...) a cidade clandestina, despudorada, transgressora das posturas em que convivem cortiços, pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas”.

O século 20, como mostra a matriz de periodização, também nos reforça a ideia da existência de duas cidades quando o planejamento se ocupa com a criação de grandes obras viárias acompanhadas de loteamentos espalhados pela cidade, mas que ao norte se transformam em condomínios fechados e em bairros de médio e alto padrão, e ao sul, em conjuntos habitacionais e bairros com índice de valorização de terra e acesso a equipamentos públicos de qualidade diminutos destinados à população de baixa renda.

Hoje, a cidade continua dividida, com a novidade de que as distâncias diminuíram a despeito do crescimento da malha urbana. É comum notarmos bairros pobres, ocupações e favelas partilhando da paisagem lado a lado aos condomínios fechados e bairros de alto padrão, como é o caso da favela da Vila Brandina (Foto 10), muito próxima do bairro Chácaras Gramado e Nova Campinas. As discrepâncias entre o norte e o sul da cidade ainda se mostram vivas, mas temos que considerar que já não é só neste eixo que elas se dão.

Foto 10 – Favela na Vila Brandina, nas proximidades do Shopping Iguatemi, Pq. Ecológico, Gramado e Nova Campinas (bairros nobres da cidade). (Foto tirada pelo autor em 09/01/2008).



Para que possamos melhor compreender um pouco melhor os fatores que desencadearam essas desigualdades, faz-se necessário refletirmos sobre o papel da COHAB-Campinas e o BNH, grande agenciador da especulação imobiliária como veremos a seguir.

Uma vez que já conhecemos os processos que levaram a cidade a se constituir tal como a percebemos hoje, nos resta apresentar um perfil, expresso pelos mapas criados, do território e suas cicatrizes provocadas por décadas de planejamento baseado em modelos importados, cenários criados por meio de modelos matemáticos, desinteresse pela totalidade dinâmica do território e a ação setorial e parcial da COHAB e sua fonte de recursos, o BNH, que se mostraram muito mais preocupados com a fluidez e a tecnificação do território, chamarizes na atração dos grandes agentes hegemônicos.

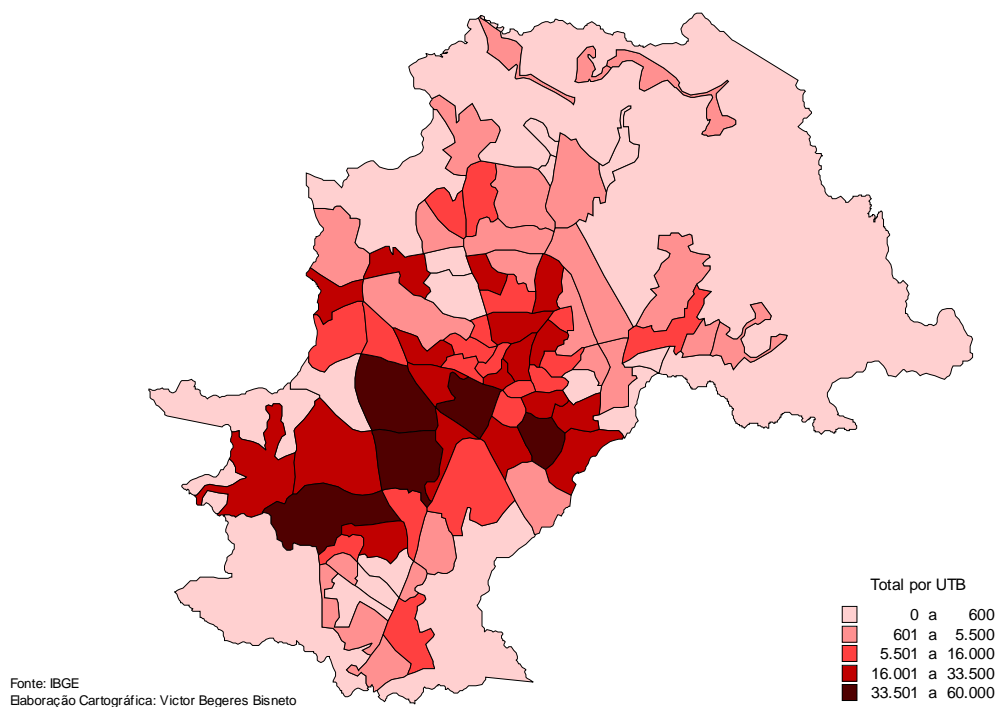
A seguir faremos uma breve síntese das informações trazidas pelos diversos mapas¹⁰⁰, pois que eles por si sós são reveladores dos processos deflagrados pelo território.

¹⁰⁰ O mapa 1 e os mapas de 7 a 21 foram gerados a partir do software cartográfico Mapinfo versão 6.0.

O Mapa 1 (p.04), já visto anteriormente, tem como intuito fornecer uma visão geral das características político-administrativas do território campineiro, nos mostrando a distribuição da malha urbana da cidade e suas principais rodovias, denotando a forte presença dos fluxos de que falamos e o caráter nodal da cidade, já que ela continua sendo um ponto de passagem às mercadorias e às pessoas assim como à época de sua fundação.

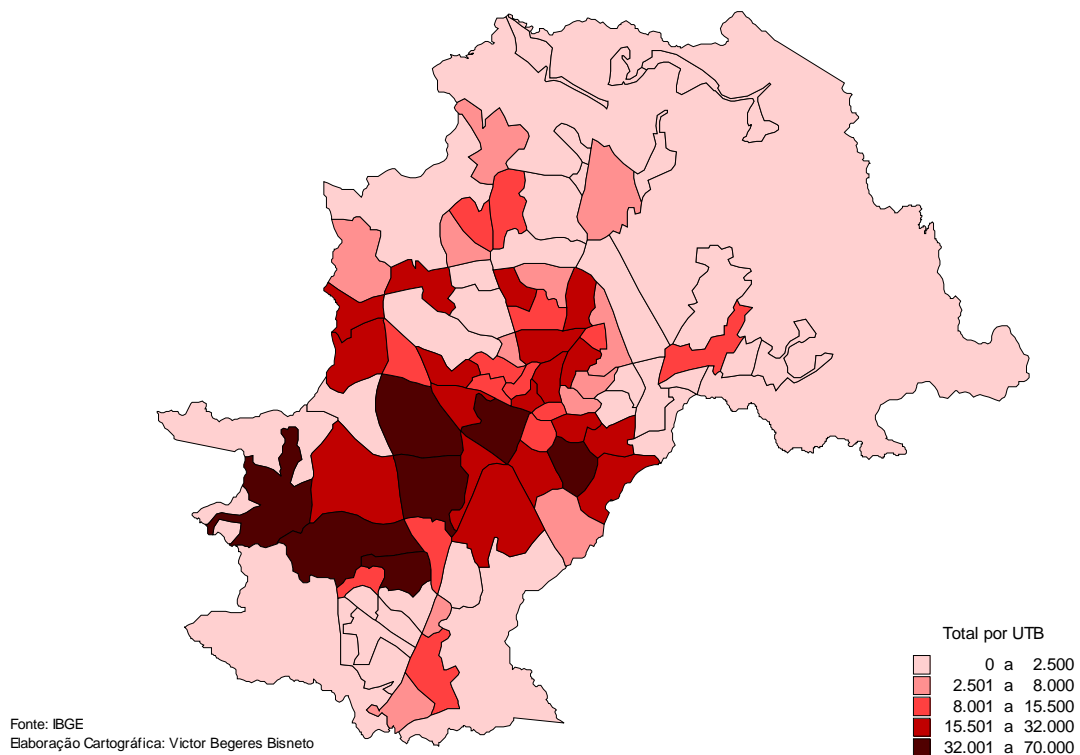
Em seguida, nos mapas 7 e 8 (já observados nas p.136 e 137), indicando a quantidade de banheiros por domicílio, nos faz enxergar a qualidade de moradia segundo as regiões da cidade, que se faz mais precária na porção sul do território. Os mapas 9 e 10 (ver p.137 e 138) aponta para o nível de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios e das crianças com 5 anos ou mais analfabetas e a presença de escolas públicas. Nele as desigualdades já se mostram de um modo mais claro e a existência de duas cidades em um único território uma verdade concreta. Os mapas 17, 18 e 19 (mostrados logo abaixo) mostram a evolução da população na década de 1990 e 2000, e o que se pode comprovar, é a maior concentração de pessoas na região sul e sudoeste do município, coincidentemente as áreas mais carentes.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO, 1991.



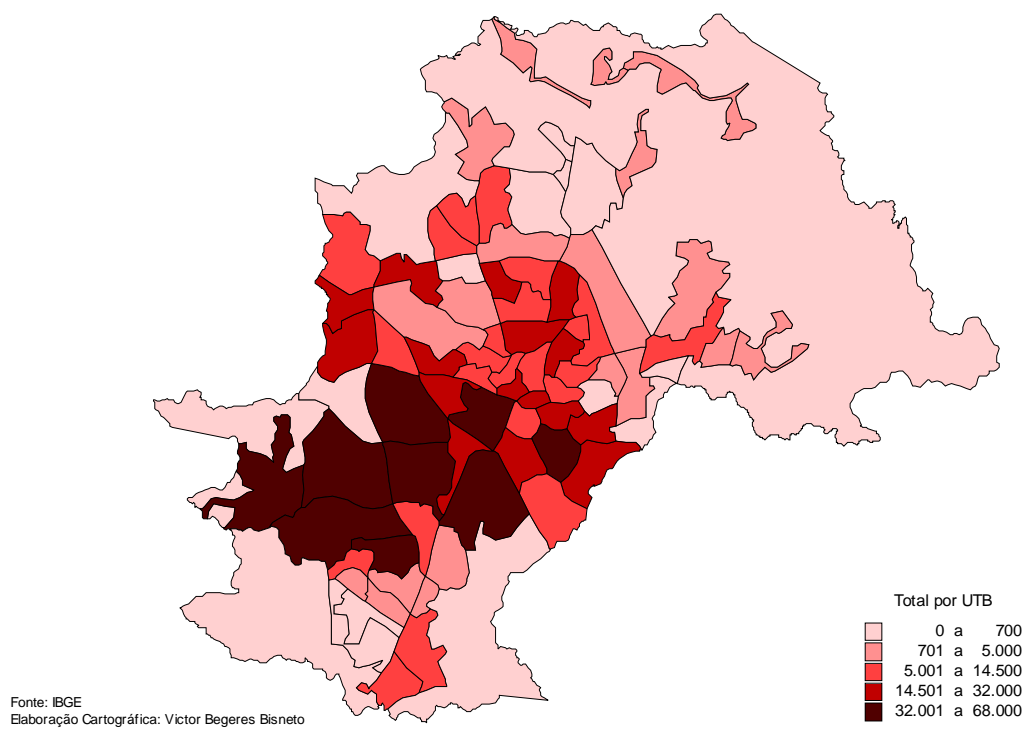
Mapa 17

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO, 1996.



Mapa 18

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO, 2000.



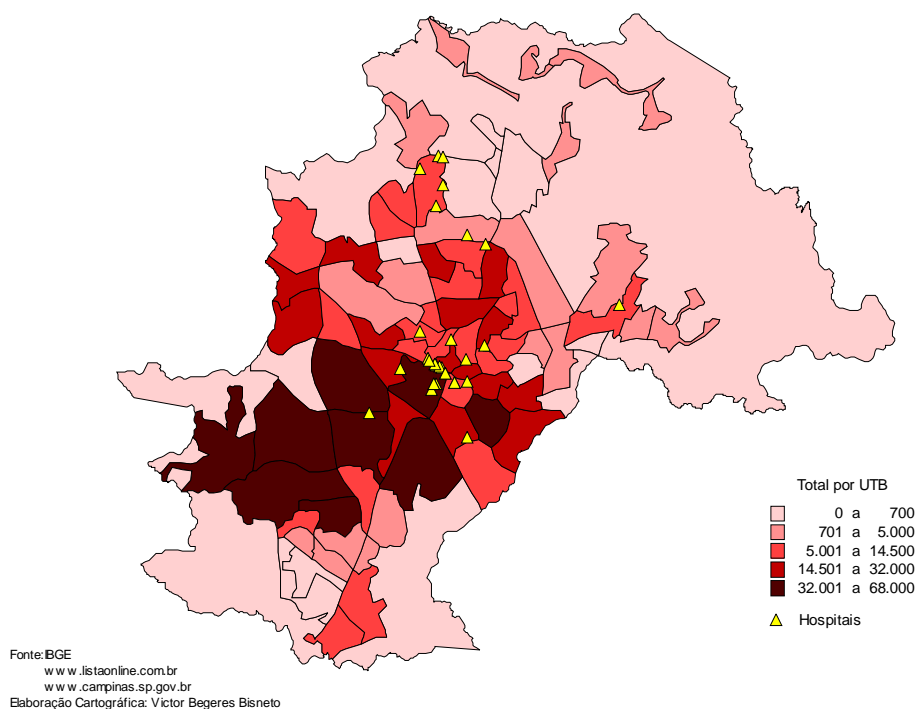
Mapa 19

Os mapas de 11 a 14 (ver p.138 a 140), revelam a distribuição de renda¹⁰¹ da população, desde os que nada possuem até os mais ricos, e, deste modo, as evidências de um território mutilado pelas desigualdades de toda ordem se mostram ainda mais nítidas.

Com relação à distribuição de algumas das grandes empresas presentes em Campinas, além dos centros de pesquisa e universidades, podemos vê-la no mapa 15 (p.144), reforçando o que dissemos sobre a importância dos eixos das rodovias D. Pedro I e Anhanguera para a cidade e principalmente para os vetores da globalização.

A presença de hospitais relacionada com a quantidade de população em certas áreas da cidade, percebe-se através do mapa 20, a sua forte concentração na sua região central a despeito do maior contingente populacional estar na região sul/sudoeste de Campinas e se tratar de uma população com menores níveis de renda segundo os mapas de 11 a 14.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - POPULAÇÃO (2000) E HOSPITAIS (2008).

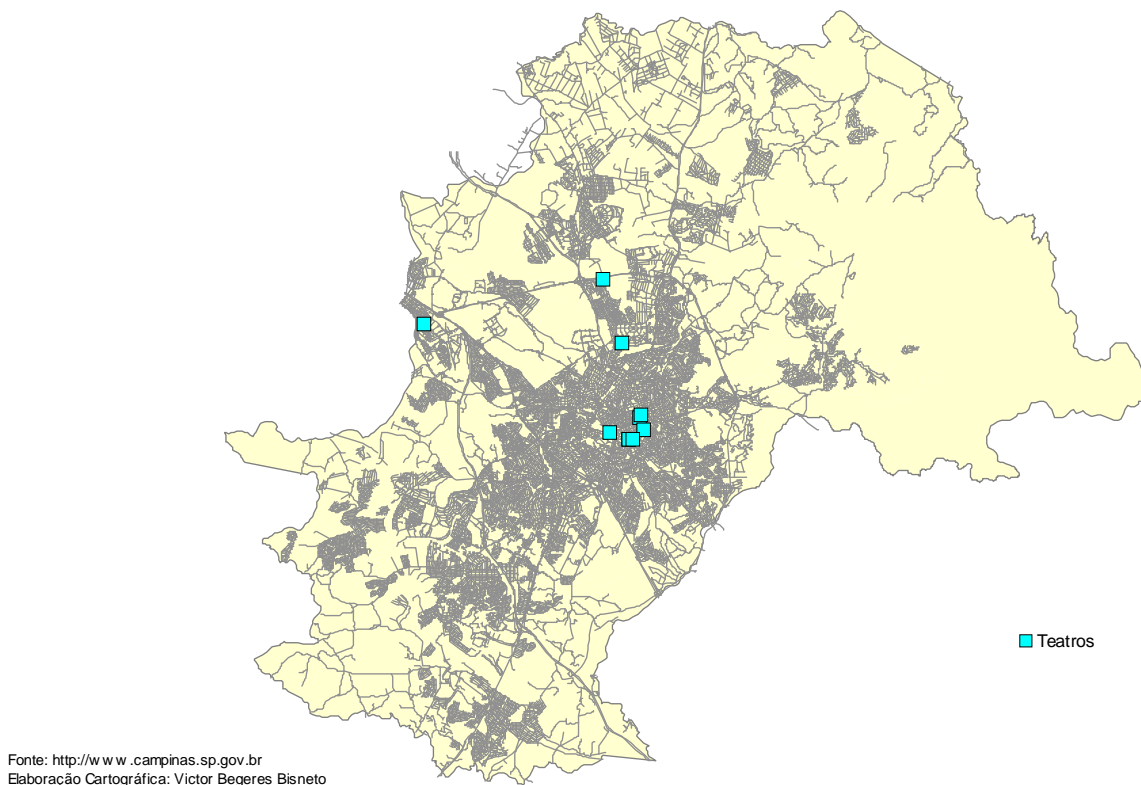


Mapa 20

¹⁰¹ Usamos nos títulos dos mapas a palavra **renda** para preservar a nomenclatura usada pela fonte dos dados, neste caso o IBGE, porém entendemos que o ideal seria o uso da palavra **salário** diretamente ligado ao trabalho no sentido marxista da palavra. Já a renda nos dá a conotação de algo que se adquire sem que haja trabalho envolvido, assim como foi exposto sobre a especulação imobiliária.

Já os mapas 16 (já mostrado anteriormente) e 22, mostram, respectivamente, a presença dos principais shoppings centers e teatros na cidade. A partir de sua observação, vemos que estes objetos também se localizam mais próximos da área central da cidade atendendo a uma população com melhores níveis de renda, escolaridade e saúde.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS - TEATROS, 2008.



Mapa 21

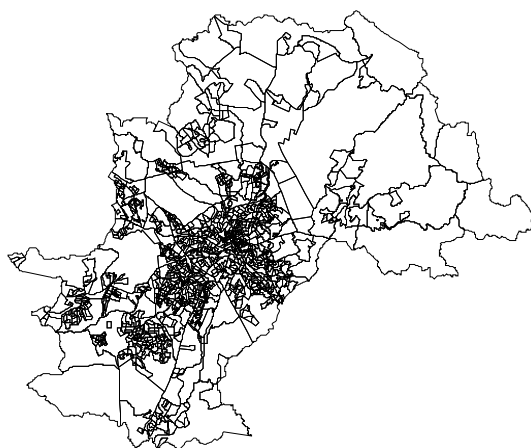
Finalmente é importante ressaltar que o mapa 6, conforme já visto (p.134), que retrata a evolução da criação de loteamentos, nos indica os eixos pelos quais a especulação imobiliária priorizou, em especial a região sul e sudoeste e a norte, embora voltados para clientelas com poder aquisitivo diferentes conforme notamos através dos mapas sobre a renda. Neste mapa percebe-se inclusive que em tempos recentes, a criação de loteamentos tem se direcionado para áreas fora do perímetro urbano, para a construção de condomínios fechados principalmente.

Como se observa em vários dos mapas apresentados, as regiões sul e sudoeste da cidade sempre se encontram com as piores estatísticas, justamente onde a especulação imobiliária se

mostrou mais agressiva, empurrando para os limites da cidade as pessoas que não possuíam meios de pagar pelas infraestruturas tão valorizadas pelos agentes hegemônicos e pelas classes mais favorecidas. É importante dizer, que é nesta mesma região que se encontram as grandes ocupações da cidade, dentre elas a do Parque Oziel. A existência dessas “duas cidades” em um único território não se resume somente às características sócio-econômicas da população. Também se observa um território mutilado pelas inúmeras regionalizações por que passou e que se não bastassem serem muitas, elas coexistem.

A matriz de periodização, em algumas ocasiões nos indicou que o território foi por várias vezes regionalizado, e ele até hoje revela as marcas deixadas pelas sucessivas regionalizações que até então ainda não cessaram de ocorrer. Este processo é acompanhado de perto pela setorização do território e da gestão. Isso significa dizer que as diferentes pastas do governo municipal adotam uma ou mais regionalizações para a implantação de seus programas e projetos. Assim, temos para um mesmo território, inúmeras regionalizações exemplificadas pelos mapas 22 a 27 tais como: Unidades Territoriais Básicas (UTBs), Setores Censitários (propostos pelo IBGE), Macrozonas, Bacias Hidrográficas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Político-Administrativo.

Regionalizações do Território Campineiro



Mapa 22 – Setores Censitários



Mapa 23 – Unidades Territoriais Básicas - UTBs



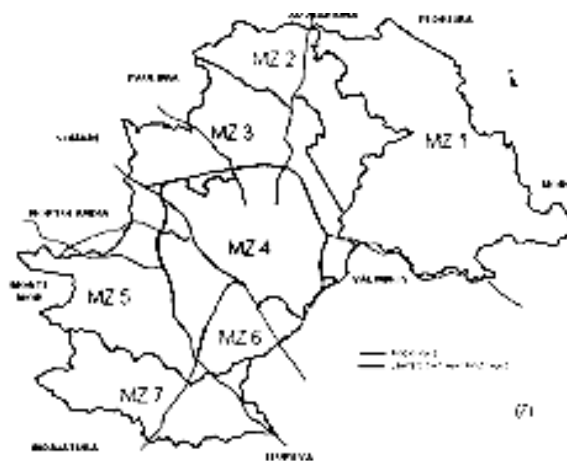
Mapa 24 – Unidades Básicas de Saúde - UBS



Mapa 25 – Bacias Hidrográficas



Mapa 26 – Divisão Político Administrativa



Mapa 27 – Macrozonas

Essa regionalização teve início na década de 1970 e se acentuou na década de 1990. Neste período, algumas deixaram de existir, umas se fundiram e outras aumentaram ou reduziram sua área de abrangência.

O território se compartimenta em setores e é regionalizado segundo os mais diversos interesses, indo de encontro com a tese de que ele é democrático, uno e dinâmico tal com descreve SANTOS (2002d, p.84) em que

“o território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga não importa seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo

econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro de vida social onde tudo é interdependente, levando à fusão entre o local, global invasor e nacional sem defesa (no caso do Brasil)”.

A fragmentação do território não se reflete apenas na apreensão sensível, com a observação da realidade, mas nas suas inúmeras regionalizações, onde determinadas secretarias de governo adotam uma em particular e, portanto, setorializam algo que é categoria social de análise por excelência, integrador em sua essência e expressão real da vida e da existência do cidadão. Ele é uno e exige uma análise que leve em conta sua totalidade e não setores.

O fato de que o território não é visto como um todo é corroborado por JACOBS (2001, p.465) ao afirmar que *“quase todo planejamento urbano preocupa-se com ações relativamente pequenas e específicas executadas aqui e ali, em ruas, bairros e distritos específicos”.*

O território é setorializado e a gestão é desarticulada. A saúde não conversa com a educação que por sua vez não entende a segurança pública. Para JACOBS (2001, p.474)

“‘colcha de retalhos dos governos’ é a definição que mais se ouve e é de certa forma correta. A moral da história é que colchas de retalhos como essas não podem funcionar bem, não constituem uma base viável nem para o planejamento nem para a ação metropolitana”.

Resta apontarmos os caminhos que levem à união entre território e gestão baseada nos princípios de unidade, movimento, interdependência e cotidiano, todos divorciados ao longo da história de Campinas.

O Sobrenome da Metrópole: O lugar como resistência e esperança

Ultimamente temos chamado Campinas de metrópole e isso não tem sido feito de maneira ingênua. Contudo, SANTOS (2004, p.284) afirma que *“fala-se com muita frequência de ‘metrópoles’ como se todas fossem da mesma natureza”*. Por isso, gostaríamos de ao menos introduzir um debate sobre o tratamento que se deve dar a Campinas por tudo que a cidade representa para o Estado e para o país em termos sociais e econômicos.

Embora conheçamos como ela se formou e como ela se configura no período atual, que tipo de metrópole é esta com a qual lidamos? Não gostaríamos de incursar na antiga discussão sobre hierarquia urbana e muito menos tentar classificar Campinas dentro desta hierarquia partindo de formas analítico-descritivas que muitas vezes nos conduzem a um conhecimento hermético do território e por vezes a discursos tautológicos sobre quem é a melhor: uma metrópole nacional ou uma metrópole mundial? A nova hierarquia urbana deve ser, sim, pensada em termos de uso do território pelos agentes hegemônicos que levam para as cidades seu tempo global. Assim, as cidades devem ser pensadas mais em termos de como as contradições se realizam do que no desempenho de suas funções.

Nos dizeres de SILVEIRA (1999, p. 363),

“entendida como uma estrutura, a hierarquia do sistema urbano é desenhada, hoje, mais pela predominância de fluxos imateriais do que pelos fluxos materiais. Essas novas trocas metamorfoseiam as cidades e transformam suas hierarquias, ao mesmo tempo que participam da criação de cidades (...) daí falarmos de uma hierarquia urbana corporativa”.

Os novos meios de transporte e comunicação proporcionaram uma invasão ainda maior dos agentes hegemônicos multiplicando, dessa forma, os espaços que mandam e os que obedecem¹⁰². Se São Paulo hoje é uma metrópole informacional, qual seria o “cartão de visitas” de Campinas? Quais seriam seus atuais predicados?

No atual período técnico-científico e informacional, tripé que caracteriza a globalização, em que o espaço é dotado de atributos nunca antes vistos como o da simultaneidade das ações, do conhecimento patente e latente do planeta, da unicidade técnica e que é movida por um motor único, qual seja, a extração da mais-valia global, só é viável graças aos avanços científicos e principalmente informacionais. Estes, em conjunto com os novos meios de comunicação, possibilitaram a expansão das redes que permeiam o território produzindo algo perverso à sociedade.

Os objetos técnicos, cada vez mais imbuídos de técnica, ciência e política, se alastram cada vez mais depressa sobre o território, impulsionados por normas que lhes dão legitimidade ainda que esse processo não seja acompanhado de perto por todos. As temporalidades entram em ação e assim temos um espaço esquizofrênico: ele é ao mesmo tempo sincrônico e assincrônico, ambos contraditórios, porém, complementares.

Nos dizeres de SANTOS (1994a, p.66) *“uma vez que o espaço nunca é portador de técnicas da mesma idade ou de variáveis sincrônicas, pode-se dizer que se trata de um espaço assincrônico, ao mesmo tempo revelador e organizador da sincronia”*. Com isso o que se quer dizer é que o espaço, ao mesmo tempo em que apresenta uma rigidez, ditada pelos objetos modernos, pelo *just-in-time* da logística do mercado, pelos fluxos materiais e imateriais cada vez mais acelerados pelos modernos sistemas viários e infovias, pelas localizações precisamente esquadrihadas pelas latitudes e longitudes e guiada por um planejamento estratégico que observa, descreve e propõe

¹⁰² SANTOS e SILVEIRA (2001) entendem que existem lugares que devido ao acúmulo de certas funções diretoras, que determinam ordens, comandos ou decisões em especial no tocante ao processo produtivo (ou a ausência delas em outros lugares) leva-nos a crer na existência de espaços que mandam e espaços que obedecem.

cenários, apresenta um lado flexível, de formas-conteúdo menos modernas e dinâmicas. Para SANTOS (idem, p.76-77)

“em passado recente, a grande cidade era relativamente plástica. Ia acolhendo as novas mudanças sem alteração intrínseca de seus objetos físicos, ainda que estes aumentassem de tamanho, em funcionalidade, e buscassem uma nova ordem. Os novos modos de ser se adaptaram às velhas formas de ser. Hoje é diferente. Os lugares destinados às atividades hegemônicas são o retrato da intencionalidade que preside à sua criação, intencionalidade exigente e exclusiva cujo paradigma são os edifícios e áreas inteligentes. Espaços detalhadamente preparados para exercer funções mais precisas, o seu valor específico é, assim, realçado, criando ecologias existentes. Forma-se assim, o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor”.

Campinas, tida como uma cidade-mercadoria como vimos a partir de alguns autores, ao promover o discurso da competitividade e ao atrair para si empresas e criar objetos técnicos funcionais à racionalidade hegemônica, parece servir com precisão aos ensinamentos supracitados. É assim que observamos o território campineiro ser equipado pelos mais diversos tipos de infraestrutura além daquelas já existentes, e que passam por uma readaptação aos novos desígnios da contemporaneidade marcada por interesses exógenos ao lugar.

A boa notícia é que embora estejamos assistindo à modernização do território, à nova e imperativa divisão social e territorial do trabalho e com isso seu paulatino engessamento, o meio ambiente construído (a paisagem) nos revela uma diversidade de formas, funções, classes sociais e divisões do trabalho que resistem a essa nova racionalidade dominante e perversa. Campinas vem sofrendo, a exemplo de grandes metrópoles como São Paulo, o processo de *involução metropolitana*, que nos dizeres de SANTOS (1994b, p. 94) é definida pelo fato de que *“ao mesmo tempo que há uma modernização das atividades, há, também, como já vimos, uma expansão da*

pobreza”. Isso fica claro ao observarmos a cartografia produzida para a cidade e vemos o quão a cidade está dividida: basta compararmos os “fronts” de modernização como o eixo da Rodovia Dom Pedro I com os oceanos de desigualdades formados ao sul do eixo da Rodovia Anhanguera por diversos bairros como Campo Grande, Jd. Ouro Verde, Parque Oziel, Jd. Monte Cristo e Gleba B (Fotos 1A, 1B e 12).

Campinas é conhecida nacionalmente por sua riqueza e por seus elevados índices de desenvolvimento econômico e humano que, no entanto, mascaram a realidade de contínuo empobrecimento da população. Tal como afirma SOUZA (p.A8 apud JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS, 08/02/2009),

“(...) dizer que Campinas é rica é um equívoco. Ricas são as empresas que atuam em Campinas e as classes diretamente ligadas a elas. Se você não enxergar que Campinas tem um fantástico processo de empobrecimento como todas as metrópoles do mundo, você vai trabalhar equivocadamente”.

Uma outra forma de observarmos a dialética espacial e a totalidade que a cidade representa é através dos chamados *circuitos da economia urbana* denotados pelo circuito inferior e circuito superior. Para SANTOS (2004, p.38-39),

“o tema dos dois circuitos da economia urbana aparece então como um verdadeiro novo paradigma da geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos. A ideia central deste estudo é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos”.

Tais circuitos são mais claramente detectados nas grandes cidades onde a concentração de atividades e pessoas é maior e onde os contrastes aparecem mais nítidos entre a concentração de riqueza e pobreza por usos seletivos e corporativos do território. Neste sentido, vale diferenciar os

dois circuitos para que tenhamos uma visão mais clara de suas distintas formas de ação no território campineiro embora os dois tenham origem no mesmo processo de acumulação capitalista. Desse modo, ARROYO (2008, p.30) afirma que

“o circuito superior e o inferior têm a mesma origem: são resultado da modernização seletiva e incompleta que caracteriza a urbanização dos países subdesenvolvidos e coloca grande parte da população praticamente à margem do usufruto do processo de acumulação. Uns preocupados em acumular capital para a renovação da atividade e sua expansão, em função das exigências tecnológicas, e outros preocupados com a sobrevivência da família. Da mesma forma, essa modernização atinge seletivamente alguns pontos da cidade, privilegiando cada fração do espaço urbano com diferentes intensidades e velocidades e criando condições distintas para as atividades econômicas”.

Já SANTOS (2004, p.40) faz uma síntese das características dos dois circuitos ao enunciar que

“pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”

Doravante, vale ressaltar que o circuito inferior, ao contrário do superior, não faz uso da grande publicidade, não possui, via de regra, ajuda governamental, a relação com o cliente assim como o crédito é pessoal (caso do “fiado”) e os estoques são de poucos produtos e de qualidade inferior. Vê-se que a modernização e a alta tecnologia convivem com formas menos modernas, porém criativas e menos rígidas, visto que a população que faz parte deste circuito em geral pertence a estratos sociais mais pobres e esta forma de economia significa sua sobrevivência. Temos diante de nossos olhos a chamada *flexibilidade tropical* enunciada por SANTOS (1994a) e que reflete a coexistência de divisões do trabalho menos modernas, porém flexíveis, criativas,

móveis e multifacetárias, com divisões do trabalho modernas e engessadas pelos códigos do grande capital.

Há que se alertar para o fato de que o circuito inferior não se limita às favelas e ocupações de terra que na verdade são a feição material de vida representativa da pobreza. Este circuito assim como o outro não possui uma delimitação geográfica precisa já que se remete a um fenômeno econômico mais amplo com diz SANTOS (2004). É claro que notamos a presença deste circuito também nos lugares mencionados, mas não é exclusividade. Ele se apresenta em diferentes formas: ora mais claras e volumosas, como é o caso do comércio informal do *camelódromo* de Campinas situado na região central da cidade próximo ao terminal central de ônibus e que reúne inúmeros trabalhadores que vendem desde roupas, cds e dvds até produtos eletrônicos e peças de informática com preços abaixo dos praticados pelas lojas e megastores dos shoppings centers; ora menos aparente como são os inúmeros mercadinhos, bazares, pequenas lojas, quiosques e feiras localizadas em diferentes pontos da cidade, seja no centro a exemplo da famosa rua 13 de Maio (Foto 11), Barão de Jaguara e Benjamin Constant ou nos bairros mais pobres da periferia da cidade como Vila Rica, Jd. do Lago, Vila União, Jd. Sta. Lúcia e Parque Oziel (Foto 12); ora de forma individualizada como é o caso das incontáveis pessoas que circulam pelas esquinas e semáforos de ruas e avenidas importantes como Moraes Sales, Barão de Itapura e Francisco José Camargo Andrade vendendo guarda-chuvas, doces, acessórios para celulares e automóveis entre outros objetos. ARROYO (2008, p.31) ajuda a ilustrar esses exemplos ao afirmar que “*ele [o circuito inferior da economia urbana] ocupa bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças, porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos*”.

Foto 11 - Rua 13 de Maio, centro popular de compras. (Foto tirada pelo autor em 12/11/2008).



Foto 12 - Vista de parte do bairro Pq. Oziel e a presença do pequeno comércio (Foto tirada pelo autor em 12/11/2008).



Este circuito se expande pelos interstícios deixados pelo circuito superior e/ou é sobreposto por este último que é nitidamente representado pelos grandes bancos em certos pontos da cidade como na Av. Francisco Glicério, pelas empresas de alta tecnologia situadas em sua maioria no distrito de Barão Geraldo (Foto 13) próximo às universidades e no eixo das rodovias (Mapa 1), além da presença dos shoppings centers, grandes centros de consumo diverso (Mapa 16).

Foto 13 - Foto tirada do Mirante do Castelo em direção à região norte da cidade, em especial ao Distrito de Barão Geraldo. Esta região caracteriza-se pela presença das universidades (Unicamp e Puccamp) e do pólo de tecnologia. Também compreende áreas agrícolas. (Foto tirada pelo autor em 05/09/2007).



Enquanto o circuito inferior se distribui em forma de manchas, o superior se dá pontualmente¹⁰³. Este arranjo territorial tem por origem aquilo que se expressa em dois importantes conceitos no estudo do espaço geográfico que são as horizontalidades e as verticalidades. Ambas traduzem pelas palavras o que se identifica na paisagem. De acordo com SANTOS (2002a, p.284)

“as segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade (...) são as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento

¹⁰³ “(...) os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores” (SANTOS 2002a, p.284).

global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente”.

A ordem global hegemônica, disciplinada e intransigente que é imposta à sociedade e ao território, nele gera uma aparente desordem local uma vez que ele reage àquilo que nunca lhe fez parte e que lhe causa estranheza, buscando adaptar-se ou não. A diferença é justamente essa possibilidade de não se adaptar e de não aceitar as finalidades impostas de cima, proporcionando a existência de uma complexidade e variedade de ações, sentimentos e descobertas. Eis o lócus da criatividade.

A metrópole abriga, neste sentido, duas variáveis representativas do global e do local, quais sejam, a *racionalidade* e as *contra-racionalidades*. Convém elucidar que embora esses dois conceitos pareçam distintos e expressem uma dualidade, na verdade formam um par dialético já que um se cria em função do outro a exemplo dos circuitos da economia urbana.

A racionalidade (no singular)¹⁰⁴, que na verdade é representada por alguns espaços ou pontos dotados de razão (verticalidades), interligados aos centros de comando espalhados pelo mundo todo através de uma rede seletiva de informação, técnica e ciência. Nas palavras de SANTOS (idem, p.300-301),

“o espaço racional supõe uma certa resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e nas ações (...) os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado”.

¹⁰⁴ Referimo-nos à racionalidade no singular, pois cremos que hoje impera no mundo uma única racionalidade que é aquela do modo de produção capitalista, que busca conquistar lugares, homogeneizar o espaço e se expandir pelo mundo apropriando-se da mais-valia.

As contra-racionalidades (no plural)¹⁰⁵, vistas como irracionais perante aos agentes hegemônicos que não entendem a dinâmica do território e aquilo que se produz pelas massas, pelas horizontalidades, pois que enxergam de forma míope alguns áreas opacas e claramente os pontos luminosos¹⁰⁶ de onde estão ou desejam agir, podem ser entendidas como outros tipos de racionalidades. Nas palavras de SANTOS (idem, p.309),

“essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente”.

A apresentação desses conceitos, assim como tantos outros, se faz necessária para que possamos obter um suporte teórico-metodológico ainda mais rijo para explicar o contexto em que se encontra o território campineiro e mostrar que o sistema de conceitos e categorias geográficas devem estar sempre imbuídas de significados pertinentes, coerentes e operacionais diante do concreto pensado, neste caso, a cidade de Campinas e sua formação territorial. Somente assim poderemos dar conta de explicar a dinâmica do território especialmente no atual período histórico.

Quando batizamos o quinto período histórico da cidade de Campinas de *Metrópole das Contra-Racionalidades* era justamente para expressar a densidade de relações ambíguas e ao mesmo tempo complementares de um território condicionado e condicionante das ações. Contudo, é

¹⁰⁵ Referimo-nos às contra-racionalidades no plural, pois cremos que não há uma, mas várias outras racionalidades fruto da criatividade daqueles que a dão forma e vida.

¹⁰⁶ “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos”. SANTOS e SILVEIRA (2001, p.264).

necessário agregar um outro elemento que diz mais respeito às modernizações ocorridas na cidade ao longo de sua história e que a colocam numa posição de intermediação entre o local (lugar onde incidem os eventos e onde são modificados) e global (de onde partem os eventos).

A despeito de Campinas adquirir um papel muito importante no tocante à articulação entre essas esferas, tal mediação não se dá tão forte como é o caso de São Paulo, por exemplo. Nesta ponte reside a dependência de Campinas em relação a São Paulo, não só em função da proximidade, mas em função de uma complementaridade, já que a capital paulista possui uma diversidade e um número muito maior de formas e funções que atendem a uma multiplicidade de demandas econômicas. Sendo São Paulo, uma metrópole completa, Campinas além de metrópole das contraracionalidades ela é uma metrópole incompleta. Para SANTOS (2004, p.284),

“uma metrópole completa é capaz de responder a amplas necessidades econômicas e sociais com meios segregados por ela própria, tais como a produção de bens de capital ou a elaboração de tecnologias adaptadas às exigências da sociedade econômica nacional. As metrópoles incompletas também se irradiam sobre um vasto espaço, mas só podem exercer a totalidade das funções comparáveis a partir de contribuições externas, vindas justamente, na maior parte dos casos, das metrópoles completas”.

Se as metrópoles são frutos das diversas modernizações que se realizam no território, aquelas que se realizaram em Campinas não se completaram ou se completaram de modo parcial.

As mudanças ocorridas na cidade se deram de forma muito rápida e seletiva, objetivando sempre sua adequação à nova realidade e aos novos contextos históricos que iam surgindo com o passar do tempo. De maior produtor cafeeiro do Estado de São Paulo, passando a ser referência na área de saúde (quando do episódio da febre amarela) até ser reconhecida como um grande centro de pesquisa e de grandes empresas de alta tecnologia. Em um intervalo de 235 anos de existência, muitas coisas *passaram* e poucas *ficaram*, parecendo ser esta a sina de Campinas: como na época de sua fundação, continua sendo um entreposto, um caminho de passagem graças aos intensos fluxos

materiais e imateriais constituídos ao longo da história. É por isso que, talvez, ainda inexistam na cidade algumas das funções que a levem ao posto de metrópole completa. Ou porque de fato não foram criadas, ou porque já existiram, mas não foram preservadas.

Como simples exemplos disso, podemos citar a questão cultural, que em se tratando de uma cidade com mais de um milhão de habitantes haja poucos teatros (ver Mapa 22), escasso incentivo turístico, subaproveitamento do patrimônio histórico e artístico e museus. Não há um resgate da memória da cidade. No tocante aos negócios, ela não conta com um grande centro de convenções a despeito da empresas que aqui se situam, tendo que, em todos os casos citados, recorrer a uma metrópole que atenda essas demandas, no caso, São Paulo.

Diante disso, a pergunta que fica é se Campinas algum dia chegará a se tornar uma metrópole completa e de importância nacional. O que é necessário para que isto aconteça? Quais ajustes deverão ser feitos para que Campinas tenha uma maior visibilidade não só em termos econômicos, mas também quanto aos seus problemas sociais? Ao que tudo indica, para isso acontecer, o território deverá ganhar usos ainda mais corporativos e, portanto, seletivos. A acentuação de verticalidades e a agudização da racionalidade hegemônica deverá contrastar de modo ainda mais perverso com a geração de cada vez mais desigualdades sócio-espaciais em que grande parte da população ficará à margem desse processo. Por outro lado, entretanto, é sobre essas desigualdades que pode residir a resistência ao avanço impiedoso do capitalismo.

Campinas, além de metrópole incompleta das contra-racionalidades, também é incompleta no tocante à cidadania. Assim como a cidade, o que há são cidadãos incompletos, pois que estes não possuem o acesso a bens e serviços básicos que possibilitem uma vida digna. Segundo SANTOS (2007, p.157-158) *“mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços são encargos da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devidos a todos”*.

Cabe, portanto, fornecermos bases para a construção de um planejamento que dê conta dessa realidade e torne não só a cidade como um lugar de usos solidários, mas que a população participe ativamente desses novos usos.

A 3ª Conferência da Cidade de Campinas e a Experiência da Participação: concórdia sem acordo¹⁰⁷

No período de 29/05 a 30/06/2007, foi realizada em Campinas a 3ª Conferência da Cidade¹⁰⁸, um evento público e de grande relevância no processo de participação e de planejamento da cidade, que está previsto no inciso III do artigo 43 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/07/2001). Este evento, de acordo com o decreto federal nº 5.790 de 25/05/2006, artigo 15, “*constitui um instrumento para garantia da gestão democrática, sobre assuntos referentes à promoção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*”.

Segundo a legislação, a Conferência apresenta um marcante caráter participativo, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade sejam entidades sociais, governamentais, privadas, ONGs e acadêmicas (ver Tabela 2)¹⁰⁹, e tem como função incorporar essa participação tanto na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano como para fornecer subsídios para a revisão ou criação de planos diretores para enfrentar os problemas existentes na cidade. Tal evento se dá em três etapas ou níveis: primeiro municipal (Conferência Municipal), em seguida estadual (Conferência Estadual) e finalmente Federal (culminando com a realização da Conferência Nacional da Cidade) a ser realizada a cada três anos.

¹⁰⁷ Inspirado no título da obra de MARÍAS, Julian. *O Tratado sobre a Convivência. Concórdia sem Acordo*. São Paulo, ed. Martins Fontes. 2003.

¹⁰⁸ A 3ª Conferência da Cidade apresentou como lema e tema, respectivamente, “Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social” e “Avançando na Gestão Democrática das Cidades”. Tanto um como o outro foram propostos pelo Ministério das Cidades.

¹⁰⁹ Em uma lista fornecida pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente constam 15 entidades sociais e acadêmicas inscritas na Conferência, exceto as entidades governamentais (membros do legislativo e do executivo), cuja lista com os nomes dos representantes não nos foi entregue.

Tabela 2 - Relação de Entidades Partipantes da 3ª Conferência da Cidade de Campinas/SP

Cooperativa Habitacional de Araras
Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vida Nova
Associação de Moradores Chico Mendes
Associação de Moradores Recanto dos Pássaros
Associação de Moradores Nossa Senhora Aparecida
Associação de Moradores do Campo Grande
Associação de Moradores Satélite Íris II
Associação de Moradores Aruanã
Sindicato dos Trabalhadores Empregados de Táxi de Campinas e Cidades Anexas
Sindicato do Trabalhadores da UNICAMP
PROESP (ONGs)
Associação de Desenvolvimento Sustentável Jd. Santa Genebra
Instituto dos Arquitetos do Brasil
UNICAMP
CIESP
SECOVI

Fonte: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAMA)

O secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Márcio Barbado¹¹⁰, que presidiu a Conferência de Campinas, afirmou ao JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS (24/07/2007, p.A3) que

“a intensidade da participação, medida pelo comparecimento às reuniões e debates, pelo envolvimento coletivo, pela cobrança de responsabilidades e pela identificação dos problemas verdadeiramente fundamentais que estão a buscar soluções mostra que o espírito público dos campineiros está cada vez mais afiado. É bom deixar claro que , quando falamos do grau de participação, não estamos expressando apenas uma opinião própria. Representantes do Ministério das Cidades que acompanharam o processo e estiveram presentes a alguns eventos do longo calendário que compôs a agenda de trabalho desta 3ª Conferência, deram testemunho no mesmo sentido”.

¹¹⁰ Em 02/08/2007 ele foi substituído por Vicente Andreu Guillo. Este último, por sua vez, foi substituído por Alair Roberto Godoy em 30/08/2008 e é o atual secretário.

É interessante e lamentável ao mesmo tempo notar, que ao contrário do que afirmou o secretário de planejamento, o comparecimento das pessoas em diversos dias estipulados na agenda do evento foi irrisório se levarmos em conta o tamanho da população de Campinas e seus problemas. Culpa da má divulgação do evento, feita em banners dentro de ônibus e em alguns pontos da área central e através do sítio da prefeitura na internet? Ou pelo descomprometimento da população a despeito de se tratar de um evento de seu interesse?

Não queremos julgar as causas do baixo comparecimento, mas o fato é que nos dias em que estivemos presentes¹¹¹, em que foram debatidas as propostas levadas pelos diversos segmentos sociais, que posteriormente seriam encaminhadas para a Conferência Estadual, o número de pessoas não passou de 15 em média, exceto no dia do encerramento, quando em torno de 40 delas estiveram presentes (ver Fotos de 14 a 16).

Foto 14 – 3ª Conferência da Cidade: Discussão sobre os Planos Locais de Gestão Urbana (realizada na Estação Cultura). (Fonte: Foto tirada pelo autor).



¹¹¹ Dias 14, 15, 19 e 30/06 (este último foi o dia de encerramento da Conferência). Um fato curioso é que no dia 14/07/2007, a reunião começou com um atraso de mais de uma hora na esperança de que mais participantes chegassem ao local. Treze pessoas compareceram já considerando o secretário e membros da prefeitura que organizavam o evento.

Foto 15 – 3ª Conferência da Cidade: Propostas e Discussões sobre a Primeira Temática, Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades (realizada no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas). (Fonte: Foto tirada pelo autor).



Foto 16 - 3ª Conferência da Cidade: Encerramento da Conferência com a Votação das Propostas (realizado na Estação Cultura). (Fonte: Foto tirada pelo autor).



De qualquer forma, ressaltamos que a frequência dos representantes dessas entidades foi muito abaixo do esperado para um evento *público* deste nível de importância. É relevante frisar que

nem mesmo alunos e professores das grandes universidades da cidade prestigiaram o evento em sua totalidade, o que seria bom para propor reflexões sobre determinados assuntos, debater outros e defender suas próprias propostas.

Após as propostas levadas pelas entidades terem sido sistematizadas (agrupadas em temas comuns) pelos membros do governo, no último dia da Conferência houve a votação das mesmas por todos representantes dessas entidades, cuja relação não constava o nome das pessoas que as integravam por motivo de privacidade, segundo a SEPLAMA. Somente após darmos algumas explicações de como utilizaríamos as informações solicitadas nesta pesquisa é que nos foi disponibilizada uma lista das entidades sociais em uma folha sem timbre ou carimbo do setor da prefeitura responsável pelo evento.

De um total de 144 propostas, 99 foram oficializadas e das quais 10 foram selecionadas para serem encaminhadas à Conferência Estadual das Cidades. As restantes, das que foram aprovadas, seriam distribuídas pelas secretarias de governo para que pudessem, em algum momento, serem incorporadas em futuros programas a serem executados pelos PLGs.

O que nos chamou a atenção foi que a maioria das reivindicações levadas à votação veio de organizações ambientais, representado pela CTA (Comissão Técnica Ambiental) e pela EMDEC (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas) que lida com os aspectos viários do município. Raras foram aquelas que tinham ligação direta com os interesses mais imediatos da população. Assim, identificamos algumas propostas dentre as quais visavam elaborar planos de bacias hidrográficas utilizando instrumentos como a Agenda 21 e o Zoneamento Ecológico e Econômico; considerar as bacias hidrográficas como unidades de referência para o planejamento; notaram-se diversas propostas preocupadas com o tratamento do lixo, o esgoto, o uso de biocombustíveis no transporte coletivo e reciclagem de materiais; criação de terminais multimodais, trens de grande velocidade entre Campinas e São Paulo e a ampliação e reforma do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Outras propostas como a necessidade do reconhecimento legal das abelhas nativas como insetos de *interesse social* e ambiental, também foram aprovadas em plenário embora possuam um caráter bem menos urgente e relevante em se tratando de uma grande cidade como Campinas e com muitos problemas.

O domínio das organizações de cunho ambiental e viário reflete a baixa participação em termos de diversificação das propostas, que em algumas vezes apresentaram redundâncias entre elas mesmas. Pelo tamanho e importância do município, a diversidade de temas e proposta deveria ser imensa, assim como a quantidade de contribuições recebidas pelo governo por parte dos diferentes segmentos da população. Neste sentido, a coletividade paga o preço de ter que aceitar, ainda que contrariados, os rumos tomados pela cidade em função das normas criadas, que não encontram resistências no ato de sua concepção. Muitas propostas que não representam ganho para a cidade poderiam ter sido vetadas se houvesse uma participação maior da população e das universidades.

A concórdia sem acordo, de que fala MARÍAS (2003), se faz presente. Para ele, concórdia não significa unanimidade tampouco acordo. Para MARÍAS (idem, p.203),

“nada é mais perigoso do que confundir a concórdia com o acordo. Não é preciso estar de acordo, pode-se discordar energeticamente, inclusive sobre assuntos graves. Contanto que não se rompa a concórdia, a decisão de viver juntos”.

O povo campineiro inclui-se nesta definição no momento da Conferência da Cidade, pois aceitou tudo o que se passou e se decidiu neste evento ao não se manifestar, mesmo que muitos possam discordar de alguns aspectos se tomarem conhecimento das propostas levadas ao evento. Um exemplo que ilustra muito bem essa situação, e que resgatamos da literatura, é o diálogo entre os irmãos Aliócha e Ivan Karamazov, no livro “Os Irmãos Karamazovi”, ao discutirem a existência de Deus e o mundo por ele criado. O segundo argumenta: *“pois bem... Imagina que não aceito este mundo de Deus. Sei que ele existe, mas não o admito. Aceito Deus, mas não posso conformar-me a aceitar o mundo por ele criado”* (DOSTOIÉVSKI, 2005 [1879-80], p.241). Ivan discorda, não aceita o mundo criado por Deus, mas é “obrigado” a se conformar a conviver nele. Este pacto da

convivência é que não pode ser quebrado e a existência da diversidade é que a torna difícil, porém, necessária.

O que não se pode evitar, querendo ou não, é que vivemos juntos, coexistimos, convivemos.

MARÍAS (idem, p.02) afirma que

“coexiste tudo o que existe juntamente e ao mesmo tempo. As coisas coexistem, e o homem com elas; conviver é viver juntos e se refere às pessoas como tais. Isto é, com suas diferenças, com suas lutas no âmbito da convivência, dessa operação que consiste em viver juntos”.

Deste modo, temos que conviver com as diferenças mesmo não as aceitando. Cremos que parte daí o princípio da efetiva participação, pois uma das condições para que haja a convivência é a liberdade, em se exprimir ideias, debater propostas, aceitar, recusar, perder ou ganhar.

Os Rumos do Planejamento Urbano de Campinas/SP

Esta dissertação de mestrado, muito preocupada com o rigor do método, mostrou o quanto os instrumentais e a teoria da geografia para a interpretação e proposição de uma nova visão acerca do planejamento urbano e dos usos do território são importantes. A periodização fundamentada na teoria dos eventos e apoiada por uma cartografia temática interessada em expor os usos do território campineiro, foram capazes de nos revelar o universo complexo que envolve o estudo de uma cidade, em especial Campinas, carente em estudos geográficos sobre este tema especificamente.

As inéditas, matriz de periodização, fases e períodos históricos determinados para Campinas, nos indicaram as transformações que se sucederam na cidade e nos ofereceram novos horizontes para subsidiar nosso aparato teórico no tocante ao planejamento urbano e aos usos do território campineiro. Vimos que o planejamento urbano campineiro se manteve preso às premissas de teorias estrangeiras e que sempre se resumiu na criação constante de planos urbanísticos que viam a cidade de modo parcial e segmentado. A especulação imobiliária, juntamente com a dotação de redes fluidas no território foram dois dos principais fatores que contribuíram para que os usos que presenciamos hoje se dessem de forma corporativa e seletiva, tal como é o perfil da globalização, que privilegia certas porções do território em detrimento de outras.

Aliás, essa tendência do aprofundamento da globalização no território de Campinas se reflete em muitas formas, dentre elas, como a recente ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos (Foto 7) e suas consequências em termos de desapropriações do entorno e o projeto de implantação do Trem Rápido que pretende ligar Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Estes são indícios da formação de uma imensa macrometrópole e dos usos seletivos do território. Se considerarmos as Regiões Metropolitanas de Campinas e São Paulo, elas respondem, segundo o jornal O ESTADO DE S. PAULO (agosto de 2008, p.61), “por 65,3% do Produto Interno Estadual

ou 22,1% do nacional, uma economia de R\$ 475 bilhões”. Com esse projeto, articulado pelos governos federal, estadual e municipal, Campinas ampliará sua importância econômica no país e ganhará ainda mais visibilidade econômica.

Segundo DAVIS (2006, p.16),

“as cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também entretecem novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias. Nas Américas, os geógrafos já mencionam um leviatã conhecido como Região Metropolitana Ampliada Rio-São Paulo (RMARSP), que inclui as cidades de tamanho médio no eixo viário de 500 quilômetros entre as duas maiores metrópoles brasileiras, assim como a importante área industrial dominada por Campinas [grifo nosso]; com uma população atual de 37 milhões de habitantes, essa megalópole embrionária já é maior que Tóquio-Yokohama.

Já para SANTOS (2003, p.25),

“quanto às obras de grande porte, elas são de fato um cavalo de Tróia, um presente envenenado. Esses investimentos envolvem outros de porte igual ou ainda maior, e gradualmente conduzem o país para uma posição de dependência, cuja constante é o aprofundamento do capital”.

Tendo em vista esta situação, um ponto que merece ser destacado será o provável aprofundamento da segregação sócio-espacial já existente na cidade. As novas formas e funções que pretendem ser criadas não têm o interesse direto em promover o bem estar da população e muito menos em articular o território como um todo. Essas obras visam atender a demandas globais de agentes hegemônicos e integrar alguns pontos do território interessantes ao grande capital – os espaços da globalização. Estes passarão a unir com ainda mais força as verticalidades presentes no território com aquelas situadas ao redor do mundo.

No sítio da internet da prefeitura municipal de Campinas, há um espaço destinado àqueles que desejam investir no município e para tanto, expõem algumas características da cidade que respondem à pergunta “*por que investir em Campinas?*”. A resposta dada é que

“Campinas reúne toda a infraestrutura que uma cidade pode oferecer aos empresários: o segundo maior centro econômico, industrial, científico e tecnológico do Estado de São Paulo; está localizada numa região privilegiada, rodeada por malha ferroviária e pelas principais rodovias do país: Anhanguera, Bandeirantes e Dom Pedro I; possui grande número de universidades, entre elas a UNICAMP, e Centros de Pesquisa e Desenvolvimento (CPDs); possui os Pólos Tecnológicos Parques I e II; tem o maior aeroporto de cargas da América Latina, o Aeroporto Internacional de Viracopos”.

(www.campinas.sp.gov.br/financas/incentivo_fiscal/ acessado em 25/11/2008).

De acordo com SANTOS (2003, p.25) essa preocupação que vem se tendo com os transportes se reflete no planejamento atual, engajado com a ideologia da competitividade, e por isso afirma que

“a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista. Na sua fase anterior, o sistema estava primordialmente interessado nas rotas que ligavam os principais centros de produção e de consumo. Agora, também há a preocupação com redes de ramais”.

Se o contexto atual é marcado pela fragmentação do território sob diversas formas (social, política e econômica) o futuro reserva uma acentuação desse quadro. A velocidade, evidenciada pelos fluxos materiais e imateriais, tão preconizada pelos gestores públicos em consonância com os agentes globais, vai promover um distanciamento entre o tempo hegemônico e o tempo social, o tempo de cada um (temporalidade). Conforme aponta SANTOS (1994a, p.84)

“a força é dos ‘lentos’ e não dos que detém a velocidade (...) quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinha-la – acaba por ver pouco da

Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é sua perda. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens ‘lentos’, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria com a celeridade dos espíritos?”.

Hoje, em razão das inúmeras funções oferecidas por Campinas, que a tornam um grande e importante nó de uma rede mais ampla de cidades e de negócios dentro do Estado de São Paulo e mesmo do Brasil, superando grandes cidades e mesmo capitais estaduais em termos populacionais, econômicos e de serviços, fruto de um processo de planejamento que priorizou sua inserção no mundo dito moderno, cosmopolita e competitivo, ela pode ser classificada como uma metrópole de grande amplitude. Embora hoje ela seja uma metrópole incompleta, ela vem buscando se completar a partir das grandes obras viárias e do acolhimento de cada vez mais empresas e instituições hegemônicas. Até aqui, para cumprir esse objetivo, a cidade parece estar trilhando o caminho certo.

De acordo com uma pesquisa publicada pelo IBGE em 10/10/2008, intitulada *Regiões de Influência das Cidades – 2008*¹¹², em que se analisa a dinâmica da rede urbana brasileira, Campinas surge como umas das cidades mais influentes do interior do país, perdendo para doze metrópoles que são capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Neste estudo foram observadas as infraestruturas, a quantidade e complexidade dos serviços prestados, como centros de saúde, presença de bancos e sedes de grandes empresas (Tabela 3), centros universitários e de pesquisas, entre outros itens.

¹¹² Ver www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1246 (acessado em 18/10/2008)

Tabela 3 - Distribuição das Sedes de Grandes Empresas

Local da Sede	Empresas	Local da Sede	Empresas
São Paulo	365	Ribeirão Preto	11
Rio de Janeiro	116	Joinville	10
Porto Alegre	50	Goiânia	10
Belo Horizonte	46	Sorocaba	9
Curitiba	40	Londrina	9
Salvador	32	Belém	8
Campinas	30	Florianópolis	8
Manaus	27	Cuiabá	8
Brasília	25	Natal	7
Vitória	21	Uberlândia	7
Recife	14	Volta Redonda-Barra Mansa	5
Fortaleza	13	Jundiaí	5
Caxias do Sul	13		

Fontes: Valor 1000. São Paulo: Valor Econômico, v.5, n.5, 2005. As 500 maiores empresas do Brasil. Exame, São Paulo: Abril Cultural, jul.2005. Suplemento Especial. Fonte secundária: IBGE (www.ibge.gov.br)

Contudo, resta-nos saber se este caminho é o melhor para *todos* e se o território, a partir dessas modernizações que pretendem se realizarem, será menos corporativo e mais solidário. Como usamos a história como um recurso de método, ao que tudo indica, e observando a formação territorial de Campinas, o futuro reserva uma feição não muito promissora para a maioria da população. Mas se o mundo pertence aos *homens pobres e lentos* como vimos anteriormente, podemos crer que o acontecer solidário, dentre as três formas sob as quais é apresentado no território¹¹³, o acontecer hierárquico seja aquele de menor influência. Nos dizeres de SANTOS (2002a, p.167)

“tanto o acontecer homólogo quanto o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo, sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade. Já no caso do acontecer hierárquico, as relações podem ser pontuais. Aqui a solidariedade independe da contiguidade”.

As sucessivas modernizações deveriam vir acompanhadas de um pacto mais justo entre as ordens globais e locais para que o território não se torne refém de práticas perversas à população como um todo. Aliás, se o presente se mostra melancólico no que diz respeito ao aprofundamento

¹¹³ Acontecer homólogo, complementar e hierárquico (ver SANTOS, 2002a).

das desigualdades sociais, no futuro pode estar a possibilidade de que tal processo excludente seja barrado haja visto que as temporalidades mais lentas resistem com mais força ao avanço da velocidade hegemônica. Segundo SILVA (2005, p.10),

“como o espaço das redes globais situa-se na trama horizontal e complexa da grande cidade terceiro-mundista, há mais entraves do que oportunidades à expansão do território reticulado. A temporalidade mais lenta das divisões pretéritas do trabalho faz oposição à instalação dos negócios globais. O meio técnico-científico-informacional difunde-se com dificuldades nas principais metrópoles da América Latina”.

Há que se interromper o discurso de que a grande cidade é sinônimo de problemas cuja culpa é atribuída à própria cidade e não à forma como a sociedade está estruturada. As causas desses problemas vão além do lugar em que se manifestam, daí a importância em termos em mente os contextos que permeiam a cidade, a totalidade.

Queremos difundir o pensamento de que a fluidez, a velocidade e os imediatismos devam dar lugar a um tempo mais lento, a um deslocamento mais viscoso para que a cidade seja sentida, observada em seus detalhes e assim compreendida. Campinas, antes um caminho de *passagem* e pouso provisório para os Bandeirantes, continua perpetuando esta sina, porém com novos atores e objetivos. Em decorrência disso, ela deve cuidar para que esse não seja seu eterno fado para não continuar em busca de uma identidade que lhe foge a cada modernização.

Campinas, de olho no futuro e nas possíveis modernizações futuras, busca tornar-se uma metrópole completa a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Mas será que o território e seus cidadãos também seguirão esses passos ou corremos o risco de viver em uma metrópole completa (em funções, formas e estrutura hegemônicas), fragmentada territorialmente e incompleta no que diz respeito à cidadania? Talvez no futuro, que começa com as ações e objetos produzidos ou pensados hoje, Campinas entre em um sexto período histórico que leve o nome de *metrópole sem identidade*. Sartre já ensinava: “é o futuro que comanda as ações do presente”.

- A CARTA DE ATENAS. 4º Congresso C.I.A.M. 1933. In: Revista Acrópole. 1943.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2007 [1958]. 352p.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1992.
- ARROYO, Mónica. *A economia invisível dos pequenos*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2, Número 15, outubro de 2008.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996.
- BAGÚ, Sergio. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Argentina: Siglo XXI Editores, 1970. 214p.
- BAILLY, Antoine; BEGUIN, H. *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Masson, 1982.
- BALBIM, Renato. *A quinta dimensão do espaço: cotidiano e práticas espaciais*. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. pp. 154-173
- BIBLIOTECA DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA CIDADE (org.). *Leis e Decretos Municipais de 1960*. v.15.
- _____. *Legislação Municipal de 1962 a 1964*. v.17.
- _____. *Leis Municipais 1965 a 1967*. v.19.
- _____. *Leis e Decretos Municipais de 1969*. v.23.
- _____. *Leis Municipais 1971*. v.26.
- _____. *Decretos Municipais 1972*. v.29.
- _____. *Decretos Municipais 1991*. v.77.
- BOLAN, R.S. *Emerging views of planning*. Journal of the American Institut of Planers, 33. 1967. pp.239-240. In: HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1988. 572p.
- BOYER, P.S. *Urban masses and moral order in America, 1820-1920*. Cambridge, Mass, Harvard, UP.1978, p.269. In: HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1988. 572p.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. V.1 a V.42, Campinas, 1969.

- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Leis e Mais Actos decretados pela câmara e promulgados pelo executivo de 1890-1919*. Campinas: Companhia Estella Ltda, s.d.
- _____. *Leis e mais actos decretados pela Câmara e Promulgados pelo Executivo de 1920 – 1934*. Campinas: Cia Stella Ltda., sd.
- _____. *Actos promulgados no exercício de 1938*. Campinas: Lynotipia da Casa Genoud, s.d.
- _____. *Leis, decretos e resoluções promulgados no exercício de 1954*. Campinas: Oficina Graf. da empresa jornalística A Tribuna, s.d.
- _____. *Leis, decretos e resoluções promulgados no exercício de 1958*. Campinas: Oficina Graf. da empresa jornalística A Tribuna, s.d.
- _____. *Listagem cronológica de legislação*. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos, s.d.
- _____. *Subsídios para a discussão do plano diretor*. Campinas: s.i., 1991.
- _____. Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC). *Sistema estrutural do transporte de Campinas*. Campinas: Prefeitura Municipal, 2003.
- _____. Campinas: Litokromia, 2004.
- _____. *Indicadores Econômicos do Município de Campinas*. Campinas, 2007. (acessado no www.campinas.sp.gov.br/seplama/publicacoes/indecono/indic_econ2007.pdf em 05/02/2009).
- CAMPINAS. Câmara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1912*. Campinas: Linotyplada Casa Genoud, 1923.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- _____. *Reinvente seu bairro. Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. *Teoria do planejamento e do desenvolvimento*. In: Disciplina de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP). Notas de aula, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983 [1972]. 590p.
- CHADWICK, G. *A systems view of planning: towards a theory of the urban and regional planning process*. Oxford, Pergamon. 1971. p.63-64 e 70. In: HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1988. 572p.
- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme: utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: editions du seuil, 1965. 448p.

- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 303p.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo editorial. 2006. 270p.
- DECRETO FEDERAL nº 5.790 de 25/05/2006
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os irmãos Karamazovi*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005 [1879]. 747p.
- DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.
- ESTATUTO DA CIDADE. Lei nº 10.257/2001.
- FERREIRA, Caio de Souza. *O processo de verticalização da cidade de Campinas: da gênese à lei 640 de 1951*. Campinas, 2007. Dissertação de Mestrado defendida na Puccamp.
- FERNANDES, Ari Vicente. *Uma nova geração de planos diretores*. In: BUENO, Laura Machado de Mello e CYMBALISTA, Renato (orgs). *Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial*. São Paulo: Ed. Annablume, 2007. pp.255-263.
- FRIEDMANN, Georges. *Sept études sur l'homme et la technique*. Paris: Éditions Gonthier, 1966. 214p.
- FRIEDMANN, John R. P. *Introdução ao planejamento regional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1960.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987 [1959].
- GRANGER, Gilles Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. Unesp. 1994 [1993].
- GUIMARÃES, Alair Malta. *Campinas em 1954*. Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas. 1954. 94p.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1988. 572p.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ed. Annablume, 2001. 251p.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1961].
- JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. *Grandes reportagens: Megacidades* [Caderno especial]. São Paulo, agosto de 2008.
- JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS. Notícia veiculada dia 14/07/2005. Campinas/SP, p.A2.
- _____. *Cidadania e participação*. Notícia veiculada dia 24/07/2007. Campinas/SP, p.A3.
- KOTLER, P; HAIDER, D; REIN, I. *Marketing Público*. São Paulo: Makron Books, 1994. In: COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 303p.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra. 2002 [1963].
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000 [1998]. 438p.

- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp. 1995. 361p.
- LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 3ª edição. 2004 [1946].
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006 [1969].
- MARÍAS, Julián. *Tratado sobre a convivência: concórdia sem acordo*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003 [2000]. 255p.
- MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru/SP: Edusc, 2ª edição. 2002 [1996]. 192p.
- MELGAÇO, Lucas de Melo. *A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas-SP*. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado defendida na USP.
- MANZONI NETO, Alcides. *O novo planejamento territorial: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e uso do território brasileiro*. Campinas, 2007. Dissertação de Mestrado defendida na UNICAMP.
- MINDLIN, Betty. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: ed. Perspectiva. 1997, 184 p.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação*. In: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais etc... (Espaço, tempo e crítica). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. N. 14, vol.1, 15 de Junho de 2007.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998 [1961]. 741p.
- _____. *Regions – to live in*. Survey, 54, 1925. pp.151-152. In: HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1988. 572p.
- NAMUR, Marly. *Estado e empresariado em Curitiba: a formação da cidade industrial (1973-1980)*. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado. 155p.
- ORTEGA y GASSET, José. *Meditação da técnica*. 1934.
- _____. *O homem e a gente: inter-comunicação humana*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano. 1973 [1957].
- PARK, Robert Erza; BURGESS, Ernest Watson. *Introduction to the science of sociology*. Chicago, Ill: The University of Chicago Press, 1924. 1040p.
- PARK, Robert Erza. *The city*. Chicago, Ill: The University of Chicago Press, 1925. 239p.
- PINHO, Antonio José de. *PPDI – Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas elaborado entre os anos de 1969 e 1970*. In: Seminário 230 anos de Campinas - Território, Urbanismo e Planejamento. Campinas/SP, 2004.
- (Acessado o <http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2302semipal1.htm> em 15/05/2009)
- PLANO DIRETOR DE CAMPINAS. Lei complementar nº004 de 17/01/1996.

- _____. Lei complementar nº 15 de 27/12/2006.
- PRANDI, Daniela (org). *Especial: 230 anos de Campinas* in: Correio Popular. 14 de julho de 2004.
- _____. *Especial: 231 anos de Campinas*, in: Correio Popular. 14 de julho de 2005.
- PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campineira de Letras, 1969. 335p.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993 [1980]. 269p.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos*. In: Becker, Bertha e Miranda, M. (orgs). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. pp. 471-493.
- SANCHEZ, Fernanda. *A insustentabilidade das cidades-vitrine*. In: ACSERALD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. pp. 155-175.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1990.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Ed. Nobel, 1992. 88p.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. 157p.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- _____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994b.
- _____. *Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência*. Porto Alegre, Boletim Gaúcho de Geografia, nº 21, agosto de 1996, pp. 07-14.
- _____. *A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002a [1996].
- _____. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002b [1978]. 285p.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2002c. 170p.
- _____. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002d. 221p.
- _____. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003 [1979].
- _____. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004 [1979]. 431p.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007 [1987]. 169p.

- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2008 [1988]. 132p.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique* (precedida pelas Questions de méthode) Paris: PUF, 1960.
- SCHNEIDER, Ingrid Elizabeth: *Confrontos e dificuldades na implementação dos instrumentos urbanísticos propostos nos planos diretores municipais de Campinas na década de 90*. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. *Plano local de gestão urbana*. 2007. In: CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. 2007.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991. 197 p.
- SERRA, Ana Luiza Roma Couto; SCARASSATTI, Daniela Farias.; PEDRO, Fábio Giardini. et al. *Políticas de intervenção em áreas de risco no município de Campinas*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (75). Revista eletrônica – site: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-75.htm>
- SERRA, Ana Luiza Roma Couto. *Indicadores de pressão para o córrego do Piçarrão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Faculdade de Engenharia Civil. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, 119 f. In: SERRA, Ana Luiza Roma Couto; SCARASSATTI, Daniela Farias.; PEDRO, Fábio Giardini. et al. *Políticas de intervenção em áreas de risco no município de Campinas*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (75). Revista eletrônica – site: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-75.htm>
- SESSO JÚNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha Campinas*. Campinas: Palmeiras Ltda., 1970.
- SILVA, Adriana Maria Bernardes da. *A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2001.
- _____. *As grandes cidades e o período popular da história: contribuições ao debate*. In: III Encontro com o Pensamento de Milton Santos. UFBA, Salvador. 03 e 04 de maio de 2005.
- SILVA, Kleber Pinto. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas*. Centro de Memória, Unicamp. Campinas, 1996.
- SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN – USP, 1999. 488p.

- _____. *Por um conteúdo da reflexão epistemológica em geografia*. In: SOUZA, A. J de; SOUZA, E. B. C. e JUNIOR, L. M. (orgs). Paisagem, território e região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. 283p.
- _____. *Questões de método em geografia*. In: Disciplina de pós-graduação ministrada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 2004. Notas de aula.
- _____. *O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial*. In: GEOUSP. Espaço e Tempo. São Paulo: n° 19. 2006. pp. 81-91.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2ª edição. 1973.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 560p.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Edusp, 1994. 257p.
- _____. *Futuro das metrópoles depende de um novo olhar*. In: JORNAL CORREIO POPULAR DE CAMPINAS. Entrevista veiculada em 08 de fevereiro de 2009. Campinas/SP, p.A8.
- TOPALOV, Christian. *Urbanización capitalista: algunos elementos para su analisis*. Mexico: Edicol, 1979.
- _____. *Do Planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat?* In: Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, ano XI, n° 1 e 2. 1997, pp.19-42.
- VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. IN: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. pp. 75-103.
- WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

IBGE

www.ibge.gov.br

www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1246&id_pagina=1

Prefeitura Municipal de Campinas

www.campinas.sp.gov.br

COHAB-Campinas

www.cohabcp.com.br/proghab/prog2.html

Fundação Faria Lima – CEPAM (acessado em 20/01/2009)

www.cepam.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1&Itemid=2

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (acessado em 20/01/2009)

www.al.sp.gov.br/portal

APÊNDICES

TABELAS

Tabela 4 – Organização do Sistema de Planejamento de Campinas

NORMAS	EVENTO	PREFEITO VIGENTE
Decreto n.11/1931	Estabeleceu uma comissão de urbanismo para cuidar dos assuntos referentes à cidade ¹¹⁴	José Pires Neto
Lei n.490/1936	Formaliza a comissão de melhoramentos urbanos ¹¹⁵	José Pires Neto
1937	A comissão é dissolvida ¹¹⁶	João Alves dos Santos
Ato n.115/1938	Cria novamente a comissão de melhoramentos urbanos ¹¹⁷	Euclides Vieira
Lei n.1184/1954	Cria a Comissão de Planejamento do município ¹¹⁸	Antonio Mendonça de Barros
1956	O então prefeito Ruy Novaes cria a Secretaria de Obras e Urbanismo ¹¹⁹	Ruy Hellmeister Novaes
Lei n.1912/1958	Cria a Divisão de Planejamento e Urbanismo ¹²⁰	Ruy Hellmeister Novaes
Decreto n.1639/1960	Cria o Grupo de Planejamento Administrativo (GPA) para a criação e elaboração de um plano de ação governamental para os principais setores da administração municipal ¹²¹	Miguel Vicente Cury
Decreto n.1843/1962	Extingue o GPA ¹²²	Miguel Vicente Cury
Decreto n.3174/1968	Cria o grupo executivo do plano diretor de desenvolvimento integrado de Campinas (GEPLAN) ¹²³	Ruy Hellmeister Novais
Lei n. 3809/1969	Autoriza o prefeito a contratar o SERFHAU à conta da FIPLAN um empréstimo para a elaboração do PPDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado) ¹²⁴	Orestes Quércia
Decreto n.3671/1970	Cria o Grupo Executivo de Obras Setorizadas (GEOS) que promove estudos urbanísticos, projetos, desapropriações e execução de obras ¹²⁵	Orestes Quércia
Lei n. 3960/1971	Aprova o PPDI ¹²⁶	Orestes Quércia
1971	O Escritório de Planejamento é substituído pela EMDEC e é organizado o GEOS ¹²⁷	Orestes Quércia

¹¹⁴ CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC). Sistema estrutural do transporte de Campinas. Campinas: Prefeitura Municipal, 2003.

¹¹⁵ SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro. Campinas: UNICAMP, 2002.

¹¹⁶ BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996.

¹¹⁷ BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996 e CAMPINAS. Prefeitura Municipal. “Actos promulgados no exercício de 1938. Campinas: Lynotipia da Casa Genoud, s.d.

¹¹⁸ SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro. Campinas: UNICAMP, 2002.

¹¹⁹ SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro. Campinas: UNICAMP, 2002.

¹²⁰ CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. “Leis, decretos e resoluções promulgados no exercício de 1958”. Campinas: Oficina Graf. da empresa jornalística A Tribuna, s.d.

¹²¹ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Leis e Decretos Municipais de 1960. v.15.

¹²² Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Legislação Municipal de 1962 a 1964. v.17.

¹²³ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹²⁴ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Leis e Decretos Municipais de 1969. v.23.

¹²⁵ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹²⁶ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Leis Municipais 1971. v.26

¹²⁷ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

Decreto n.4145/1972	Revoga o GEOS ¹²⁸	Orestes Quércia
Lei n.4092/1972	Cria o fundo de desenvolvimento de Campinas e transforma o Escritório Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC ¹²⁹	Orestes Quércia
Lei n.4853/1978	Cria a Secretaria de Planejamento e Coordenação, o Departamento de Pesquisa, Planos e Programas e o Departamento de Controle e Avaliação ¹³⁰	Francisco Amaral
Decreto n.5143/1978	Cria o Grupo de Planejamento da Administração Municipal ¹³¹	Francisco Amaral
Decreto n.5879/1979	Desativa a Secretaria de Planejamento e Coordenação ¹³²	Francisco Amaral
Decreto n.6400/1981	Reativa a Secretaria de Planejamento e Coordenação ¹³³	Francisco Amaral
Decreto n.10434/1991	Integra o Departamento de Planejamento e o Departamento de Informação à Secretaria de Planejamento e Coordenação ¹³⁴	Jacó Bittar
Lei n.6426/1991	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano ¹³⁵	Jacó Bittar
Lei n.9340/1997	Cria a Secretaria do Meio Ambiente ¹³⁶	Francisco Amaral
Lei n.10248/1999	Denomina a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAMA) ¹³⁷	Francisco Amaral
Decreto n.13603/2001	Cria o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar, o GDR ¹³⁸ .	Antonio da Costa Santos (Toninho)
2002	Houve a recriação do Escritório de Planejamento da Cidade sem sustentação legal ¹³⁹	Izalene Tiene
Decreto n. 14192/2002	Cria o Grupo Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Rural de Campinas, o GP-DUR ¹⁴⁰	Izalene Tiene
Decreto n. 14769/2004	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para a elaboração do ante-projeto do Novo Plano Diretor do Município de Campinas – GT/NPD ¹⁴¹	Izalene Tiene
Decreto n.15426/2006	Dispõe sobre a criação da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor – C.T.R.P.D. – e Elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Campinas ¹⁴² .	Hélio dos Santos

¹²⁸ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹²⁹ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Decretos Municipais 1972. v.29.

¹³⁰ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³¹ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³² Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³³ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³⁴ Biblioteca de Assuntos Jurídicos da Cidade (org.). Decretos Municipais 1991. v.77.

¹³⁵ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6426.htm>

¹³⁶ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³⁷ Prefeitura Municipal de Campinas. Listagem cronológica de legislação. Campinas: Biblioteca da Secretaria de Negócios jurídicos.

¹³⁸ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13603.htm>

¹³⁹ CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Campinas: Litokromia, 2004.

¹⁴⁰ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14192.htm>

¹⁴¹ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14769.htm>

¹⁴² <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15426.htm>

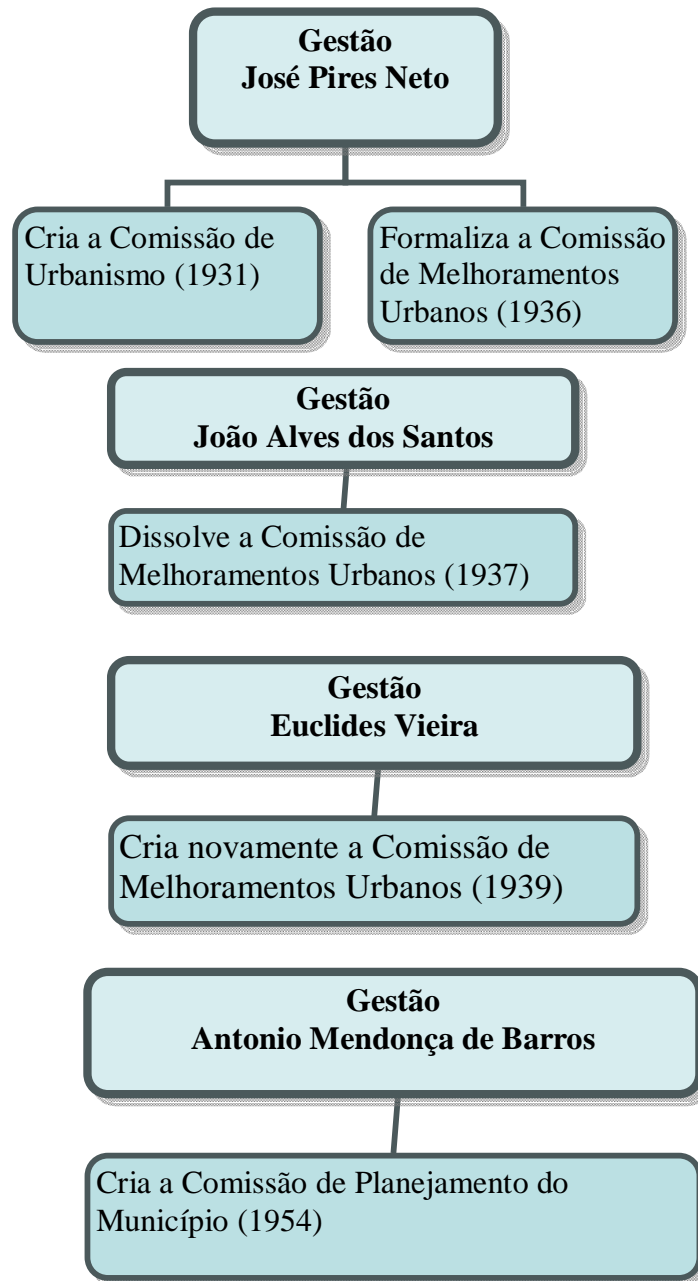
Decreto n.16370/2008	Cria o Grupo Gestor do Projeto Especial de Desenvolvimento Urbano, Industrial e de Ampliação do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas CIATEC II ¹⁴³ .	Hélio dos Santos
Decreto n.16530/2008	A Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente passa a se denominar Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano ¹⁴⁴ .	Hélio dos Santos

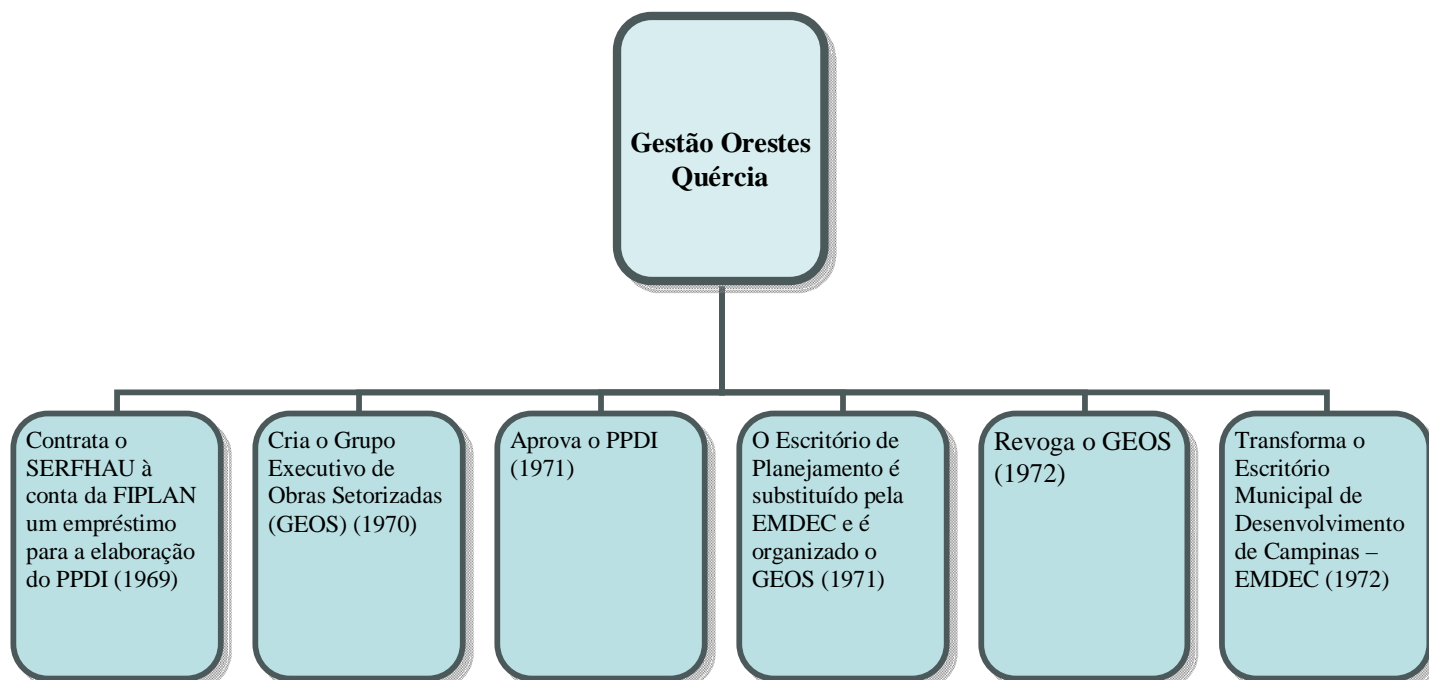
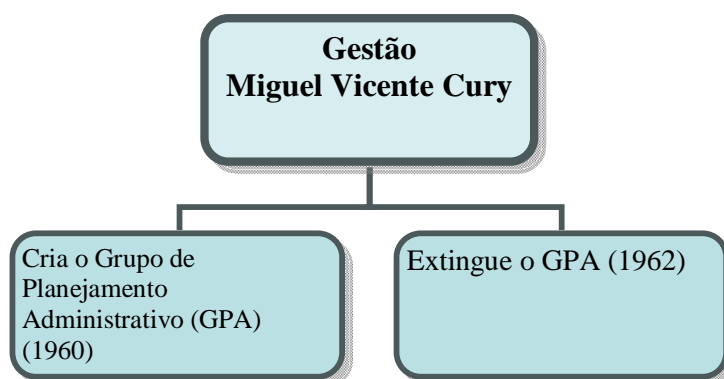
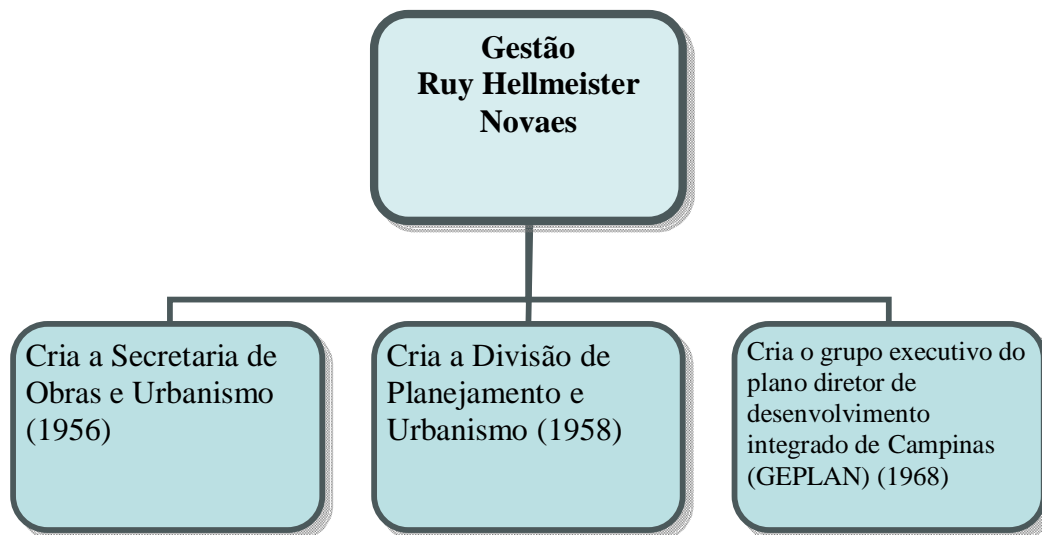
¹⁴³ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec16370.htm>

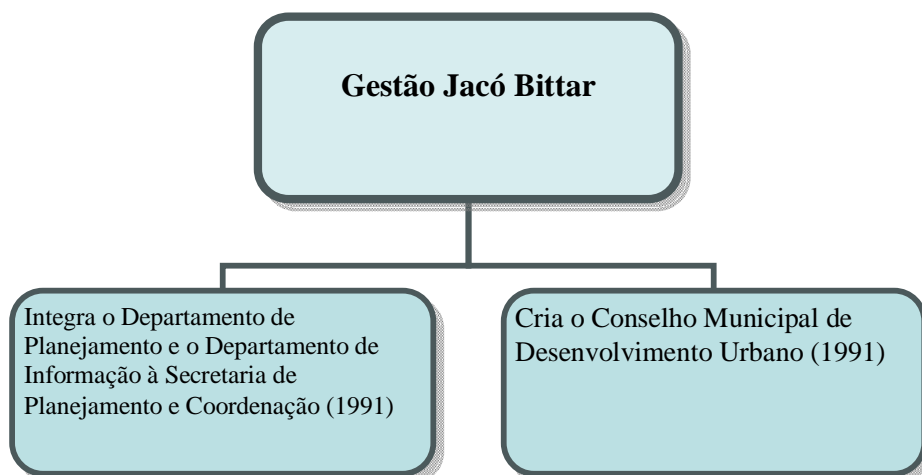
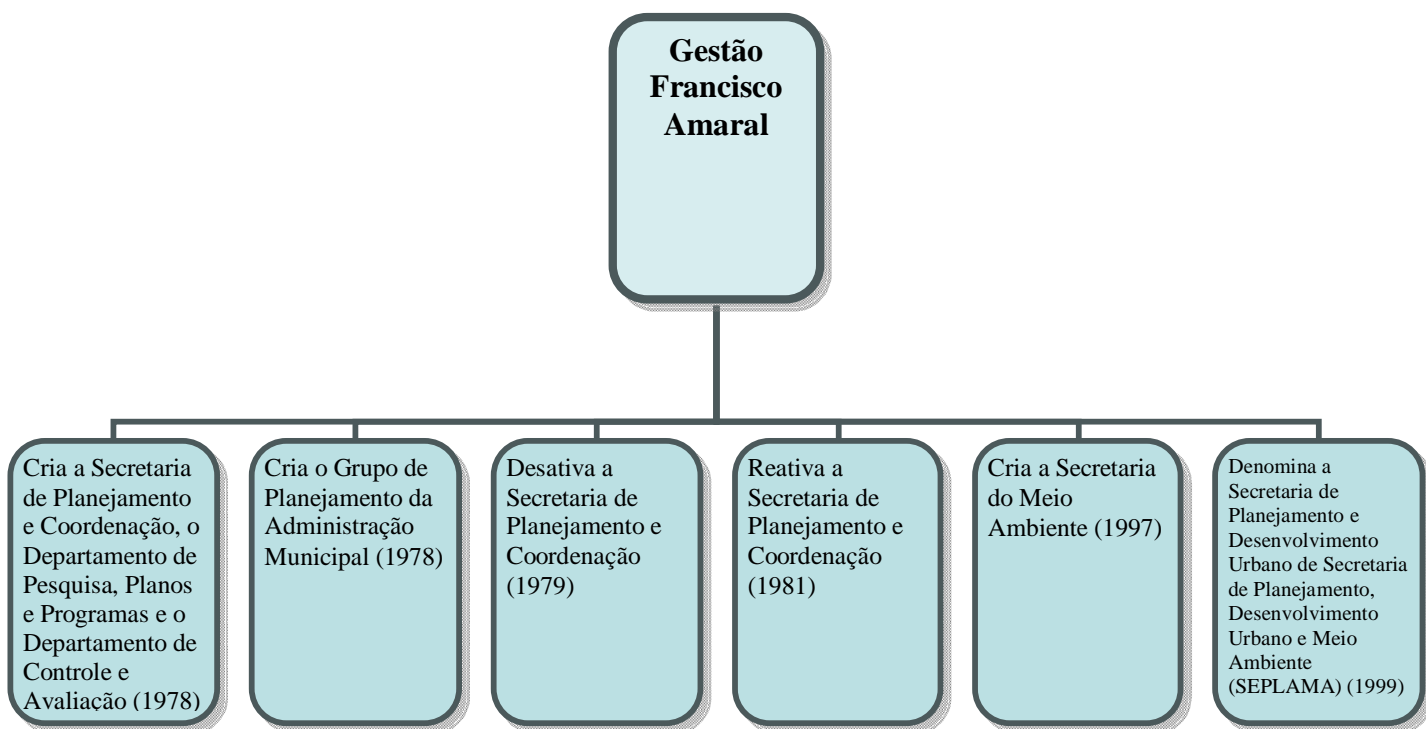
¹⁴⁴ <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec16530.htm>

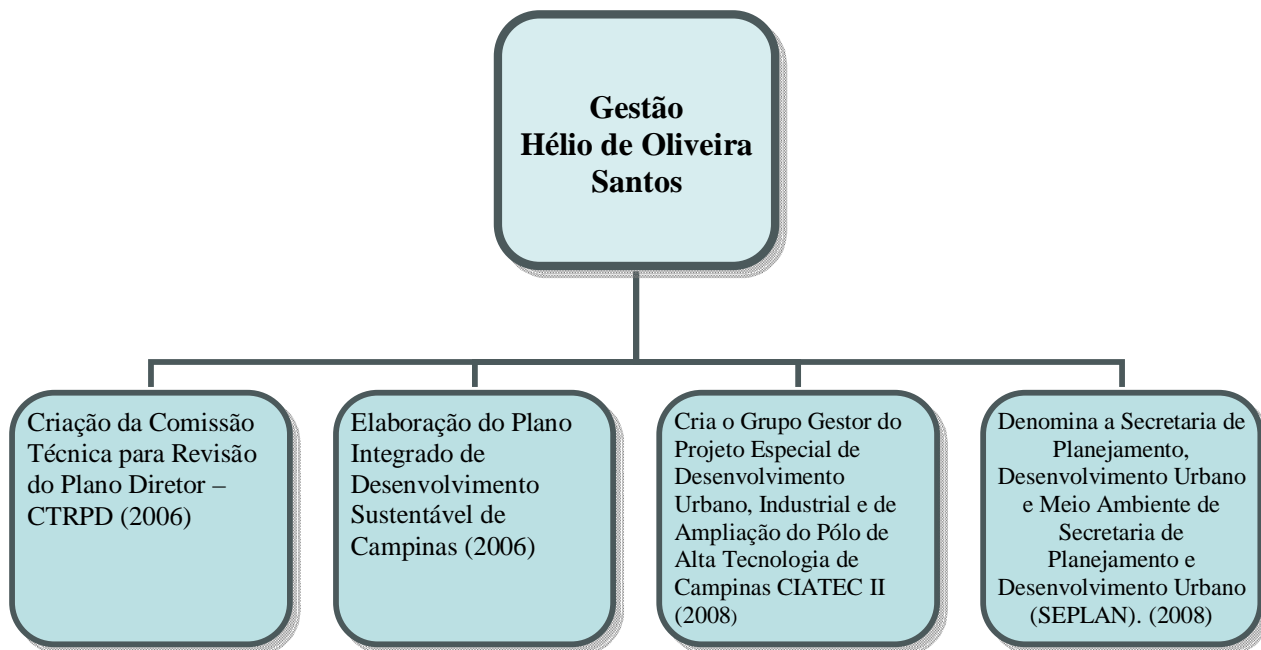
ORGANOGRAMAS

Organograma 2 - Sistema de Planejamento de Campinas

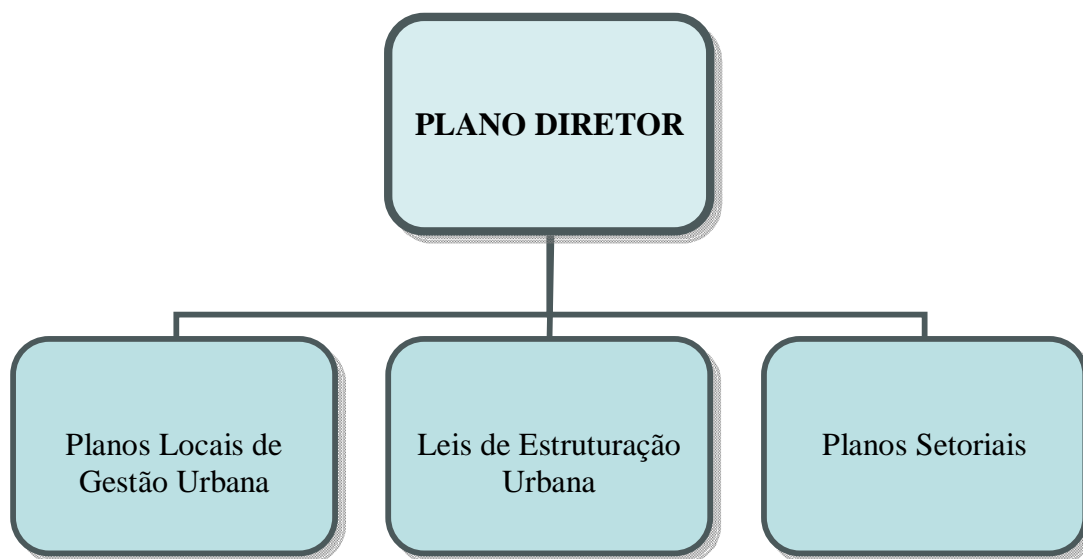








Organograma 3 – Tripé do Plano Diretor



FOTOGRAFIAS E IMAGENS

Foto 17 – Av. Princesa d’Oeste e ao fundo o Viaduto Laurão (Av. Moraes Sales). Região nobre de Campinas repleta de prédios comerciais e residenciais e que passou por uma recente obra de saneamento e paisagismo (Foto tirada pelo autor em 09/01/2008).



Foto 18 – Vista do Viaduto do Laurão (Av. Moraes Sales) e sob ele a presença de pedras “anti-mendigo”. A lado temos um visão mais específica das pedras. (Fotografia tirada pelo autor em 09/01/2008).

FIGURAS

Figura 4 – Respectivamente, a bandeira e o brasão do Município de Campinas/SP



Fonte: www.campinas.sp.gov.br/seplan/cidade/brasao.jpg